INSTITUTO
SUPERIOR
DE CONTABILIDADE
E ADMINISTRAÇÃO
DO PORTO
POLITÉCNICO
DO PORTO

M

MESTRADO
COMTABILIDADE E FINANÇAS

Determinantes da qualidade da informação não financeira e do sucesso empresarial:

A perspetiva dos gestores, auditores e contabilistas.

Bárbara Cristiana Ferreira dos Anjos

10/2022

Bárbara Cristiana Ferreira dos Anjos. Determinantes da qualidade da informação não financeira e do sucesso empresarial: A perspetiva dos gestores, auditores e contabilistas.
10/2022

INSTITUTO
SUPERIOR
DE CONTABILIDADE
E ADMINISTRAÇÃO
DO PORTO
POLITÉCNICO
DO PORTO

M

MESTRADO
ÁREA DE ESPECIALIZAÇÃO

Determinantes da qualidade da informação não financeira e do sucesso empresarial:

A perspetiva dos gestores, auditores e contabilistas.

Dissertação de Mestrado apresentado ao Instituto Superior de Contabilidade e Administração do Porto para a obtenção do grau de Mestre em Contabilidade e Finanças, sob orientação da Professora Doutora Albertina Paula Moreira Monteiro

Bárbara Cristiana Ferreira dos Anjos. Determinantes da qualidade da informação não financeira e do sucesso empresarial: A perspetiva dos gestores, auditores e contabilistas.
10/2022

Agradecimentos

Quando me deparava com trabalhos realizados por outras pessoas, como amigos próximos, verificava a repetição da ideia de que, apesar dos agradecimentos serem o primeiro texto com que o leitor tem contacto, este é o último a ser escrito, mas não entendia a razão. Neste momento, encontro-me a concluir mais uma etapa importante na minha vida e percebo agora que este é sem dúvida o último texto a ser escrito e o mais emotivo. Após dois anos exaustivos, os últimos meses foram desafiantes perante a importância e complexidade que se encontra vinculada à elaboração de uma dissertação. Nada do que poderão ver nesta dissertação teria sido possível sem o apoio incondicional e contributo das pessoas/entidades aos quais passo a deixar o meu mais profundo agradecimento.

A família é sem dúvida um pilar nas nossas vidas e eu devo muita a estas três pessoas que passo a nomear. O meu maior agradecimento é para os meus pais, Paula e João, que me apoiaram e acompanharam neste percurso, que "stressaram" comigo quando as coisas corriam menos bem, que festejaram os meus sucessos, que apesar do que pudesse acontecer eles encontravam-se ao meu lado e, por isso, é com eles que divido mais uma autorrealização, da qual eles fazem parte integral, e prometo-lhes muitas mais vitórias neste longo caminho de relação pais e filha, pois as minhas vitórias são como se fossem deles. Seguidamente, tenho de agradecer ao meu namorado, Gonçalo, que me apoiou, ajudou, aturou-me nos dias que eu menos tinha paciência, que limpou as minhas lágrimas de frustração e fez sempre de tudo para me ver bem e trazer sempre de volta à luta nunca me deixando desistir.

Agradeço a todos os meus amigos mais próximos que me acompanharam, e me continuam a acompanhar, que nunca me deixaram de apoiar e encorajar.

Gostaria de agradecer à minha entidade patronal, HLB SVTM, que dentro das suas possibilidades, me apoiaram, ajudaram e possibilitaram todas as minhas saídas para ir às reuniões e todo o tempo que necessitei para fazer a dissertação.

Por último, um muito obrigada à minha orientadora Professora Doutora Albertina Monteiro. Faltam-se as palavras para conseguir exprimir o meu enorme agradecimento pela disponibilidade, dedicação, apoio e ajuda que me prestou em todo este processo. A

minha orientadora é sem dúvida parte desta dissertação pois aqui depositou todo o seu conhecimento na temática, o seu empenho, o seu tempo para, em equipa, conseguirmos a realização deste trabalho.

Aos já citados, bem como a todos os outros que de alguma forma fizeram parte deste percurso académico e me proporcionaram evoluir, como pessoa, como estudante e como profissional, um enorme obrigada.

Resumo

O sucesso empresarial está fortemente dependente da qualidade da informação financeira e não financeira e da sua utilidade na tomada de decisões por agentes externos e internos. Deste modo, este estudo desenvolve e avalia um modelo que tem como objetivo analisar, na perspetiva dos vários agentes de informação contabilística, os determinantes da divulgação e da qualidade da informação não financeira, assim como os impactos da qualidade dessa informação no sucesso empresarial.

Com este propósito, neste estudo, de natureza quantitativo, foi aplicado um questionário aos contabilistas, auditores e gestores de empresas portuguesas. A avaliação do modelo teórico foi realizada no *software* estatístico *SmartPLS* 4, aplicando a técnica do modelo de equações estruturais.

Com base em 73 observações, os resultados indicam que as empresas de maior dimensão têm uma maior perceção dos benefícios da divulgação da informação não financeira, o que, por sua vez, são as que apresentam uma maior divulgação desse tipo de informação, as que atribuem maior importância à auditoria de informação não financeira, e as que, por conseguinte, detêm maior qualidade e atribuem maior utilidade da informação não financeira e alcançam superior desempenho não financeiro. As variáveis do modelo determinam 31%, 47% e 41% da variância da qualidade da informação não financeira, utilidade da informação não financeira e desempenho não financeiro, respetivamente.

Este estudo contribui para o desenvolvimento da literatura, na medida que avalia um modelo original e no sentido que identifica os fatores que contribuem para a qualidade e utilidade da informação não financeira, com consequente impacto no sucesso das empresas portuguesas.

Palavras chave:

Perceção dos benefícios da divulgação de informação não financeira; divulgação da informação não financeira; importância da auditoria à informação não financeira; qualidade da informação não financeira; utilidade da informação não financeira; desempenho não financeiro.

Abstract

Business success is strongly dependent on the quality of financial and non-financial information and its usefulness in decision making by external and internal agents. Thus, this study develops and evaluates a model that aims to analyze, from the perspective of the various agents of accounting information, the determinants of disclosure and the quality of non-financial information, as well as the impacts of the quality of this information on business success.

With this purpose, in this quantitative study, a questionnaire was applied to accountants, auditors and managers of Portuguese companies. The evaluation of the theoretical model was carried out in the statistical software *SmartPLS* 4, applying the structural equation model technique.

Based on 73 observations, the results indicate that larger firms have a greater perception of the benefits of disclosing non-financial information, which in turn are those that have greater disclosure of this type of information, those that attribute greater importance to non-financial information auditing and, therefore, those that hold higher quality and attribute greater usefulness to non-financial information and achieve superior non-financial performance. The model variables determine 31%, 47% and 41% of the variance in the quality of non-financial information, usefulness of non-financial information and non-financial performance, respectively.

This study contributes to the development of the literature by evaluating an original model and by identifying the factors that contribute to the quality and usefulness of non-financial information, with a consequent impact on the success of Portuguese companies.

Key words:

Perception of the benefits of disclosing non-financial information; disclosure of non-financial information; importance of auditing non-financial information; quality of non-financial information; usefulness of non-financial information; non-financial performance.

Índice

Capítulo I - Introdução 1

Capítulo II – Revisão da Literatura..... 6

2.1 Responsabilidade Social Corporativa..... 7

2.1.1 Definição de Responsabilidade Social Corporativa..... 7

2.1.2 A Importância da Responsabilidade Social Corporativa 10

2.1.3 Dimensões da Responsabilidade Social Corporativa..... 16

2.2 Divulgação de Informação Não Financeira..... 19

2.2.1 Definição de Divulgação de Informação Não Financeira..... 19

2.2.2 Motivações, constrangimentos e impactos da Divulgação de Informação Não Financeira..... 20

2.2.3 Organizações de referência na Divulgação de Informação Não Financeira 22

2.2.4 Divulgação obrigatória e voluntária de Informação Não Financeira.... 32

2.3 Qualidade da Informação Não Financeira..... 39

2.3.1 Definição de Qualidade de Informação Não Financeira..... 40

2.3.2 Impactos da Qualidade da Informação Não Financeira..... 41

2.3.3 Fatores que influenciam a Qualidade de Informação Não Financeira.. 42

2.3.3.1 Características das Empresas com Informação Não Financeira de Qualidade..... 42

2.3.3.2 Auditoria à Informação Não Financeira 43

2.4 Utilidade da Informação Não Financeira 47

2.5 Desempenho Não Financeiro 50

Capítulo III – Objetivos, modelo conceptual e hipóteses de investigação 52

3.1 Objetivos de investigação..... 53

3.2 Modelo conceptual e hipóteses de investigação..... 53

Capítulo IV – Metodologias..... 59

4.1 Instrumentos de medida 60

4.2 Pré-teste 60
4.3 Estrutura do inquérito por questionário 60
4.4 Processos de recolha de dados 65
4.5 Procedimentos estatísticos na análise de dados 66
Capítulo V – Análise e discussão de resultados 71
5.1 Análise preliminar dos dados 72
5.1.1 Dados em falta 72
5.1.2 Análise da tendência central e da normalidade 72
5.1.3 Valores extremos 73
5.1.4 Dimensão da amostra 73
5.1.5 Caraterização da amostra 74
5.1.5.1 Caraterização dos respondentes 74
5.1.5.2 Caraterização das empresas 77
5.2 Avaliação do modelo de medida 79
5.3 Avaliação do modelo estrutural 84
5.3.1 Análise das hipóteses suportadas no modelo 86
Capítulo VI – Conclusão 90
6.1 Principais conclusões 91
6.2 Contributos do estudo 93
6.3 Limitações do estudo 93
6.4 Recomendações para trabalhos futuros 94
Referências bibliográficas 95

Índice de Apêndices

Apêndice I – Questões referentes à caraterização do respondente 126
Apêndice II – Questões referentes à caraterização da empresa 128
Apêndice III – Questões referentes às variáveis do modelo 130
Apêndice IV – E-mail enviado às empresas 133
Apêndice V – Testes à normalidade dos dados 134
Apêndice VI – Análise descritiva 136

Índice de Figuras

Figura 1 - Estrutura da Dissertação 5
Figura 2 – The Triple Bottom Line 16
Figura 3 - Modelo Conceptual..... 54
Figura 4 - Modelo de Medida Ajustado..... 81
Figura 5 - Modelo Estrutural 85

Índice de Gráficos

Gráficos 1 - Cargo profissional do inquirido 75
Gráficos 2 - Experiência profissional 75
Gráficos 3 - Género dos inquiridos 76
Gráficos 4 - Idade dos inquiridos 76
Gráficos 5 - Formação académica 76
Gráficos 6 - Área de formação profissional 76
Gráficos 7 - Outras áreas de formação profissional 76
Gráficos 8 - Organização territorial 77
Gráficos 9 - Tipologia das empresas 77
Gráficos 10 – Dimensão 77
Gráficos 11 - Número de colaboradores 77
Gráficos 12 – Setor de atividade 78
Gráficos 13 - Indústrias consideradas ambientalmente críticas 78
Gráficos 14 - Indústrias consideradas socialmente críticas 78
Gráficos 15 - INF divulgada a título voluntário 79
Gráficos 16 - Meios de comunicação de INF 79

Índice de Tabelas

Tabela 1 – Dimensões da Responsabilidade Social Corporativa 18
Tabela 2 – Temas centrais da ISO 26000:2010 23
Tabela 3 - Os dez Princípios do United Nations Global Compact 26
Tabela 4 - 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável 28
Tabela 5 - Princípios orientadores para a preparação do Relatório Integrado..... 30
Tabela 6 - Elementos de conteúdo para a preparação do Relatório Integrado 31
Tabela 7 - Modelo de negócio e criação de valor - Categorias de Capital 32
Tabela 8 - Síntese das principais alterações propostas 36
Tabela 9 - Síntese das hipóteses de investigação 58
Tabela 10 - Itens de avaliação da variável Perceção dos Benefícios da DINF 61
Tabela 11 - Itens de avaliação da variável DINF 62
Tabela 12 - Itens de avaliação da variável IA 63
Tabela 13 – Itens de avaliação da variável QINF..... 63
Tabela 14 - Itens de avaliação da variável UINF 64
Tabela 15 - Itens de avaliação da variável DNF..... 64
Tabela 16 - Filtros aplicados na base de dados SABI 65
Tabela 17 - Símbolos Utilizados na Representação Gráfica do MEE 67
Tabela 18 - Medidas de Ajustamento do MEE e Valores de Referência 69
Tabela 19 - Análise do Modelo de Medida Ajustado 82
Tabela 20 - Validade discriminante - Resultado do critério de Fornell-Larcker..... 83
Tabela 21 - Validade discriminante - Verificação da existência de cargas cruzadas 84
Tabela 22 - Resultado da Avaliação de colinearidade..... 86
Tabela 23 - Resultado do Modelo Estrutural 86

Lista de abreviaturas

AVE - *Average Variance Extracted*

CE - Comissão Europeia

CEO - *Chief Executive Officer*

CSRD - *Corporate Sustainability Reporting Directive*

DINF - Divulgação de Informação Não Financeira

DNF - Desempenho Não Financeiro

FC – Fiabilidade Compósita

GRI - *Global Reporting Initiative*

IIRC - *International Integrated Reporting Council*

IA – Importância da Auditoria

INF - Informação Não Financeira

ISO - *International Organization for Standardization*

MEE - Modelo de Equações Estruturais

NCRF - Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro

OCDE - Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico

ODS - Objetivos de Desenvolvimento Sustentável

ONU - Organização das Nações Unidas

PLS – *Partial Least Squares*

QINF - Qualidade de Informação Não Financeira

RSC - Responsabilidade Social Corporativa

SPSS - *Statistical Package for the Social Sciences*

SRMR - *Standardized Root Mean Square Residuals*

STD – Sucesso da Tomada de Decisão

UE - União Europeia

UINF – Utilidade da Informação Não Financeira

UNGC – *United Nations Global Compact*

VIF – Fator de Inflação de Variância

WBCSD - *World Business Council for Sustainable Developme*

CAPÍTULO I - INTRODUÇÃO

A Assembleia-Geral da Organização das Nações Unidas (ONU) emitiu, no dia 25 de setembro de 2015, a resolução A/RES/70/1 intitulada "Transformar o Nosso Mundo: Agenda 2030 de Desenvolvimento Sustentável" (ONU, 2015). Conhecida como "Agenda 2030", entrou em vigor no dia 1 de janeiro de 2016 com o objetivo de promover a paz a justiça e instituições eficazes (UNRIC, 2018). Esta "*agenda alargada e ambiciosa*" (UNRIC, 2018, p. 1) aborda as dimensões económica, social e ambiental do desenvolvimento sustentável, consistindo num "*plano de ação para pessoas, planeta e prosperidade*" (ONU, 2015, p. 1).

Atualmente, na União Europeia (UE), as regras de Divulgação de Informação Não Financeira (DINF) estão definidas na Diretiva 2014/95/UE (CE, 2022). Porém, em sintonia com os objetivos da Agenda 2030, a Comissão Europeia (CE) apresentou, no dia 21 de abril de 2021, uma proposta de renovação da Diretiva 2014/95/UE, a *Corporate Sustainability Reporting Directive* (CSRD) (CE, 2022). A CSRD pretende "*melhorar a comunicação de informações sobre sustentabilidade ao menor custo possível*" (CE, 2021, p. 4), com a finalidade de orientar o mercado único europeu no sentido da "*transição para um sistema económico e financeiro plenamente sustentável e inclusivo*" (CE, 2021, p. 4).

Enquanto *stakeholders*, os utilizadores da informação relatada pelas empresas podem beneficiar desta medida da CE. Cada vez mais, estes tomadores de decisão pretendem perceber o risco e a empresa no todo através de outro tipo de informações que não as financeiras. Com a forte preocupação com o ambiente e a sociedade, a qual se tem intensificado, aliada a escândalos nos quais a informação financeira se revelou insuficiente (por exemplo, *Lehman Brothers* em 2008), os *stakeholders* querem saber mais sobre outras temáticas, o que levou ao aumento da necessidade de Informação Não Financeira (INF) enquanto ferramenta útil para a tomada de decisão. Este crescente interesse por parte dos *stakeholders*, ao nível das contribuições das empresas relativamente à Agenda 2030 e ao cumprimento de Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), originou uma maior preocupação, por parte das empresas, com a divulgação dos seus contributos nos seus relatórios (García-Sánchez *et al*., 2022). Estas, para além de divulgarem os principais indicadores de desempenho, identificam o processo pelo qual a prioridade dos ODS foi determinada e como os diferentes *stakeholders* foram envolvidos, bem como os impactos, negativos ou positivos, da entidade num determinado ODS e o progresso feito em relação a esse ODS.

A literatura sugere que as empresas de maior dimensão são as que apresentam um maior nível de DINF, pois são as que têm mais visibilidade e atraem maior atenção dos *stakeholders* (Monteiro, 2022). Por isso, esta característica organizacional tem impacto na Perceção dos Benefícios da DINF e na consequente DINF (Sierra-Garcia *et al*., 2018). Em concreto, as empresas de maior dimensão tendem a percecionar mais facilmente os Benefícios da DINF, como o aumento da cotação de mercado, confiança dos investidores, da competitividade da empresa e da satisfação dos clientes. Assim, as empresas divulgam mais INF, porque percebem os benefícios que advêm da sua divulgação, mas também motivadas por obrigatoriedade normativa ou por exigência dos seus *stakeholders* (Romão *et al*., 2018).

De forma a reduzir a assimetria e distorção inerente a este tipo de informação, mecanismos, como as boas práticas de governança corporativa, a auditoria interna, os processos de gestão, os processos de controlo interno e ainda os processos de identificação de risco, interligados com a auditoria externa, ajudarão na recolha, tratamento e validação de dados das empresas, de modo que a premissa referente ao grau de confiança seja assegurada nos relatórios (Richard & Odendaal, 2020). Ou seja, a perceção da importância atribuída, mais recentemente, à INF levou as entidades a recorrerem a auditorias aos seus relatórios, de forma externa e independente, por via de assegurar transparência e fiabilidade da informação divulgada relativa aos princípios, práticas e desempenho da empresa (Manetti & Becatti, 2009). A auditoria à DINF apresenta-se, juntamente com as normas de regulação, um fator de garantia da qualidade dessa informação.

A Qualidade da Informação Não Financeira (QINF) é maior quanto mais fiável, relevante, compreensível, comparável, verificável, atempada, inclusiva e holística for a informação (de Cambourg *et al*., 2019). Quando estes critérios se verificam, os utilizadores da INF conseguem tomar decisões mais informadas o que, por conseguinte, contribuirá para um aumento do desempenho organizacional, impulsionado pelo Desempenho Não Financeiro (DNF) da organização (Rezaee & Tuo, 2017).

Face ao exporto, é importante saber se as empresas que percebem os Benefícios da DINF são as que mais divulgam INF e as que têm melhor desempenho.

Neste contexto, esta investigação surge com o objetivo de averiguar de que forma uma DINF com qualidade pode ser benéfica para as empresas, nomeadamente, se essa

prática pode conduzir a um aumento do seu DNF. Além disso, visa identificar os fatores que contribuem para a DINF e para a QDINF.

Este trabalho tem como foco três grandes intervenientes da DINF: (1) os contabilistas, por serem eles os preparadores da INF; (2) os auditores, porque necessitam de ter acesso a informação que reúna um novo conjunto de características qualitativas que lhes permita assegurar a QINF; e (3) os gestores/administradores, uma vez que são estes os que mais utilidade atribuem à INF na tomada de decisões.

Neste contexto, este estudo tem como objetivo desenvolver e avaliar um modelo com vista a analisar os determinantes da DINF e da QINF, assim como o impacto da QINF no sucesso empresarial. Especificamente, pretende-se analisar se a Perceção dos Benefícios da DINF é influenciada pela Dimensão das empresas e contribui para uma maior DINF. Além disso, este estudo visa analisar se as empresas que percebem os Benefícios da DINF são as empresas que atribuem maior Importância da Auditoria (IA) dessa informação e, consequentemente, apresentam INF de qualidade. Por último, este estudo tem também o propósito de avaliar se a QINF contribui para a Utilidade da Informação Não Financeira (UINF) e, por conseguinte, para superior DNF.

De modo a alcançar tais objetivos, optou-se neste estudo por seguir a abordagem metodológica quantitativa, através do desenvolvimento e aplicação de um inquérito online.

O modelo teórico proposto será avaliado no *software* estatístico *SmartPLS* 4, aplicando o Modelo de Equações Estruturais (MEE), como técnica de análise estatística. A análise preliminar dos dados, como a análise descritiva da amostra, será efetuada no *software Statistical Package for the Social Sciences* (SPSS) (versão 26).

O presente trabalho é composto por seis capítulos, como se encontra ilustrado na Figura 1. O primeiro capítulo é dedicado à introdução, onde é dado a conhecer o tema, a problemática de estudo, os objetivos e questões de investigação, a metodologia e a estrutura da dissertação. O segundo capítulo é dedicado à revisão da literatura, o qual aborda os temas que estão na base do estudo desenvolvido. Posteriormente, no terceiro capítulo, efetua-se a apresentação dos objetivos, do modelo conceptual e hipóteses de investigação. No quarto capítulo é apresentada a metodologia seguida na investigação. O quinto capítulo apresenta os resultados do estudo e a discussão dos mesmos. Por último,

o sexto capítulo expõe as conclusões, limitações e contribuições do estudo, assim como sugestões para investigação futura.

Figura 1 - Estrutura da Dissertação

Capítulo I	• Introdução
Capítulo II	• Revisão da literatura • Responsabilidade Social Corporativa; • Divulgação de Informação Não Financeira; • Qualidade da Informação Não Financeira; • Utilidade da Informação Não Financeira; • Desempenho Não Financeiro.
Capítulo III	• Objetivos, modelo conceptual e hipóteses de investigação
Capítulo IV	• Metodologia
Capítulo V	• Análise e discussão de resultados
Capítulo VI	• Conclusão

Fonte - Elaboração Própria

O DNF é uma variável que depende de uma infinidade de fatores, alguns dos quais serão abordados neste capítulo, tais como a Dimensão das empresas, a Perceção dos Benefícios da DINF, a IA à INF, a QINF e a UINF. Antes de avançar para os tópicos acima assinalados, iremos abordar a Responsabilidade Social Corporativa (RSC), sendo o ponto de partida deste estudo.

2.1 Responsabilidade Social Corporativa

A temática da RSC tem despertado um interesse crescente por parte de empresários, gestores de empresas, académicos, investigadores e sociedade em geral. O seu desenvolvimento dá-se essencialmente no século XX, em particular nos últimos 50 anos, sobretudo em países desenvolvidos (Carroll, 1999). Este fenómeno deve-se a fatores como a globalização dos mercados, a necessidade de maior transparência e o compromisso com as partes interessadas, incluindo a sociedade em geral (Martínez-Ferrero *et al*., 2013). De facto, a integração de comportamentos responsáveis tem sido, nas últimas décadas, uma prioridade estratégica para as empresas ganharem legitimidade junto dos *stakeholders* (Barrena-Martínez *et al*., 2019; Diaz-Carrion *et al*., 2018). Por isso, importa abordar o conceito de RSC, a sua contextualização e a exploração das suas dimensões.

2.1.1 Definição de Responsabilidade Social Corporativa

Tanto o ambiente empresarial como o ambiente académico demonstram pouca certeza relativamente à forma como a RSC deve ser definida (Dahlsrud, 2008). De acordo com este autor, esta incerteza deve-se à abundância de definições presentes na literatura. Uma vez que muitas delas são orientadas para temáticas específicas, não tem sido possível desenvolver e estabelecer o conceito na sua totalidade (van Marrewijk, 2003). Para além disso, o facto de existirem definições divergentes de RSC pode indicar que existem visões e abordagens diferentes a este conceito, o que pode dificultar a implementação de uma definição consensual (Dahlsrud, 2008). Ainda assim, importa analisar as diferentes definições existentes e perceber as diferentes formas de abordagem à RSC.

O trabalho de revisão da literatura existente sobre esta temática desenvolvido por Archie B. Carroll, em 1999, atribui uma das primeiras definições formais de RSC a

Howard R. Bowen (Carroll, 1999). No seu livro intitulado "*Social Responsibilities of the Businessman*", publicado em 1953, Bowen indica que a RSC é um termo que se refere "*às obrigações do empresário de perseguir tais políticas, de tomar tais decisões, ou de seguir tais linhas de ação que são desejáveis em termos dos objetivos e valores da nossa sociedade*" (Bowen, 1953, citado por Carroll, 1999, p. 270).

Nas décadas de 1960 e 1970, verifica-se um aumento significativo das tentativas de estabelecer novos significados de RSC (Carroll, 1999). Em oposição, de acordo com o mesmo autor, a década de 1980 assinala o momento em que o foco da investigação nesta temática é desviado para noções alternativas tais como "*recetividade social corporativa, DSC [desempenho social corporativo], política pública, ética de negócio, e teoria/gestão do stakeholder*" (Carroll, 1999, p. 284). Apesar disso, continuaram a surgir novas definições de RSC. Neste contexto, em 1980, Thomas M. Jones propõe que a RSC seja definida como "*a noção de que as empresas têm uma obrigação para com grupos constituintes na sociedade que não os acionistas e para além daquela prescrita por lei ou acordo sindicalista*" (Jones, 1980, p. 59-60). Mais tarde, Epstein (1987, p. 104) entende que a RSC está associada a "*principalmente alcançar resultados de decisões organizacionais relativas a questões ou problemas específicos que (por qualquer requisito normativo) têm efeitos benéficos e não adversos sobre stakeholders corporativos pertinentes*".

A década de 1990 consolida a diminuição do número de definições inovadoras de RSC e o interesse no desenvolvimento de conceitos e temáticas relacionadas (Carroll, 1999). Em 1999, o discurso do então Secretário-Geral da ONU, Kofi Annan, no Fórum Económico Mundial, atribui um reconhecimento global à noção de RSC (Latapí Agudelo *et al*., 2019). Como evidência desse reconhecimento acrescido, é publicado, em 2001, o Livro Verde da CE, o qual refere a RSC como a decisão das empresas, numa base voluntária, de contribuir para uma sociedade mais justa e para um ambiente mais limpo (CE, 2001). De acordo com este documento, "*a maioria das definições descreve a responsabilidade social das empresas como a integração voluntária de preocupações sociais e ambientais por parte das empresas nas suas operações e na interação com outras partes interessadas*" (CE, 2001, p. 7). O Livro Verde ainda realça que "*é cada vez maior o número de empresas europeias que promovem estratégias de responsabilidade*

social como reação a diversas pressões de natureza social, ambiental e económica" (CE, 2001, p. 3).

Em 2000, o *World Business Council for Sustainable Development* (WBCSD), definiu RSC como o *"compromisso continuado por parte das empresas em agir eticamente e contribuir para o desenvolvimento económico enquanto melhoram a qualidade de vida dos trabalhadores e suas famílias bem como a comunidade local e sociedade em geral"* (WBCSD, 2000, citado por Dahlsrud, 2008, p. 7). Martínez-Ferrero *et al*. (2013), por outro lado, apresentam uma definição assente em três elementos: práticas sustentáveis, visando a resolução de conflitos de interesses entre gestores e *stakeholders*; ir além da lei, ultrapassando as condutas estabelecidas na lei; e ético, fazendo o mais correto.

Rapidamente, a ideia de RSC passou a ser um fenómeno à escala global (Habaragoda, 2018), transitando de uma ideologia para a realidade, representando atualmente uma dimensão importante das práticas empresariais (Maon *et al*., 2009). Neste sentido, o conceito de RSC foi se tornando mais amplo. De acordo com a *International Standard Organization* (ISO) 26000, a RSC consiste na responsabilidade que uma organização deve assumir pelos impactos da sua atividade na sociedade e no ambiente, através de um comportamento ético e transparente que: (1) promova o desenvolvimento sustentável, incluindo a saúde e o bem-estar da sociedade; (2) considere as expetativas dos *stakeholders*; (3) cumpra com a legislação respetiva; (4) seja concordante com as normas de comportamento internacionais; e (5) esteja integrada na organização e seja praticada no contexto das suas relações (ISO, 2010).

Mais recentemente, Morioka *et al*. (2017) definem a RSC como uma estratégia de negócios e de investimentos que procura utilizar as melhores práticas de negócios para atender e equilibrar os interesses de *stakeholders* atuais e futuros. Kapur (2020), por outro lado, define RSC como um conceito que está associado à incorporação, de forma voluntária, de preocupações sociais e ambientais nas operações de negócios, promovendo a harmonia das partes interessadas. A RSC é um termo que também pode traduzir uma maior sensibilidade às preocupações ambientais e sociais nas áreas onde a empresas desenvolve a sua atividade (Teixeira *et al*., 2018). Por sua vez, Chen e Vanclay (2021) definem a RSC como o conjunto de ações e práticas adotados por uma empresa para promover o desenvolvimento sustentável. Sobrosa Neto *et al*. (2020) defendem a RSC

como uma nova abordagem de gestão cujo objetivo é atender a procura do mercado ao observar, simultaneamente, as esferas social e ambiental.

Face ao exposto, a RSC, apesar de não ser um tema recente na literatura, ainda não reúne unanimidade relativamente ao seu conceito (Okoye, 2009). Com efeito, são muitos os autores com visões distintas sobre o tema. Por exemplo, Friedman (2007) apresenta uma definição mais direcionada a um dever de garantir a sustentabilidade financeira da entidade, enquanto McWilliams *et al.* (2006) indicam que as definições assentam num comportamento mais assente na ética, no comportamento socialmente responsável e no impacto que a atividade das entidades apresenta na sociedade e no meio ambiente. Esta falta de consenso na definição da RSC pode ser explicada quer porque a procura por práticas sustentáveis e de responsabilidade social evolui com o passar do tempo, quer pela dificuldade de categorizar e medir tais práticas, sendo que isto dificulta o desenvolvimento, a aplicação e o monitoramento da responsabilidade social das organizações (Sarkar & Searcy, 2016). De qualquer das formas, o conceito de RSC faz parte da linguagem e das práticas dos negócios, está na base de diversas teorias e é consistente com as expectativas da sociedade relativamente ao mundo empresarial atual (Carroll, 1999).

2.1.2 A Importância da Responsabilidade Social Corporativa

O termo RSC surgiu entre o final do século XIX e o início do século XX, através do livro "O Evangelho da Riqueza" de Carnegie (Alves, 2003). A existência de desenvolvimentos na área da RSC antes de 1950 é reconhecida por Carroll (1999), mas a era moderna do estudo da RSC tem na sua génese o trabalho de Bowen. O seu livro de 1953 assenta na ideia de as empresas serem centros de poder e de tomada de decisão, e que as ações dessas empresas afetam a vida dos cidadãos, pelo que devem assumir algumas responsabilidades (Bowen, 1953, citado por Carroll, 1999). De acordo com Bowen (1953), as organizações são instituições sociais, na qual a caridade e o zelo são partes integrantes dos seus princípios, sendo esta ideia a base da responsabilidade social (Bowen, 1953, citado por Alves, 2003).

Entre os anos de 1950 e 1960, o foco principal nesta temática assenta na responsabilidade das empresas perante a sociedade, traduzindo-se num aumento do

interesse nas relações entre negócios e sociedade (Carroll & Shabana, 2010; Morioka *et al*., 2017). O foco neste período deve-se aos movimentos pelos direitos civis e a presença cada vez maior dos sindicatos que impulsionaram a adoção de práticas mais humanas com relação ao trabalho (Carroll, 1999; Lee, 2008; Albuquerque Filho *et al*., 2019). Nesta época, Davis (1960, citado por Carroll, 1999) defende que a RSC deve ser vista, à luz da gestão, como uma ideia inovadora, onde existe uma relação muito próxima entre a responsabilidade social e o poder empresarial, ou seja, as decisões de negócios socialmente responsáveis são motivadas pela hipótese de gerar ganhos económicos de longo prazo para as empresas, transmitindo para a sociedade uma imagem socialmente responsável.

Na década de 1970, verifica-se uma expansão da literatura sobre RSC com o surgimento de novas tentativas de aprofundar o significado de RSC (Carroll, 1999; Rego *et al*., 2007). Nesta época, a imagem das empresas enquanto parte integrante da sociedade e com responsabilidades sobre a mesma começou a ser aceite, fazendo emergir a expectativa relativamente a respostas sobre questões sociais e a exigência de comportamentos éticos (Clark, 2000). Neste âmbito, o Comité para o Desenvolvimento Económico, em 1971, refere que os negócios existem por consentimento público e têm como objetivo servir as necessidades da sociedade (CDE, 1971). Assim, as empresas são pressionadas para assumir responsabilidades mais amplas, direcionadas para o elemento humano. Surgem, então, debates sobre a responsabilidade das organizações acerca do impacto da sua atividade, e avalia-se a imposição de limites às empresas que procurem maiores margens de lucro, para que as mesmas atuem em respeito pela sociedade e dentro dos limites legais e éticos (ONU, 2012). Dessa forma, as empresas transitam de uma ideologia unicamente focada em aspetos financeiros, em que visam apenas o lucro, para uma ideologia que adota as dimensões social e ambiental da RSC (Carroll, 1991; Palihawadana *et al*., 2016; Albuquerque Filho *et al*., 2019). Carroll (1991) destaca que, entre os anos de 1970 e 1980, as perspetivas social e ambiental começaram a ser observadas e integradas pelas organizações nos seus relatórios.

Em 1980, foi verificada uma aproximação entre os interesses das empresas e da sociedade, com as empresas a tornarem-se mais sensíveis relativamente aos seus *stakeholders* (Moura-Leite & Padgett, 2011). Efetivamente, Drucker (1984) refere que uma entidade deve alcançar lucro com a sua atividade visando cobrir custos futuros,

associando a rentabilidade como o primeiro nível de responsabilidade social a ser colocado em prática de modo a potenciar oportunidades de negócio. De igual modo, Varadarajan e Menon (1988) defendem que tal rentabilidade é fruto do marketing realizado pelas empresas para melhorar a sua reputação perante as partes interessadas. Neste sentido, a década de 1980 verificou uma diminuição do número de definições criadas no âmbito da RSC, contrastando com o aumento de pesquisas empíricas e o amadurecimento de conceitos alternativos, nomeadamente, o desempenho social empresarial, a ética dos negócios e a gestão dos *stakeholders*.

Desde 1990, a RSC tem se tornando quase mundialmente aceite e incentivada por todos os agentes da sociedade, tais como governos, empresas, consumidores e organizações não-governamentais (Moura-Leite & Padgett, 2011). Ainda, organizações internacionais como a ONU, o Banco Mundial, a Organização para a Cooperação Económica e Desenvolvimento (OCDE) e a Organização Internacional do Trabalho, têm estabelecido diretrizes sobre a RSC (Moura-Leite & Padgett, 2011).

Na década de 2000, a RSC estabeleceu-se definitivamente como uma questão estratégica essencial para muitas empresas pelas mudanças institucionais realizadas, pela aproximação da sustentabilidade social e ambiental, por se tratar de uma importante fonte de legitimidade institucional das empresas e pelo facto das empresas terem algumas responsabilidades sociais incorporadas, bem como as responsabilidades legais (Moura-Leite & Padgett, 2011).

Em 2000, surgiu o documento "*Guidelines for Multinational Enterprises*" da OCDE. Este documento é dirigido a empresas multinacionais e integra orientações de apoio a diferentes áreas no domínio da RSC (Santos *et al*., 2006). Ao nível da UE, em 2000, o Concelho Europeu de Lisboa definiu a "Estratégia de Lisboa", que apelava à responsabilidade social do meio empresarial (Santos *et al*., 2006). Em 2002, a CE publicou o documento "*Comunicação da Comissão Relativa à Responsabilidade Social das Empresas: Um Contributo das Empresas para o Desenvolvimento Sustentável*". Neste documento, que deu seguimento ao Livro Verde (2001), a CE apresentou a estratégia da UE para promover a RSC (CE, 2002). Em 2006, a CE lançou um novo documento, designado "*Comunicação da Comissão ao Parlamento Europeu, ao Conselho e ao Comité Económico e Social Europeu – Implementação da Parceria para*

o Crescimento e o Emprego: Tornar a Europa um Pólo de Excelência em Termos de Responsabilidade Social das Empresas" (CE, 2006).

A CE, em 2011, para promover a RSC durante o período de 2011 a 2014, renovou a estratégia da UE apresentando um novo conceito de RSC, "*ações levadas a cabo pelas empresas para além das suas obrigações legais perante a sociedade e o ambiente*" (CE, 2011, p. 4). De acordo com a CE (2011), a crise económica e as suas consequências sociais deterioraram os níveis de confiança no setor empresarial e atraíram a atenção do público para o desempenho social e ético das empresas. Através desta nova estratégia, a CE tencionava criar condições que permitissem um crescimento sustentável, um comportamento responsável das empresas e a criação de emprego a médio e longo prazo (CE, 2011). Em 2012, vinte anos após a Cimeira da Terra, no Rio de Janeiro em 1992, os líderes mundiais voltaram a reunir para debaterem o compromisso com o desenvolvimento sustentável, analisando o que foi feito nas últimas décadas, e refletindo sobre qual o caminho a seguir nos próximos anos (UNGC, 2012). De acordo com a mais recente iniciativa, em RSC, desenvolvida pela ONU, para que a participação ativa do setor privado na Agenda 2030, através da implementação dos ODS, seja bem-sucedida, é necessário que as empresas se envolvam e contribuam de forma significativa para essas metas (ONU, 2015). Como o percurso para a sustentabilidade futura depende, em parte, das empresas (PwC, 2018) estas devem interpretar e estabelecer prioridades na integração dos ODS nas suas estratégias e operações (Bebbington & Unerman, 2018). Ao assumir este papel catalisador, as empresas podem demonstrar que estão comprometidas com procedimentos mais éticos e responsáveis (Scheyvens *et al*., 2016). Neste âmbito, o estudo de Topple *et al*. (2017) analisou, com base nos ODS, o envolvimento das empresas multinacionais em matérias de sustentabilidade. Os resultados demonstram que o desenvolvimento de práticas de sustentabilidade, por parte das empresas, foi influenciado pelas normas/diretrizes internacionais de sustentabilidade, como a *Global Reporting Initiative* (GRI), sendo ainda sugerido que estas normas sejam utilizadas no sentido de maximizar a divulgação de ODS. Outra evidência a realçar deste estudo assenta no facto das empresas-mãe incentivarem as suas práticas sustentáveis às filiais em países em desenvolvimento; sugerindo que a discrepância entre países desenvolvidos e em desenvolvimento pode ser atenuada com a implementação dos ODS (Topple *et al*., 2017).

No entanto, o *United Nations Global Compact* (UNGC) e a *Accenture Strategy* divulgam no estudo "*The Decade to Deliver – A Call to Business Action*", em 2019, que o contributo das empresas tem estado abaixo das expectativas em relação à implementação dos ODS. O estudo, que incidiu numa amostra de cerca de 1000 gestores, de 99 países, que desenvolvem funções em empresas de diferentes setores de atividade (total de 21 setores), evidencia que apenas 21% dos *Chief Executive Officer* (CEO) acreditam que as empresas têm desempenhado um papel importante nos ODS e somente 48% integram soluções de sustentabilidade na sua atividade (UNGC & *Accenture Strategy*, 2019). Ainda que 99% dos entrevistados determinem a sustentabilidade como essencial para o sucesso futuro das organizações e 81% das empresas tenham atuado no sentido de cumprir os ODS, o seu potencial tem sido mal aproveitado como resultado das incertezas recentes que desviaram os CEO do rumo da sustentabilidade (UNGC & *Accenture Strategy*, 2019). Para além disso, a falta de conhecimento e capacidade técnica dentro das empresas, o facto dos ODS serem novos e complexos, a incoerência nas políticas e a ausência de planeamento integrado, a inexistência de uma estrutura que seja eficaz na definição de prioridades, questões políticas e a falta de compromisso e de formação técnica podem ser alguns dos fatores que justifiquem as falhas na implementação dos ODS nas empresas (Allen *et al*., 2018).

Deste modo, nos últimos anos, tanto a sociedade como o mercado têm procurado, de forma crescente, dar preferência a empresas que adotem práticas de RSC, promovendo o desenvolvimento sustentável por via de parcerias público-privadas que, por conseguinte, incentivaram as práticas de responsabilidade social e ambiental (Venturelli *et al*., 2019; Sarkar & Searcy, 2016; Lozano *et al*., 2017). Outro fator que promoveu a RSC foi a perceção de que o crescimento populacional e a globalização impediam o setor público de conseguir, por si só, conduzir a sociedade a um futuro sustentável (Venturelli *et al*., 2019; Palihawadana *et al*., 2016).

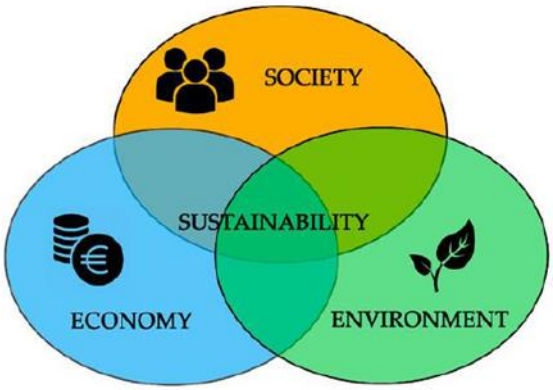
Como resultado dos meios empresariais e académicos darem cada vez mais relevo à RSC, várias ações têm sido desenvolvidas no sentido de estimular práticas de RSC nas empresas. Exemplos dessas ações são a realização de estudos que demonstram a importância e eficácia da RSC como impulsionadora do desempenho financeiro da organização, dado que a RSC está positivamente relacionada com o desempenho empresarial e vice-versa (Atan *et al*., 2018). Nomeadamente, estudos evidenciam que as

empresas com maior desempenho ambiental registaram retornos mais elevados e aquelas com boas práticas de governação têm demonstrado aumentar a confiança dos investidores o que resulta em valorização da empresa (Atan *et al*., 2018).

No contexto do desenvolvimento sustentável, cada vez mais empresas europeias reagem às pressões económicas, sociais e ambientais através de estratégias orientadas para a responsabilidade social, adotando assim uma abordagem sustentável ao invés de meramente cumprirem a legislação (CE, 2001; Aras & Crowther, 2008). Dessa forma, as empresas atendem às necessidades de todas as partes interessadas (*stakeholders*) e não apenas dos investidores (*shareholders*), investindo no futuro com a expectativa de que este compromisso voluntário se traduza num aumento da rendibilidade (CE, 2001). Assim sendo, o tema do desenvolvimento sustentável tem vindo a ser acolhido pelas empresas que pretendem corresponder aos princípios da responsabilidade social e à legislação ambiental (Fiksel *et al*., 2004). Desde que o Livro Verde da CE (2001) foi publicado que as questões socioambientais deixaram de ser vistas como uma problemática técnica ou política, tendo aumentado o entendimento e a perceção sobre as mesmas, tornando-se uma preocupação dos cidadãos e parte integrante da missão das empresas (Bebbington, 2001; Ionașcu *et al*., 2020).

O enquadramento da prática de desenvolvimento sustentável deve abranger as perspetivas económica, social e ambiental (Christofi *et al*, 2012). Nomeadamente, para que o desenvolvimento sustentável seja alcançado, deve existir uma conjugação de crescimento económico, inclusão social e proteção ambiental (ONU, 2015). Se as empresas considerarem estes três princípios no processo de tomada de decisão, potenciam a sua criação de valor (Brooks & Oikonomou, 2018). Esta tridimensionalidade está na base do conceito de "*Triple Bottom Line*" (Figura 2), que consiste na ideia de que as empresas não devem apenas desenvolver comportamentos social e ambientalmente sustentáveis, mas devem igualmente procurar obter rendimentos financeiros (Gimenez *et al*., 2012). Assim, as áreas Economia, Sociedade e Ambiente constituem os pilares da sustentabilidade empresarial, assente em três "P": "*profit*", "*people*" e "*planet*" (Amin-Chaudhry, 2016).

Figura 2 – The Triple Bottom Line



Fonte – Bernardi et al., (2017, p.2)

Contudo, a sustentabilidade empresarial não deve ser interpretada como uma despesa para as empresas (Christofi *et al*., 2012), mas sim como "*uma abordagem à criação de valor a longo prazo para o acionista através do aproveitamento de oportunidades e da gestão de riscos provenientes de tendências e desafios económicos, ambientais e sociais*" (DJSI & SAM, 2012, p. 6). Igualmente, Adams (2002) afirmou que as empresas beneficiam ao desenvolverem um comportamento socialmente responsável, atraindo e mantendo mais facilmente os funcionários, melhorando o processo de tomada de decisão, reduzindo custos com imagem e reputação e fomentando relacionamento dos funcionários, o que lhes permite obter indiretamente benefícios económicos adicionais (Fombrun *et al.*, 2000). Em suma, a RSC serve como um impulso para que as empresas sejam sustentáveis, não apenas do ponto de vista financeiro, mas também do ponto de vista social e ambiental (Brennan & Solomon, 2008).

2.1.3 Dimensões da Responsabilidade Social Corporativa

De forma a promover a RSC, o Livro Verde da CE (2001) explica a existência de duas dimensões da RSC: interna e externa (Tabela 1). A dimensão interna apresenta as práticas socialmente responsáveis que envolvem, fundamentalmente, os trabalhadores e as questões relacionadas com o investimento no capital humano, na saúde e segurança no trabalho e na gestão do impacto ambiental e dos recursos naturais. Estes fatores permitem a gestão da mudança e a conciliação do desenvolvimento social com uma competitividade

reforçada. Assim sendo, a dimensão interna da RSC está indexada ao bem-estar das partes interessadas que se conectam diretamente à organização (Habaragoda, 2018; Madsen & Rodgers, 2015). No que respeita à dimensão externa, na qual ultrapassa a esfera da própria empresa, além dos trabalhadores e acionistas, abrange os *stakeholders* externos, ou seja, as comunidades locais e outras partes interessadas, como parceiros comerciais; fornecedores; clientes, autoridades públicas e organizações não governamentais (CE, 2001). Assim, a relação das empresas com a comunidade pode ser direta (dimensão interna) ou indireta (dimensão externa), realizando-se através de várias ações que tornam as empresas socialmente conscientes, desenvolvidas e autossustentáveis (Öberseder *et al.*, 2013).

A Tabela 1 apresenta a divisão das duas dimensões, sendo a dimensão interna composta por práticas relacionadas com a gestão de recursos humanos, a saúde e segurança no trabalho, a adaptação à mudança e o impacto ambiental. Por outro lado, a dimensão externa é composta por práticas de RSE, as quais podem envolver as comunidades locais, os parceiros comerciais, fornecedores e consumidores, os direitos humanos e o ambiente global.

Tabela 1 – Dimensões da Responsabilidade Social Corporativa

Dimensão interna	Dimensão externa
Gestão de Recursos Humanos • Aprendizagem ao longo da vida; • Responsabilização dos trabalhadores; • Informação na empresa; • Equilíbrio: vida profissional, familiar e tempos livres; • Igualdade de remuneração e género; • Participação nos lucros e no capital da empresa; • Empregabilidade e segurança no trabalho; • Práticas de recrutamento não discriminatórias.	**Comunidades locais** • Integração social na comunidade local ao nível do emprego, remunerações, benefícios e impostos; • Controlo dos níveis de salubridade, estabilidade social e prosperidade; • Integração com o meio físico, ambiental e refe viária; • Envolvimento social local com a disponibilização de estruturas físicas, meios humanos e patrocínios.
Saúde e Segurança no trabalho (SST) • Aplicação das medidas legislativas; • Cultura de prevenção do risco; • Documentar e comunicar as boas práticas de SST; • Certificação e rotulagem de produtos, serviços, sistemas de gestão de SST; • Critérios de SST, nos regimes de concursos e contratos.	**Parceiros comerciais, fornecedores e consumidores** • Parcerias e alianças com empresas comuns e franquiadas; • Responsabilização social dos clientes, fornecedores, subcontratados e concorrentes; • Envolvimento no capital de risco de novas empresas inovadoras; • Fornecimento ético, eficientes e ecológico de produtos e serviços.
Adaptação à mudança • Redução das despesas, aumento da produtividade e melhoria da qualidade do serviço prestado aos clientes; • Motivação, lealdade, criatividade e produtividade do trabalho; • Identificação dos riscos, previsão de custos, execução de planos de contingência e minimização dos instrumentos e sistemas; • Formação profissional suplementar, modernização dos instrumentos e sistemas de produção, captação de investimentos, definição de procedimentos, diálogo, cooperação e estabelecimento de parcerias.	**Direitos Humanos** • Respeito pelas normas laborais, proteção do ambiente e direitos humanos; • Rejeição de práticas de suborno e corrupção; • Adoção de códigos de conduta sobre as condições de trabalho, direitos humanos e aspetos ambientais, incluindo nos fornecedores e subcontratados; • Observação do impacto das atividades sobre os direitos humanos dos trabalhadores e da comunidade local; • Aplicação e verificação dos códigos de conduta e de promoção das normas internacionais do trabalho em todos os níveis da organização e nos subcontratos; • Políticas de diálogo e informação com abordagens ao nível dos órgãos de gestão, trabalhadores e comunidade local; • Verificação continua do respeito pelos direitos humanos segundo as normas e a "auditoria social", garantindo a credibilidade dos relatórios.
Impacto ambiental • Redução na exploração de recursos; • Redução na emissão de poluentes, na produção de resíduos e gastos energéticos; • Monitorização dos custos ambientais.	**Ambiente global** • Desempenho ambiental positivo ao longo de toda a cadeia de produção; • Incremento global ao nível social e ambiental de forma a contribuir para um desenvolvimento sustentável integral.

Fonte – Ribeiro (2019, p. 6), adaptado do Livro Verde da CE (2001)

A RSC assume, então, um papel diferenciador na imagem que a empresa transmite para os seus *stakeholders* internos e externos. Consequentemente, os *stakeholders* pressionam as empresas à divulgação do seu desempenho a respeito da responsabilidade

social. Esta divulgação pode influenciar a tomada de decisão (de todas as partes interessadas) uma vez que permite "*de forma clara o entendimento da organização como um todo, garantindo uma melhoria na transparência da informação divulgada por parte da empresa*" (Ferreira, 2017, p. 50).

O próximo capítulo é dedicado à DINF, considera uma importante ferramenta ao dispor das empresas para partilhar o conjunto de ações e práticas que adotam no âmbito da RSC, assim como o seu desempenho.

2.2 Divulgação de Informação Não Financeira

A relevância da DINF tem aumentado no contexto empresarial, sendo cada vez mais preponderante nas óticas legislativa, profissional e académica (Carungu *et al.*, 2021). Neste ponto, são apresentadas as principais definições, as motivações, constrangimentos e impactos da DINF, as principais organizações que contribuem para o desenvolvimento desta temática e ainda a distinção entre a obrigatoriedade e a voluntariedade deste tipo de prática.

2.2.1 Definição de Divulgação de Informação Não Financeira

A DINF, devido à diversidade de terminologias que abrange, apresenta uma inconsistência na sua definição que se constata pelas inúmeras abordagens existentes na literatura. Erkens *et al.* (2015) analisaram uma grande amostra de artigos relacionados com o conceito de INF e concluíram que a maioria dos artigos existentes não apresentam uma definição, somente a tentam explicar através de outros conceitos relacionados, como são o caso do capital social, ambiental e humano, sustentabilidade ou RSC. Esta indefinição é uma das razões apontadas para a heterogeneidade dos canais de comunicação (Stolowy & Paugam, 2018).

De acordo com Upton (2001, p. 5), as "*divulgações e métricas não financeiras incluem pontuações de índices, rácios, contagens, e outras informações não apresentadas nas demonstrações financeiras básicas*". Para Admiraal *et al.* (2009, p. 15), as informações não financeiras "*compreendem todos os dados quantitativos e qualitativos sobre a política seguida, as operações comerciais e os resultados dessa política em termos de produção ou resultado, sem uma ligação direta com um sistema de registo financeiro*". Manes-Rossi *et al.* (2018, p. 3), por sua vez, baseados nos resultados do seu

estudo, indicam que a INF consiste numa "*ampla gama de temas e questões como políticas e impactos ambientais e sociais (por exemplo, uso de recursos e energia, emissões de gases de efeito estufa, poluição, biodiversidade, mudanças climáticas, tratamento de resíduos, saúde e segurança dos funcionários, igualdade de género, educação) e é fundamental para melhorar a prestação de contas e a transparência para com as partes interessadas*". No mesmo sentido, e como referido anteriormente, muitos autores definem ainda a temática relacionando-a com outros conceitos como o desenvolvimento sustentável e a RSC (Chong *et al.*, 2018, Manes-Rossi *et al.*, 2018, Barbosa *et al.*, 2021).

2.2.2 Motivações, constrangimentos e impactos da Divulgação de Informação Não Financeira

A concorrência global, os avanços tecnológicos e o aumento das regulamentações mudaram significativamente o cenário dos negócios. Além disso, a crise financeira destacou as lacunas dos relatórios financeiros tradicionais, incluindo a falta de informações orientadas para o futuro. Desta forma, iniciou-se uma crescente importância sobre atividades sociais e ambientais que tem sido amplamente reconhecida em todo o mundo. Segundo Ali *et al.* (2022), caraterísticas como o tamanho da empresa, a indústria, o desempenho financeiro são também fatores internos predominantes que impulsionam a DINF. Por outro lado, a falta de recursos, a responsabilidade afeta a tal relato, a não disponibilidade de dados e a falta de necessidade de legitimar ações empresariais são razões que originam a não DINF pelas entidades (Ali *et al.*, 2022; Nestra & Gurvitsh, 2018). Assim sendo, importa aferir quais as principais motivações, constrangimentos e impactos associados à DINF.

A DINF deriva de várias motivações como a visibilidade da empresa, preocupações políticas, sociais e ambientais e das necessidades de satisfazer as exigências e necessidades das partes interessadas (Ali *et al.*, 2017; Nikolaeva & Bicho, 2011). Tais motivações podem ser explicadas através da teoria da legitimidade, em que o fornecimento deste tipo de relatórios visa a criação de uma imagem/reputação de negócios perante os *stakeholders* (Haji & Anifowose, 2016; de Villiers & van Staden, 2006; Deegan, 2002; Siano *et al.*, 2017); da teoria das partes interessadas que, tem como

objetivo satisfazer as necessidades dos mesmos, em diversos aspetos, e da teoria institucional que assenta na pressão advinda dos órgãos reguladores (Adhariani & de Villiers, 2019).

As empresas deparam-se ainda com alguns desafios na elaboração dos relatórios não financeiros, dos quais os custos de preparação, a falta de infraestruturas de sistemas de informação e o receio de divulgar informações de mercado e sensíveis aos preços (Adhariani & de Villiers, 2018). A nível interno, constata-se ainda uma falta de conetividade e processos de integração de informação não financeira para a elaboração dos relatórios, bem como a falta de apoio da gestão de topo e a resistência dos demais colaboradores da empresa, o que reflete a necessidade de formação técnica e outras atividades instrutivas para as empresas e os funcionários reunirem as competências necessárias à elaboração dos relatórios não financeiros (Adhariani & de Villiers, 2018).

Em termos das possíveis consequências da DINF, Qiu *et al*. (2016) verificaram que o fator dominante para o relato de INF é a condição económica, ou seja, essa divulgação origina, nas empresas, maiores benefícios ao nível económico interno (maior acesso a investimentos) como no mercado de capitais (aumento do preço das ações/ quotas de mercado). Ainda possibilita, principalmente para empresas multinacionais, um melhor relacionamento com o mercado internacional sendo este um importante indicador estratégico que originará vantagem competitiva (Qiu *et al.*, 2016). Por sua vez, segundo Qian *et al.* (2020), os maiores impactos inerentes à DINF são o aumento da confiança por parte dos investidores, o aumento da competitividade de mercado e a satisfação dos clientes. Também verificaram outros impactos como o aumento do envolvimento dos funcionários, a melhoria de processos internos e a redução de supervisão regulatória, apesar de serem considerados fatores menos importantes.

Kumar *et al.* (2016, p. 292) referem que "*é um senso comum que a integração de práticas ambientais, sociais e de governança torna uma empresa menos vulnerável a riscos de reputação, políticos e regulatórios e, portanto, leva a uma menor volatilidade dos fluxos de caixa e lucratividade".* A integração do relato financeiro tradicional com o não financeiro resultará em impactos financeiros favoráveis visto que informação deste carácter é cada vez mais utilizada nos modelos de avaliação e decisões de investimentos por parte de analistas, gestores e investidores (Schramade, 2016). Sherwood e Pollard (2018, p. 36) defendem esta mesma ideia sendo que "*o uso de estratégias de práticas*

ambientais, sociais e de governança para selecionar investimentos permite aos investidores institucionais manter uma estratégia de gestão ativa ou passiva nos mercados emergentes".

No entanto, apesar da necessidade de mais e melhor informação que suporte a tomada de decisões eficientes e eficazes por parte dos *stakeholders*, o aumento da DINF desencadeou um sentimento dúbio no que respeita à qualidade e credibilidade dessa mesma informação (Michelon *et al.*, 2015). Por conseguinte, as empresas devem estar cientes do impacto da DINF, positivos e negativos e, por isso, é fundamental que haja uma compreensão e reflexão sobre o que relatar e como relatar de modo a iniciarem um ciclo de confiança com os *stakeholders*. Assim, as empresas não devem omitir informação relevante e primar pela transparência, relatando informação de caracter positivo e negativo (Manes-Rossi *et al.*, 2018).

2.2.3 Organizações de referência na Divulgação de Informação Não Financeira

Diversas organizações nacionais e internacionais produzem normas ou diretrizes de modo a auxiliar as empresas na elaboração de relatórios não financeiros comparáveis e fiáveis. Destacam-se, assim, as seguintes organizações, tendo como base o papel importante desenvolvido pelas mesmas quanto à promoção e melhoria da QINF divulgada.

Fundada em 1946, a ISO, organização independente e não governamental, é considerada a maior emissora de normas internacionais de aplicação voluntária do mundo (Liu *et al.*, 2017). Esta organização, em novembro de 2010, emite a ISO 26000, uma norma de adoção voluntária e não certificável, que emite orientações ao nível da gestão e liderança que versa igualmente sobre o tema da RSC.

A ISO 26000 foi realizada no âmbito do *Working Group for Social Responsibility* e desenvolvida, ao longo de um período de cinco anos, por 95 países, entre os quais Portugal, 45 organizações internacionais, incluindo organizações não governamentais e do setor público e privado. Esta norma foi publicada a novembro de 2010. A norma é um guia que contém recomendações a adotar pelas empresas, que credibiliza o relato da INF, orienta no que respeita às estratégias a implementar, a princípios éticos e transparentes

(entre outros), visando uma crescente atuação socialmente responsável por parte das instituições (Moratis, 2015; Tschopp & Nastanski, 2014). A ISO 26000 projetada para todo o tipo de organizações, independentemente do tamanho, localização ou atividade que desempenha, apresenta sete temas centrais (Tabela 2): organizacional; direitos humanos; práticas laborais; ambiente; práticas operacionais justas; questões relacionadas com os consumidores; e envolvimento e desenvolvimento comunitário. Estes são subdivididos em 37 questões que se traduzem em recomendações de ação a serem colocadas em prática pelas empresas que decidam alinhar-se com esta norma.

Tabela 2 – Temas centrais da ISO 26000:2010

ISO 26000: 2010
Temas
Organizacional
Direitos humanos
Práticas laborais
Ambiente
Práticas operacionais justas
Questões relacionadas com os consumidores
Envolvimento e desenvolvimento comunitário

Fonte – ISO (2010, p.viii)

Ainda de reportar a existência de outras ISO's no âmbito da RSC, das quais a ISO 14001 – Sistema de gestão ambiental, ISO 37001 – *Anti-Bribery Management System*, ISO 45001: *Occupational Health and Safety Management*.

No início dos anos 90, a perceção da importância do relato de INF era muito escassa, mas já havia a noção de que as empresas necessitavam de regras que as direcionassem a divulgar, às partes interessadas, informação de qualidade (Waddock & White, 2007). Neste seguimento, surgiu a GRI, uma organização sem fins lucrativos, fundada em 1997, por organizações não governamentais (*Coalition For Environmentally Responsible Economies* e *United Nations Environment Programme)* (Brown *et al.*, 2009).

Esta organização internacional independente tem como missão auxiliar as entidades governamentais, empresas e outras instituições a identificar, compreender e comunicar, de modo transparente, o impacto da sua atividade do ponto de vista da sustentabilidade, nomeadamente em matérias relacionadas com as alterações climáticas, os direitos humanos, a corrupção, o governo societário e o bem-estar social, de forma a criar vantagens futuras ao nível económico, social e ambiental (GRI, 2022a). O objetivo geral

das diretrizes/normas GRI assenta na criação de meios para que no futuro a sustentabilidade seja um elemento integrante do processo de decisão das distintas organizações, o que implica que os responsáveis adotem estratégias que promovam decisões que visem uma economia mais sustentável (Marimon *et al*., 2012).

No que respeita à informação a divulgar pelas organizações, a GRI incentiva o relato dos impactos económicos, ambientais e sociais em relação às suas operações, produtos e serviços (abordagem "*triple bottom line*") e, consequentemente, as suas contribuições, positivas ou negativas, para o atingimento dos ODS (GRI, 2022a). Orienta ainda para que sejam publicados relatórios com qualidade, equilibrados, transparentes, confiáveis e comparáveis, que respondam às necessidades das partes interessadas e que proporcionem às entidades avaliarem oportunidades e riscos melhorando a tomada de decisão (GRI, 2022a).

As diretrizes da GRI são compostas por um conjunto de princípios e conteúdos com foco no relato de indicadores das três dimensões (económica, social e ambiental) aquando da divulgação de informação nos relatórios de sustentabilidade tendo, até ao momento, sido publicadas quatro versões, a G1, G2, G3 e G4, em 2000, 2002, 2006 e 2013, respetivamente (GRI, 2022a). A quarta geração (G4), tal como as outras anteriormente publicadas visa apoiar as empresas na elaboração do relatório (GRI, 2022b). A revisão e aperfeiçoamento desta permitiu não só um maior foco na cadeia de valor, na estratégia empresarial, na materialidade e nas formas de gestão, como fornecer uma estrutura mais flexível, requisitos mais claros e linguagem comum (GRI, 2022b) de modo que as empresas deixem de ver a divulgação destes relatórios como algo de carácter excecional e adotem tal como uma prática usual (GRI, 2022b).

A G4, em 2016, é substituída pelas GRI *Standards*. Tendo na base os mesmos pressupostos da G4, as alterações visam suprimir redundâncias, simplificar conceitos, permitir uma atualização mais rápida e fácil, assegurar uma maior qualidade e comparabilidade, permitindo, assim, que as normas da GRI se tornem uma referência a nível mundial (GRI, 2022b).

A GRI apresenta duas formas de efetuar o relato de INF: essencial e abrangente (GRI, 2022b). A opção essencial remete para o mínimo de informação necessária para proporcionar uma visão verdadeira e clara no que respeita à natureza da empresa e os

impactos da atividade relativamente às três dimensões da sustentabilidade, enquanto a opção abrangente tem como base a opção essencial, sendo abordados os mesmos tópicos de modo mais aprofundado e ainda temáticas relacionadas com a estratégia, a ética, entre outras, de modo a satisfazer as necessidades mais alargadas de informação dos agentes económicos (GRI, 2022b).

Ademais, tais normas encontram-se divididas em quatro séries: GRI 101: Fundamentos (princípios de relato e os requisitos para elaboração de um relatório em conformidade com a GRI), GRI 102: Divulgações gerais (informações gerais sobre a organização, como perfil, ética e integridade, estratégia, entre outros), GRI 103: Abordagem de Gestão (informação sobre a forma de gestão), GRI 200: Económico, GRI 300: ambiental e GRI 400: Social. Tais normas foram desenvolvidas para serem utilizadas conjuntamente de modo que o relato dos tópicos materialmente relevantes seja efetuado de forma a fornecer uma descrição equilibrada e criteriosa das contribuições de uma empresa no que respeita aos ODS (GRI, 2022b).

A qualidade do relato da INF, tendo por base as normas GRI e no entender da organização, é assegurada se houver a integração dos princípios de relato (GRI, 2022b), os quais são divididos nos princípios para a definição do conteúdo do relatório, que visam ajudar as empresas a decidir os conteúdos a serem divulgados tendo em conta as expectativas dos *stakeholders* (GRI, 2022b) e nos princípios para definição de qualidade do relatório, que têm por base assegurar com exatidão, equilíbrio, clareza, comparabilidade, confiabilidade e tempestividade a informação relatada, de modo a que as partes interessadas possam percebe-la e avaliar o desempenho da entidade (GRI, 2022b).

A ONU, sendo uma das organizações de referência no que respeita à RSC, em janeiro de 1999 apresentou o UNGC, idealizado pelo Kofi Annan, secretário-geral da organização na altura (UNGC, 2021). O anúncio oficial ocorreu somente um ano depois, a julho de 2000 (UNGC, 2021). O alinhamento das atividades e das estratégias das organizações, a aproximação e facilitismo de comunicação entre as empresas, o governo, a sociedade e outras entidades, bem como o desenvolvimento de um mercado global mais justo, inclusivo e sustentável, são alguns dos objetivos inerentes ao UNGC (UNGC, 2021).

O UNGC é composto por mais de 11 mil empresas de 156 países diferentes e no seu documento de apoio à promoção de um crescimento sustentável, de carácter totalmente voluntário, engloba 10 princípios distribuídos por quatro categorias (Tabela 3): direitos humanos; trabalho; meio ambiente; anticorrupção.

Tabela 3 - Os dez Princípios do United Nations Global Compact

Dez Princípios do *United Nations Global Compact*	**Descrição**
Direitos Humanos	1. Apoiar e respeitar a proteção dos direitos humanos proclamados internacionalmente;
	2. Certificar-se de que não são cúmplices de abusos dos direitos humanos.
Trabalho	3. Defender a liberdade de associação e o reconhecimento efetivo do direito à negociação coletiva;
	4. Eliminação de todas as formas de trabalho forçado e obrigatório;
	5. Abolição efetiva do trabalho infantil;
	6. Eliminar a discriminação no emprego.
Meio Ambiente	7. Apoiar uma abordagem preventiva aos desafios ambientais;
	8. Desenvolver iniciativas para promover uma maior responsabilidade ambiental;
	9. Incentivar o desenvolvimento e a difusão de tecnologias amigas do ambiente.
Anticorrupção	10. Combater a corrupção em todas as suas formas, incluindo extorsão e suborno.

Fonte - Elaboração própria, adaptado do UNGC (2021, p. 36)

Em 2003, a ONU aprovou ainda as *Norms on the Responsibilities of Transnational Corporations and other Business Enterprises with regard to Human Rights* as quais visem assegurar, por parte das empresas multinacionais, o direito à igualdade de oportunidades e o tratamento de não discriminação, o direito da segurança das pessoas, o direito dos trabalhadores, o respeito pela soberania nacional e pelos direitos humanos, as obrigações relativas aos consumidores e as obrigações relativas à proteção do ambiente.

Na sequência de enumeras conferências e encontros, em 2000, é adotada a Declaração do Milénio da ONU. Em 25 de setembro de 2015, a resolução da ONU "Transformar o Nosso Mundo: Agenda 2030 de Desenvolvimento Sustentável" é aprovada pelos líderes mundiais na cimeira de Nova Iorque. Esta agenda de desenvolvimento sustentável engloba cinco grandes áreas temáticas, os 5P's, pessoas, planeta, prosperidade, parcerias e paz (ONU, 2015).

A Agenda 2030 determina os 17 ODS, assentes em 169 metas, evidenciando a ambição e abrangência desta nova agenda global. Os ODS são integrados, indivisíveis e aglomera as dimensões económica, social e ambiental de forma equilibrada. Contrariamente aos Objetivos de Desenvolvimento do Milénio, que eram circunscritos aos países em desenvolvimento, estas novas metas passam a requerer o esforço de todos os países e de todos os setores da sociedade, atingindo uma dimensão global (ONU, 2015). A Tabela 4 apresenta a respetiva descrição de cada um dos ODS (erradicar a pobreza; erradicar a fome; saúde de qualidade; educação de qualidade; igualdade de género; água potável e saneamento; energias renováveis e acessíveis; trabalho digno e crescimento económico; indústria, inovação e infraestruturas; reduzir as desigualdades, cidades e comunidades sustentáveis; produção e consumo sustentáveis; ação climática; proteger a vida marinha; proteger a vida terrestre; paz, justiça e instituições eficazes; parcerias para a implementação dos objetivos).

Tabela 4 - 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável

Objetivos de Desenvolvimento Sustentável - Agenda 2030	Descrição
1. Erradicar a Pobreza	Acabar com a pobreza em todas as suas formas e em todos os lugares.
2. Erradicar a Fome	Acabar com a fome, alcançar a segurança alimentar e a melhoria da nutrição e promover a agricultura sustentável.
3. Saúde de Qualidade	Garantir uma vida saudável e promover o bem-estar para todos, em todas as idades.
4. Educação de Qualidade	Garantir uma educação inclusiva e equitativa de qualidade e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todos.
5. Igualdade de Género	Alcançar a igualdade de género e capacitar todas as mulheres e raparigas.
6. Água potável e saneamento	Garantir a disponibilidade e a gestão sustentável da água e saneamento para todos.
7. Energias renováveis e acessíveis	Garantir o acesso à energia fiável, sustentável, moderna e a preço acessível para todos.
8. Trabalho digno e crescimento económico	Promover o crescimento económico sustentado, inclusivo e sustentável, o emprego pleno e produtivo, e o trabalho digno para todos.
9. Indústria, inovação e infraestruturas	Construir infraestruturas resilientes, promover a industrialização inclusiva e sustentável, e fomentar a inovação.
10. Reduzir as desigualdades	Reduzir a desigualdade dentro dos países e entre eles.
11. Cidades e comunidades sustentáveis	Tornar as cidades e os povoamentos humanos inclusivos, seguros, resilientes e sustentáveis.
12. Produção e consumo sustentáveis	Garantir padrões de produção e de consumo sustentáveis.
13. Ação climática	Tomar medidas urgentes para combater as alterações climáticas e os seus impactos.
14. Proteger a vida marinha	Conservar e utilizar de forma sustentável os oceanos, os mares e os recursos marinhos, para o desenvolvimento sustentável.
15. Proteger a vida terrestre	Proteger, recuperar e promover o uso sustentável dos ecossistemas terrestres, gerir as florestas de forma sustentável, combater a desertificação, travar e reverter a degradação dos solos e estancar a perda de biodiversidade.
16. Paz, justiça e instituições eficazes	Promover sociedades pacíficas e inclusivas para o desenvolvimento sustentável, proporcionar o acesso à justiça para todos e construir instituições eficazes, responsáveis e inclusivas a todos os níveis.
17. Parcerias para a implementação dos objetivos	Fortalecer os meios de implementação e revitalizar a parceria global para o desenvolvimento sustentável.

Fonte – ONU (2015, p. 14)

A este respeito, em 2015, a GRI, o UNGC e a WBCSD elaboraram conjuntamente um guia de apoio e orientação à forma como as empresas podem orientar a sua estratégia e gerir a sua contribuição para os ODS ("*SDG Compass*") para atender à importância do

setor empresarial no cumprimento das metas estabelecidas na Agenda 2030 (GRI, UNGC & WBCSD, 2015). O "Guia dos ODS" oferece às empresas a oportunidade de medir e relatar a questão da sustentabilidade, permitindo que o setor empresarial, para além de contribuir para os ODS, também obtenha benefícios como a identificação de oportunidades futuras de negócio ou a aprimoração da relação com as partes interessadas (GRI, UNGC & WBCSD, 2015)

O *SDG Compass* orienta as empresas na forma como os ODS têm impacto nos negócios ao apresentar as ferramentas e a informação necessárias para que o centro da estratégia das empresas possa ser a sustentabilidade (GRI, UNGC & WBCSD, 2015). Estas orientações estão distribuídas pelos seguintes cinco passos:

1. Compreender os ODS: as empresas são auxiliadas na familiarização com os ODS, com o objetivo de compreenderem as oportunidades e as responsabilidades que representam;

2. Definir Prioridades: as empresas são motivadas a estabelecer as suas prioridades através de uma avaliação dos impactos positivos e negativos, atuais e potenciais dos ODS, com foco em três ações abrangentes – mapear a cadeia de valor, selecionar indicadores, recolher dados e definir as prioridades;

3. Definir Objetivos: as empresas podem demonstrar que se comprometem com a meta de desenvolvimento sustentável ao alinhar os seus objetivos com os ODS, num passo distribuído por quatro etapas – definir o âmbito dos objetivos e estabelecer *key performance indicator*s, definir uma base e selecionar o tipo de objetivo, estabelecer o nível de ambição e divulgar o compromisso com os ODS;

4. Integrar: são identificadas as formas como as empresas podem integrar os ODS, recorrendo a três ações – incorporar os objetivos de sustentabilidade no negócio, incluir a sustentabilidade em todas as funções e estabelecer parcerias;

5. Reportar e Comunicar: os ODS dão a possibilidade às empresas de reportar o seu desempenho no compromisso da sustentabilidade através de indicadores comuns e prioridades partilhadas, sendo para isso necessárias as seguintes ações – reporte e comunicações eficazes e comunicação do desempenho nos ODS.

Associado a estas etapas está o cumprimento da legislação relacionada, o respeito por padrões internacionais essenciais e o tratamento prioritário dos impactos negativos nos direitos humanos, por parte das empresas (GRI, UNGC & WBCSD, 2015).

Relativamente ao *International Integrated Reporting Council* (IIRC), este foi criado em 2010. Este organismo surge da necessidade de redesenhar os processos de elaboração de relatórios corporativos, o que dá origem ao Relatório Integrado, com o desafio do que o mesmo fosse aceite a nível global (Izzo *et al.*, 2020). Este organismo propõe não só a criação de um relatório único que incorpore informações qualitativas e quantitativas ao nível financeiro e não financeiro, bem como estabelece um conjunto de princípios orientadores e elementos de conteúdo a serem considerados para que a informação divulgada apresente grau de comparabilidade, descreva a atividade de criação de valor da entidade e disponibilize uma melhor perceção da estratégia e do desempenho da mesma (Buchholz *et al.*, 2020; Ortiz-Martínez *et al.*, 2020).

Os princípios orientadores estabelecidos pela IIRC auxiliam as entidades quanto ao conteúdo e tipo de informação que deve ser apresentada nos Relatórios Integrados. Estes devem evidenciar, conforme a Tabela 5, (1) foco na estratégia, (2) conectividade da informação, (3) orientação futura, (4) capacidade de resposta e inclusão das partes interessadas e (5) concisão, fiabilidade e materialidade.

Tabela 5 - Princípios orientadores para a preparação do Relatório Integrado

Princípios	Descrição
Foco na estratégia	Objetivos estratégicos da organização;
	Planos de implementação dos objetivos estratégicos;
	Interligação com outras componentes do modelo de negócio.
Conectividade da informação	Natureza mutável da tomada de decisões empresariais e ligações críticas no pensamento e na atividade empresarial;
	Ajuda a quebrar o foco tradicional questões relacionadas com a informação financeira.
Orientação futura	Espectativas da organização em equilibrar os seus interesses a curto e longo prazo;
	Fatores críticos, desafios e barreiras que podem existir ao longo do percurso.
Capacidade de resposta e inclusão das partes interessadas	Relações da organização com os principais interessados, tais como clientes, fornecedores, empregados e comunidades locais;
	Qualidade desse relacionamento com terceiros;
	Inclusão de informações úteis de forma clara.
Concisão, fiabilidade e materialidade	Distinguir entre informação que é material e que deve, portanto, ser incluída no Relatório Integrado, e a informação que pode ser relativamente estática ou apenas relevante para alguns utilizadores do relatório;
	Informação fiável, completa, neutra e livre de erros;
	Informação comparáveis entre organizações e consistentes para a mesma organização ao longo do tempo.

Fonte - Elaboração própria, adaptado do IIRC (2011, p. 13; 2021, p. 25)

De forma a promover uma abordagem mais consolidada, traduzindo uma imagem verdadeira da empresa, o IIRC resume, como consta da Tabela 6, os elementos de conteúdo que devem constar do Relatório Integrado: (1) visão geral da organização e modelo de negócio; (2) contexto organizacional, incluído riscos e oportunidades; (3) objetivos estratégicos e como os atingir; (4) governança e remuneração; (5) desempenho; (6) perspetiva futura. Estes devem ser introduzidos no referido relatório de forma interligada e não em secções isoladas e autónomas.

Tabela 6 - Elementos de conteúdo para a preparação do Relatório Integrado

Elementos de conteúdo	Descrição
Visão geral da organização e modelo de negócio	Missão da organização, principais atividades, mercados, produtos e serviços;
	Modelo de negócio, criação de valor e dependências das partes interessadas;
	Exposição ao risco.
Contexto operacional, incluindo riscos e oportunidades	Contexto comercial, social e ambiental dentro do qual a organização opera;
	Recursos e relações que são fundamentais para o sucesso da organização;
	Os principais riscos e oportunidades da organização.
Objetivos estratégicos e como os atingir	Acordos de gestão de risco relacionados com os principais recursos e relações;
	Ligação entre estratégias e outros elementos de conteúdo;
	Incorporação da sustentabilidade na estratégia de criação de valor no futuro, originando vantagem competitiva para a organização.
Governança e remuneração	Explicação da liderança da organização e dos processos decisórios estratégicos;
	Ações que os gestores tomaram para influenciar a direção estratégica da organização;
	Ligação das remunerações ao desempenho da organização a curto, médio e longo prazo e o impacto sobre os recursos e relações dos quais depende.
Desempenho	Indicadores chave de desempenho e indicadores clave de risco relativos ao desempenho face aos seus objetivos estratégicos e estratégias relacionadas;
	Impacto da organização (tanto positivo como negativo) sobre os recursos e relacionamentos dos quais depende;
	Fatores externos significativos que têm impacto no desempenho;
	Cumprimento de metas.
Perspetiva Futura	Preparação para o contexto operacional a longo prazo;
	Equilíbrio dos interesses a curto e longo prazo;
	Potenciais repercussões a curto, médio e longo prazo;
	Ações necessárias para atingir esses objetivos;
	Incertezas associadas.

Fonte - Elaboração própria, adaptado do IIRC (2011, p. 15; 2021, p. 38)

O IIRC definiu ainda seis categorias de capital (Tabela 7) de forma que as empresas apresentem o seu desempenho anual: financeiro; de produção; humano; intelectual; natural; e social.

Tabela 7 - Modelo de negócio e criação de valor - Categorias de Capital

Categorias de Capital	Descrição
Capital financeiro	Conjunto de fundos existentes à disposição da organização para usar na produção de bens e/ou prestação de serviços, obtidos através de financiamento tais como a dívida, o capital próprio ou subvenções, ou geradas através de operações ou investimentos.
Capital de produção	Objetivos físicos que estão disponíveis para a organização utilizar na produção de bens e/ou na prestação de serviços, nomeadamente edifícios, equipamentos e infraestruturas (tais como estradas, portos, pontes e resíduos e estações de tratamento de água).
Capital humano	Capacidades e experiência das pessoas e as suas motivações para inovar, incluindo a harmonização com a organização e valores éticos como o reconhecimento dos direitos humanos, a capacidade de compreender e implementar as estratégias de uma organização e a lealdade e motivações para melhorar processos, bens e serviços, incluindo a sua capacidade de liderar e a colaborar.
Capital intelectual	Intangíveis que proporcionam vantagem competitiva como são exemplo a propriedade intelectual (patentes, direitos de autor, *software*, sistemas organizacionais, procedimentos e protocolos) e os intangíveis que estão associados à marca e reputação que uma organização tem desenvolvido.
Capital natural	Geralmente são um *input* para a produção de bens e/ou serviços e nas quais a atividade da organização tem um impacto positivo ou negativo, como a água, a terra, minerais, florestas, biodiversidade e saúde do ecossistema.
Capital social	Relações estabelecidas internamente e entre cada comunidade, grupo de partes interessadas e outras redes com o objetivo de melhorar o bem-estar individual e coletivo.

Fonte - Elaboração própria, adaptado do IIRC (2011, p. 11; 2021, p. 19)

Não obstante, existem ainda outras organizações que têm também a sua parte de importância no âmbito da DINF, tais como, o *Climate Disclosure Standards Board*, o *European Financial Reporting Advisory Group*, o *Sustainability Accounting Standards Board* e a *Task Force on Climate-related Financial Disclosures*.

2.2.4 Divulgação obrigatória e voluntária de Informação Não Financeira

A nível da UE, foi emitida a Diretiva 2014/95/UE do Parlamento e do Conselho, de 22 de outubro de 2014, com o objetivo promover a divulsão da RSC das empresas. Esta diretiva permite dar resposta às necessidades de todas as partes interessadas, bem como contribui para uma economia global sustentável proporcionando uma nova oportunidade de competir em função do conteúdo das informações divulgadas (UE, 2014).

A Diretiva 2014/95/UE "*impôs uma mudança radical de divulgação voluntária para obrigatória de informação não financeira*" (Doni *et al.*, 2020, p. 781). Se até então a divulgação de tal informação era voluntária, após a diretiva passou a ser de carácter obrigatório para grandes empresas e empresas-mãe de grandes grupos, que sejam entidades de interesse público e que, à data de encerramento do exercício, apresentem um número médio de 500 trabalhadores, podendo tal informação ser incluída no relatório de

gestão ou ser apresentada num relatório separado do relatório e contas. No âmbito desta diretiva, segundo o artigo 19º-A, nº 1, as empresas devem divulgar informações na medida necessária para a compreensão da evolução, do desempenho, da posição e do impacto das suas atividades (UE, 2014). Ainda de acordo com o artigo 19º-A, nº 1, essas entidades devem relatar a seguinte informação referente "*às questões ambientais, sociais e relativas aos trabalhadores, ao respeito dos direitos humanos, ao combate à corrupção e às tentativas de suborno*" (UE, 2014, p. 4):

a) Uma breve descrição do modelo empresarial;

b) Uma descrição das políticas seguidas pela empresa/grupo em relação a essas questões, incluindo os processos de diligência devida aplicados;

c) Os resultados dessas políticas;

d) Os principais riscos associados a essas questões, ligados às atividades da empresa/grupo, incluindo, se relevante e proporcionado, as suas relações empresariais, os seus produtos ou serviços suscetíveis de ter impactos negativos nesses domínios e a forma como esses riscos são geridos pela empresa;

e) Indicadores-chave de desempenho relevantes para a sua atividade específica.

De acordo com o ponto 9 da Diretiva Europeia e artigo 19º-A da Alteração da Diretiva 2013/34/UE, desde que especifiquem o sistema em que se baseiam, as entidades podem adotar sistemas nacionais, da UE (Ex.: Sistema Comunitário de Ecogestão e Auditoria) ou internacionais (Ex.: UNGC, normas GRI, ISO 26000) para a divulgação da informação. Manes-Rossi *et al*. (2018), através do estudo realizado ao nível regulamentar e prático, comparando a Diretiva com o *framework* do IIRC e as diretrizes da GRI, concluíram que a Diretiva excede os requisitos dos outros dois normativos originado um elevado nível de conformidade no relato de tal informação.

Este novo normativo proporciona não só uma análise do desempenho das organizações e do seu impacto na sociedade, identifica os riscos de sustentabilidade e reforça a confiança dos agentes económicos (UE, 2014), como promove benefícios potenciais para as empresas, como a melhoria da transparência, o aumento da reputação e do seu próprio valor (Hahn & Kühnen, 2013). Muserra *et al.* (2020) destacaram ainda a

reforma institucional que a Diretiva promoveu devido ao aumento da consciência dos conselhos de administração das empresas para as questões de RSC.

De facto, o impacto da implementação da Diretiva na DINF tem sido alvo de derivados estudos. Relativamente à extensão de DINF, Sierra-García *et al*. (2018) verificaram que cerca de 97% das empresas espanholas cotadas no IBEX-35 publicavam este tipo de informação, tendo após a introdução da diretiva diminuído para 80%. Posadas e Tarquinio (2021) concluíram sobre empresas italianas cotadas no FTSE, que a divulgação desde tipo de informação diminuiu em 3% (63% em 2017 e 60% em 2018). Caputo *et al.* (2019), com base numa amostra de 147 empresas italianas, constatam um aumento da divulgação de informação no setor de materiais básicos, devido à sensibilização destas organizações para as práticas e divulgações de RSC, mas por outro lado, o setor do petróleo e gás registam uma diminuição visto que antes da introdução da diretiva, já tinham um elevado nível de reporte devido ao setor ser fortemente orientado para essa consciencialização. Mion e Adaui (2019) chegam à mesma conclusão na sua investigação constituída por uma amostra de empresas italianas e alemãs cotadas em bolsa. Leopizzi *et al.* (2020), num estudo aplicado a entidades de Itália e do Reino Unido, ao analisarem se as mesmas cumprem os requisitos exigidos pela Diretiva sobre INF, verificaram que as entidades do Reino Unido apresentam um relato de qualidade superior devido a terem adotado tal regulamentação anteriormente a Itália.

Além dos potenciais impactos no nível de DINF, Manes-Rossi *et al.* (2018) referem que a divulgação obrigatória contribui para a harmonização dos relatórios o que facilita a comparabilidade da informação divulgada.

De ressaltar que com a Diretiva, para além de um aumento da responsabilidade empresarial e maior transparência em questões ambientais, sociais e de *governance* (Vukić *et al.*, 2018), é espectável um aumento do incentivo às políticas sustentáveis das empresas originando um papel positivo no que respeita à implementação dos ODS (ONU, 2015).

Atualmente, a Diretiva encontra-se em processo de revisão pela CE. Esta Comissão publicou, em 21 de abril de 2021, uma proposta para uma nova diretiva da UE, a CSRD. Esta apresenta como principal objetivo "*melhorar a comunicação de informações sobre sustentabilidade ao menor custo possível, a fim de explorar melhor o potencial do*

mercado único europeu para contribuir para a transição para um sistema económico e financeiro plenamente sustentável e inclusivo, em conformidade com o Pacto Ecológico Europeu e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável das Nações Unidas" (CE, 2021, p. 4).

Das muitas alterações propostas, como se pode visualizar na tabela seguinte, a Diretiva expande a obrigatoriedade de reporte de INF a mais empresas, a qual deve ser divulgada de acordo com os *European Sustainability Reporting Standards*. A INF deve ser objeto de verificação independente (realizada por terceiros), ou seja, auditada de modo a garantir a sua fiabilidade. Além disso, a INF deve ser tornada publica, via online, de acordo com a Diretiva *European Single Electronic Format*. A Tabela 8 compara as principais alterações propostas em cada uma das Diretivas, em termos da entrada em vigor, expansão do âmbito de aplicação, quantidade de empresas abrangidas, requisitos de reporte, verificação por terceira parte, onde reportar e formato do conteúdo.

Tabela 8 - Síntese das principais alterações propostas

	Diretiva 2014/95/UE	CSRD
Entrada em vigor	Ano Fiscal 2018	Ano Fiscal 2023 • Transposição da Diretiva para a Lei dos Estados-Membros até 1 de dezembro de 2022 • Publicação da primeira série de *Sustainability Reporting Standards* no Ano Fiscal 2023 (primeiro *draft* disponível em 2022) • Publicação da segunda série de Sustainability Reporting Standards no Ano Fiscal 2024
Expansão do âmbito de aplicação	Grandes empresas de interesse público com mais de 500 trabalhadores • Empresas cotadas • Entidades financeiras como bancos e seguradoras	Grandes empresas que cumpram pelo menos 2 dos seguintes critérios: • Ter mais de 250 trabalhadores e/ou • Ter um volume de negócios superior a 40 €M • Ter um valor de ativos totais superior a 20 €M As pequenas e médias empresas terão 3 anos adicionais para cumprir (início de reporte previsto para o Ano Fiscal 2026)
Quantidade de empresas abrangidas	11.600	49.000 Incluindo subsidiárias não europeias e mais de 75% do volume de negócios das empresas na UE
Requisitos de reporte	• Proteção ambiental • Responsabilidade social e tratamento dos empregados • Respeito dos direitos humanos • Anticorrupção e suborno • Diversidade do executivo (idade, género, formação e experiência profissional)	Requisitos adicionais: • Conceito de "*double materiality*" • Processo para a seleção de tópicos materiais para os *stakeholders* • Objetivos e progressão esperada • Informação relacionada com tópicos intangíveis (capital social, humano e intelectual) • Reportar de acordo com a *Sustainable Finance Disclosure Regulation* [SFDR] e com a Taxonomia
Verificação por terceira parte	Não obrigatória (contudo em alguns países é requisito legal e auditoria)	Obrigatório (nível limitado de garantia de fiabilidade)
Onde reportar	Relatório anual	Relatório de gestão
Formato do conteúdo	Disponibilidade online ou em formato PDF	Para ser submetido em formato eletrónico (XHTML de acordo com a legislação *European Single Electronic Format* [ESEF])

Fonte – Augusto (2021)

De salientar que a proposta introduz cinco requisitos adicionais, nomeadamente:

- O conceito de '*double materiality'* que conjuga as perspetivas *outside-in* e *inside-out*, ou seja, considera os riscos para a *performance* financeira das empresas, associados a questões de sustentabilidade, assim como os impactos que as próprias empresas têm nas pessoas e no ambiente;
- Processo para a seleção de tópicos materiais para os *stakeholders*;
- A divulgação de objetivos de sustentabilidade e projeções do progresso nesse âmbito;
- O reporte de aspetos intangíveis;
- O relato alinhado com a Taxonomia e a *Sustainable Finance Disclosure Regulation*.

Assim, a CSRD pretende que a informação disponibilizada pelas entidades seja fiável, clara e comparável, minimizando, cada vez mais, o *gap* existente entre o relato de INF e as necessidades expostas pelas partes interessadas, facilitando assim as suas decisões, sustentadas em INF.

Em Portugal, o Decreto-Lei n.º 89/2017 (2017), de 28 de julho de 2017, transpôs a Diretiva 2014/95/UE para a ordem jurídica interna. O Código das Sociedades Comerciais, no artigo 66º-B e 508º-G, também estabelece a informação a divulgar pelas empresas abrangidas pelo decreto-lei acima. Para além destes, existem ainda duas Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro (NCRF) (NCRF 26 e 28) que orientam as empresas na DINF. Em primeiro lugar, a NCRF 26 foi desenvolvida no contexto do "*reconhecimento, mensuração e divulgação de matérias ambientais nas contas anuais e no relatório de gestão das sociedades*" (CNC, 2018a, p. 1). Esta norma tem como objetivo descrever os critérios de reconhecimento, mensuração e divulgação para os gastos, passivos e riscos de cariz ambiental e respetivos ativos que lhes possam estar associados. A norma ainda identifica qual a informação que é mais apropriada divulgar, uma vez que a posição financeira da entidade pode ser afetada por essa divulgação (§1 e §2). Em termos de apresentação e divulgação (§ 48, § 49 e § 50), esta norma indica que quando as matérias são materialmente relevantes, estas devem ser divulgadas. Para além disso, a NCRF 26 menciona que estas matérias devem ser descritas, bem como a resposta que a organização lhes dá. Deve ainda ser incluída uma análise da forma como as atividades da

empresa são influenciadas por conta das matérias ambientais a que está sujeita. De acordo com a norma em questão, também o anexo deve apresentar informação a respeito. (CNC, 2018a). Em segundo lugar, a NCRF 28 incide sobre o capital humano das organizações, nomeadamente a contabilização e a divulgação dos benefícios dos empregados. Esta norma exige que a entidade divulgue os gastos suportados com os planos contributivos (§ 57), bem como os detalhes relativos aos benefícios a longo prazo dos empregados (§ 59), mencionando "*a natureza dos benefícios, a quantia das suas obrigações e o nível de cobertura das responsabilidades*" (CNC, 2018b, p. 17). Para além disso, caso existam, os benefícios de cessação de emprego oferecidos devem ser apresentados em termos da sua natureza, política contabilística, quantia e nível de cobertura. (§ 60) (CNC, 2018b).

Embora os normativos existentes determinem a obrigatoriedade de DINF nos relatórios e contas ou num relatório separado, o facto é que esta divulgação não cobre todos os aspetos de sustentabilidade. Por isso, as empresas são pressionadas para a DINF voluntariamente (Monteiro, 2022).

De facto, a evolução da sociedade originou uma maior exigência por parte dos *stakeholders* ao nível da transparência quanto aos impactos das atividades das empresas, à prestação de informação fiáveis e de qualidade (Abeysekera, 2013). Por este motivo, existe um crescente número de empresas que têm vindo a divulgar INF, voluntariamente, em relatórios autónomos, de RSC, como os de sustentabilidade, ou relatórios integrados.

Face ao incremento da DINF, e apesar de não existir uma norma comum para o relato deste tipo de informação (Doni *et al.*, 2020), surgiram vários *frameworks* que as organizações podem utilizar para relatar o seu desempenho em termos de responsabilidade social/sustentabilidade, tais como o UNGC, a GRI e *The Econonics of Ecosystems and Biodiversity* (Abeysekera, 2013), entre outros. O "*quadro mais conhecido para a apresentação voluntária de relatórios de desempenho ambiental e social pelas empresas em todo o mundo*" é o da GRI (Brown *et al.*, 2009, p. 571). As diretrizes/normas GRI vieram possibilitar a comparabilidade das informações divulgadas ao nível económico, ambiental e social pelas entidades, e determinaram a utilidade de tal informação na avaliação das oportunidades e riscos inerentes à sua atividade e na tomada de decisões que promovendo o desenvolvimento sustentável. A este respeito, a literatura sugere que a prática de RSC contribui para a divulgação da RSC, mas o inverso também

se verifica, ou seja, uma maior divulgação de RSC promove um maior desempenho em RSC (Monteiro, 2022).

Apesar das normas GRI serem as mais utilizadas, houve a necessidade de harmonizar os padrões de divulgação de informação relativa à sustentabilidade (Adams & Abhayawansa, 2022), tendo surgido, em 2021, o Conselho de Normas Internacionais de Sustentabilidade (*International Sustainability Standards Board - ISSB*), criado pela *International Financial Reporting Standards Foundation*, com o objetivo de fornecer uma base global abrangente de padrões para o relato de informação de sustentabilidade, visando proporcionar às partes interessadas informações sobre os riscos e oportunidades, bem como facilitar a compatibilidade com requisitos específicos de jurisdição.[1]

De salientar que alguns relatórios sobre esta temática são elaborados com base nas normas GRI, com referência aos contributos para os ODS, para os Dez Princípios do UNGC. Empresas cotadas portuguesas cruzam ainda a INF com as recomendações da Comissão do Mercado de Valores Mobiliários.

Perante este desafio de relatar o contributo da empresa para um futuro mais sustentável, bem como a importante criação de valor que está associada, é necessário que os relatórios de INF tenham a qualidade necessária para produzir o efeito desejado. Os relatórios de INF de qualidade elevada traduzem transparência e uma maior confiança por parte dos *stakeholders* (Schröder, 2022). O ponto seguinte abrange a temática da QINF.

2.3 Qualidade da Informação Não Financeira

O aumento da relevância da DINF está evidente na diversidade dos estudos existentes. A maioria desses estudos analisam as características da DINF, como identificam os seus determinantes e impactos dessa prática. Neste contexto, a definição de QINF é apresentada neste ponto do capítulo, assim como os impactos e os seus fatores determinantes.

[1] https://www.ifrs.org/groups/international-sustainability-standards-board/

2.3.1 Definição de Qualidade de Informação Não Financeira

A avaliação da qualidade da DINF não é uma tarefa simples (Venturelli *et al.*, 2019). Para Venturelli *et al*. (2019, p. 4) a qualidade do relato não financeiro pode ser determinada pela "*disponibilidade, acessibilidade, compreensibilidade, rapidez, relevância, importância, integralidade, clareza, extensão, veracidade, verificabilidade, correção, neutralidade, imparcialidade e objetividade*" do mesmo.

O relatório intitulado "*Assegurando a Relevância e Fiabilidade da Informação Corporativa Não Financeira: Uma Ambição e Uma Vantagem Competitiva para uma Europa Sustentável*" emitido por Patrick de Cambourg para o Ministério da Economia e das Finanças de França, em 2019, estabeleceu oito princípios que devem ser verificados para que o relato de INF tenha qualidade, que tem por base os padrões de qualidade aplicados à informação financeira e contabilística, que foram estendidos à DINF. Os seis primeiros princípios, que podem ser aplicados também à informação financeira são: fiabilidade, relevância, compreensibilidade, comparabilidade, verificabilidade, tempestividade. O princípio da fiabilidade sugere que a informação deve retratar a realidade de forma precisa. De seguida, a informação deve ser suficientemente relevante para que o processo de tomada de decisão resulte numa escolha informada. Para isso, a informação apresentada deve ser clara, imparcial e compreensível para qualquer indivíduo com um conhecimento razoável. O princípio da comparabilidade está relacionado com a capacidade de a informação poder ser comparável entre períodos ou entre organizações. Ainda, a informação deve estar devidamente suportada por evidência que garanta a sua fiabilidade. Por fim, a informação deve ser disponibilizada a tempo de o processo de tomada de decisão poder ser efetuado, ou seja, dentro do prazo necessário para que seja considera na tomada de decisões económicas (de Cambourg *et al*., 2019). Para além destes, de acordo com o mesmo relatório, existem ainda mais duas caraterísticas qualitativas da DINF: inclusividade e conectividade. A primeira caraterística implica incluir todas as partes interessadas. Enquanto a informação financeira tende a ser mais direcionada a gestores e/ ou investidores, a INF deve também ser orientada para outros *stakeholders*. A segunda caraterística qualitativa implica divulgar informação completa de uma organização para que esta seja entendida como um todo. Para isso, a INF deve ser divulgada de forma que, juntamente com a informação financeira, providencie uma noção holística do desempenho global e do contributo social da organização (de Cambourg *et al*., 2019).

Na mesma ótica, Adamczyk (2019) define a QINF através de duas perspetivas: comparativa e descritiva. Relativamente à perspetiva comparativa, a qualidade associa-se à usabilidade, ou seja, aquilo que o utilizador da informação necessita ou procura. No caso da abordagem descritiva, a QINF é entendida como um conjunto de características funcionais. Assim, a QINF pode ser interpretada pelo conteúdo e respetivo valor para os *stakeholders*, ou então pela forma como é divulgada (Adamczyk, 2019).

Adicionalmente, alguma literatura sugere que a quantidade de INF divulgada pode ser um bom indicador de qualidade. No entanto, apesar da relação entre quantidade e qualidade existir, a qualidade também deve ser entendida como um resultado do conteúdo da mesma (Venturelli *et al.*, 2019). Neste sentido, Schröder (2022) defende que o volume de informação não considera a qualidade do texto, pelo que relatórios extensos e detalhados podem conter conteúdo irrelevante e ambíguo.

2.3.2 Impactos da Qualidade da Informação Não Financeira

A DINF com qualidade constitui uma importante "mais-valia" para as empresas que a exercem. Nomeadamente, quando a QINF é elevada, verifica-se uma subida do valor e liquidez das ações e dos títulos emitidos pelas empresas, um aumento das suas quotas de mercado e uma melhoria das suas competências tecnológicas (Abubakar *et al.*, 2019). A QINF resulta em benefícios económicos significativos, especialmente em países onde a eficácia governamental é maior, quando a qualidade de regulamentação das informações é elevada ou ainda quando existe liberdade dos meios de comunicação (Gao *et al.*, 2008).

Para além disso, cada vez mais, os investidores e analistas recorrem a INF quando tomam decisões relativamente aos seus investimentos (Laskin, 2017). Dessa forma, quando a DINF tem qualidade, torna-se útil para o processo de tomada de decisão destes *stakeholders* (Barker & Eccles, 2018). De acordo com a SASB (2017), ao estabelecer requisitos de mercado que garantam a QINF, é possível que este tipo de informação seja considerado nos processos de tomada de decisão. Segundo Monteiro *et al*. (2022), a QINF contribui positivamente para o Sucesso da Tomada de Decisão (STD) e, consequentemente, para o DNF.

2.3.3 Fatores que influenciam a Qualidade de Informação Não Financeira

2.3.3.1 Características das Empresas com Informação Não Financeira de Qualidade

A QINF relaciona-se diretamente com as suas características organizacionais. Primeiramente, a qualidade da informação dos relatórios de sustentabilidade/RSC é influenciada pela dimensão das empresas. Enquanto as grandes empresas possuem sistemas e ferramentas de gestão da sustentabilidade mais avançados, porque dispõem de mais recursos, as pequenas e médias empresas são mais flexíveis e adaptam-se melhor ao dinamismo do ambiente empresarial (Bergmann & Posch, 2018). Em segundo lugar, o setor de atividade das empresas afeta a QINF. Nas indústrias transformadoras, o impacto ambiental e os problemas de saúde consequentes são mais acentuados do que nas indústrias de serviços. Por esse motivo, existe uma maior tendência para produzir relatórios de sustentabilidade, motivados pela sua necessidade de obter legitimidade junto dos *stakeholders* (Kuzey & Uyar, 2017). A QINF de uma empresa também é fomentada pelo seu desempenho em matérias de sustentabilidade/RSC, pela necessidade de financiamento externo e quanto mais completo for o sistema de governo da sociedade praticado (Gao *et al.*, 2016). Vários estudos verificam que o país e o desempenho das empresas têm impactos na QINF (Dumitru *et al.*, 2017; Stolowy & Paugam, 2018; Venturelli *et al.*, 2019). Contudo, Mion e Adaui (2019) verificam que estas duas variáveis não afetam a qualidade da divulgação dos relatórios de sustentabilidade/RSC. Nas empresas cotadas em bolsa, onde a concentração de acionistas é reduzida, a qualidade da divulgação voluntária de INF é maior quanto mais independente for o conselho de administração (Lepore *et al.*, 2019). Pistoni *et al*. (2018) verifica que a elaboração de relatórios integrados traduz-se em qualidade inferior, dado que não foram desenvolvidas as ferramentas que garantem a qualidade atribuída a outros relatórios, dificultando possíveis comparações entre eles.

Para além dos determinantes da qualidade da DINF acima mencionados, a literatura menciona outros, como por exemplo, a auditoria à INF. Para isso, é essencial seja dada importância à auditoria para que haja relatórios de INF auditados.

2.3.3.2 Auditoria à Informação Não Financeira

Sendo a auditoria uma ferramenta fundamental para assegurar a qualidade e comparabilidade do relato de INF, neste ponto serão abordados os temas da função da auditoria, a importância da mesma, bem como as normas de preparação de INF e a auditoria de conformidade.

2.3.3.2.1 A função da auditoria

A profissão de auditoria tem, na sua génese, a captação de informação transmitida de forma oral, sendo esta a fonte para as conclusões apresentadas (Costa, 2010). Os proprietários, com serviços de auditoria, são assegurados que as contas são corretamente controladas, não falta nenhum bem e os valores estão corretos. Assim, a auditoria tem, na sua origem, o objetivo de verificar a conformidade da informação e a honestidade das pessoas, sendo responsável por controlar patrimónios e reduzir conflitos entre empresas (Florin *et al.*, 2013). Assim, inicialmente, o conceito de auditoria está relacionado com a deteção de erros e fraudes. Esta função passou a ser da responsabilidade da gestão das empresas, levando a auditoria a alargar-se a novos domínios e a assumir formatos específicos (Martins & Morais, 2013).

A multiplicidade de definições do conceito de auditoria assenta na especificidade de determinados aspetos das entidades auditadas (Teixeira, 2006). De acordo com a *International Organization of Supreme Audit Institutions*, a auditoria consiste no "*exame às operações, atividades e sistemas de determinada entidade, com vista a verificar se são executados ou funcionam em conformidade com determinados objetivos, orçamentos, regras e normas*" (INTOSAI, 1999, p. 149). Para o Tribunal de Contas (1999), a auditoria trata-se de um "*exame ou verificação de uma dada matéria, tendente a analisar a conformidade da mesma com determinadas regras, normas ou objetivos, conduzido por uma pessoa idónea, tecnicamente preparada, realizado com observância de certos princípios, métodos e técnicas geralmente aceites, com vista a possibilitar ao auditor uma opinião e emitir um parecer sobre a matéria analisada*" (Tribunal de Contas, 1999, p. 23).

Assim sendo, contrariamente à génese desta atividade, o trabalho de auditoria pode assumir formatos para além da análise de demonstrações financeiras, podendo incidir no exame da INF das empresas, ao qual se dá o nome de auditoria social. Este conceito foi

introduzido em 1950 e tem evoluído como resultado das pressões sociais, ambientais e éticas nas organizações (Gao & Zhang, 2006). A sua origem pode ser atribuída a George Goyder, que considerava as práticas e princípios da auditoria financeira convencional como limitadores (Jubb *et al.*, 2018). De acordo com estes autores, existem três grandes formas de auditoria social: auditoria social externa; auditoria da cadeia de distribuição; auditoria social auto-gerada. A primeira ocorre ao nível da sociedade e é efetuada por entidades externas à organização. Esta forma de auditoria social avalia o grau de cumprimento dos objetivos sociais da organização do ponto de vista da sociedade em geral. A segunda forma de auditoria social consiste na avaliação dos fornecedores da organização relativamente aos seus códigos de conduta e pretende assegurar a segurança e direitos dos trabalhadores. A auditoria social auto-gerada existe quando uma organização decide avaliar o seu próprio desempenho social, ético e ambiental, produzindo os respetivos relatórios (Jubb *et al.*, 2018).

A realização das auditorias sociais e, consequentemente, publicação voluntária da INF, em todos os seus formatos, decorre de derivados motivos. Apesar de as empresas, muitas vezes, não sentirem a necessidade de partilhar tal informação, por razões diversas (como a falta de dados ou porque tal não irá beneficiar a sua imagem), acabam por fazê-lo devido à crescente pressão pública e política. Outras percecionam a sua divulgação como uma oportunidade para avaliar o impacto da sua atividade nos diferentes grupos de *stakeholders*, bem como para alcançar vantagem competitiva relativa aos seus concorrentes pela demonstração da sua preocupação com o meio social e ambiental (Nestra & Gurvitsh, 2018; Haji, 2015). A DINF e consequente adoção de procedimentos de auditoria depende da dimensão, da atividade e do desempenho ao nível da RSC das empresas (Velte, 2020; Dutta, 2019). Sellami *et al.* (2019), no seu estudo, acrescentam que a variável acionistas pertencentes à entidade não são um determinante da prática de auditorias sociais. No entanto, para que a INF seja auditada, é necessário reconhecer a IA para a qualidade do relato não financeiro.

2.3.3.2.2 Importância da Auditoria

As organizações enfrentam novos desafios e, por isso, devem-se adaptar ao novo contexto do mercado. Esta adaptação às novas exigências do mercado também se estende à função de auditoria pois as organizações necessitam de informação e garantias de que a informação é credível. A auditoria assume, assim, o papel de manter o bem-estar e a

estabilidade das organizações (Teck-Heang & Ali, 2008). Por conseguinte, o papel da função de auditoria é cada vez mais importante e deve atender aos interesses dos *stakeholders* da empresa como, por exemplo, investidores, colaboradores, financiadores e Estado (Stamp & Moonits, 1979; Owolabi & Olagunju, 2020).

Neste contexto, nos últimos tempos, existe um notório aumento do número de empresas que divulga INF. Esse facto não advém somente da obrigatoriedade indexada a certas empresas pelo seu número de trabalhadores, mas também porque estas reconhecem que tal prática, integrada na estratégia organizacional, é extremamente valorizada pelas partes interessadas. Assim, para que a informação seja fiável e credível e devido ao facto de ser facilmente suscetível a distorções, pela sua vertente não quantitativa, é necessário que a mesma passe por uma análise geral aprofundada e externa, de modo independente e imparcial, ou seja, é necessário que a INF seja objeto de certificação por parte de entidades de auditoria.

Embora a literatura indique que a importância atribuída à função de auditoria na verificação dos relatórios de INF depende de características organizacionais, cada vez mais empresas, a nível mundial, reconhecem a importância da verificação externa da INF que relatam (Simnett *et al.*, 2009). A auditoria à INF atribui fiabilidade e credibilidade à mesma, tornando-as mais útil na tomada de decisão (Deegan *et al.*, 2006). De igual modo, Gomes *et al.* (2015) defendem que o desenvolvimento de procedimentos de auditoria à INF proporcionam não só a maior divulgação deste tipo de informação como também garantem a qualidade e a veracidade da mesma. De acordo com os mesmos autores, num estudo efetuado ao relato de sustentabilidade e respetiva garantia em Portugal, apesar de não ser pioneiro nesta temática, o país tem registado uma evolução muito positiva a este nível tendo ganho consciência da IA, interna e externamente, à INF (Gomes *et al.*, 2015).

2.3.3.2.3 Normas de Preparação de Informação Não Financeira e auditoria de conformidade

A regulamentação existente também influencia a qualidade da DINF. As normas da GRI orientam as empresas para a DINF nas diferentes dimensões, ambientais, sociais e económicas. Estas normas são amplamente aceites à escala global. Os princípios da GRI, nomeadamente a relevância, a veracidade, a comparabilidade, a regularidade, a verificabilidade e a clareza, asseguram uma maior qualidade dos relatórios das empresas (Diouf & Boiral, 2017; Stubbs & Higgins, 2014).

Para além da GRI, também a introdução da Diretiva 2014/95/UE tem impactado positivamente a qualidade da DINF. Contudo, as empresas abrangidas pela Diretiva têm limitado o conteúdo dos seus relatórios aos indicadores que a diretiva considera relevantes (Raucci & Tarquinio, 2020). Contudo, a introdução à Diretiva 2014/95/UE aumentou a qualidade de DINF de 49% em 2015 para 70% em 2017, o que privilegia a normalização dos relatórios, (Caputo *et al.*, 2019). De acordo com o estudo de Caputo *et al.* (2019), o impacto da diretiva na qualidade da DINF foi mais proeminente no setor dos materiais básicos, dada a sensibilização para certas problemáticas num ambiente mais cético. Em contrapartida, os setores do gás e do petróleo verificaram um aumento menor da qualidade dos relatórios, dado que as empresas destes setores já estavam sensibilizadas para esta temática antes da diretiva ser implementada.

Neste âmbito, a qualidade e veracidade da DINF requerem certificação, o que assegura que os princípios, práticas e até mesmo o desempenho das empresas têm a fiabilidade e a transparência necessárias. Para tal, existem normas internacionais nas quais os procedimentos de auditoria ao relato não financeiro se baseiam, por exemplo, a AAA1000AS, a ISAE 3000, a ISO 26000 e a GRI. Normas como estas orientam quanto aos princípios e aos procedimentos fundamentais, com o objetivo de garantir que a informação divulgada é de confiança e que as conclusões sobre o conteúdo da mesma são fiáveis. As empresas podem ainda recorrer a entidades externas de forma a validar a fiabilidade e a credibilidade da DINF (Junior *et al.*, 2014; De Beelde & Tuybens, 2015), fomentando a qualidade dos relatórios (Boiral *et al.*, 2019; Gürtürk & Hahn, 2016).

Apesar da diversidade de normativos regulamentares existentes que asseguram que a INF divulgada é verdadeira e apropriada relativamente às atividades desenvolvidas pelas empresas, a mais utilizada pelas grandes empresas de auditoria, como as *Big Four*, em Portugal, é a norma internacional ISAE 3000 (Eugénio & Gomes, 2013), que foi emitida pelo *International Auditing and Assurance Standards Board*. Esta norma pode ser utilizada de modo independente ou combinada com a AA1000AS, uma vez que o âmbito e os objetivos são idênticos. A ISAE 3000 assenta em obter razoável garantia que a informação divulgada está livre de distorções relevantes, expressar uma conclusão sobre a avaliação realizada ao conteúdo divulgado nos relatórios e efetuar os devidos enquadramentos de acordo com o disposto na norma (a nível de conceitos, princípios,

fundamentação de pareceres) assegurando, assim, os procedimentos fundamentais a considerar aquando da auditoria da mesma (IAASB, 2013).

A QINF, que depende das características organizacionais e da auditoria à INF (em conformidade com as normas associadas à DINF) apresenta-se essencial para os *stakeholders*, uma vez que esta informação quando utilizada pode influenciar as suas decisões (Venturell *et al.*, 2019).

Dada a importância da UINF, o próximo ponto aborda a utilidade dos relatórios de INF, analisando de que forma esta informação pode beneficiar os seus utilizadores.

2.4 Utilidade da Informação Não Financeira

A maioria de estudos relacionados com a utilidade da informação divulgada pelas empresas estão orientados para a utilidade da informação financeira. Apenas Boyko e Derun (2016) apresentam conclusões fundamentadas relativamente à UINF, as quais são apresentadas de seguida.

De acordo com os autores, as empresas têm recursos de capital intelectual que não conseguem ser transmitidos na sua total essência em relatórios financeiros. Isto porque: (1) nem toda a informação pode ser medida e traduzida em dinheiro, por exemplo, "*reputação, exposição a riscos de negócio, representação do sistemas de controlo da empresa, desempenho relativos a direitos humanos, avaliação do desempenho ambiental corporativo e custos ambientais das operações do negócio*" (Boyko e Derum, 2016, p. 164); (2) devido à sua natureza retrospetiva, o relato financeiro é incapaz de satisfazer as necessidades de informação que a gestão tem para poder tomar decisões futuristas, pelo que a DINF surge assim como uma alternativa que preenche esta lacuna associada ao relato financeiro.

Boyko e Derum (2016) recorrem à teoria do desenvolvimento moral de Kohlberg para ilustrar os três níveis da UINF: (1) as empresas produzem relatos não financeiros em obediência à regulamentação existente, tais como a Diretiva 2014/95/UE ou a GRI (nível pré-convencional); (2) as empresas podem divulgar INF de forma a satisfazer as necessidades de informação dos *stakeholders* e ainda enaltecer a reputação da

organização (nível convencional). (3) a DINF pelas empresas pode partir de motivações internas, nomeadamente da consciencialização da própria entidade acerca do que é correto ou errado (nível pós-convencional).

Enquanto utilizadores da informação divulgada pelas organizações, os investidores têm vindo a exigir às empresas a DINF, uma vez que esta se tem tornado cada vez mais útil para o processo de tomada de decisão (Esch *et al.*, 2019). A tomada de decisão envolve a definição de objetivos a atingir, a identificação de alternativas e, depois disso, a determinação dos atributos e fatores que devem ser considerados para que a melhor alternativa seja escolhida (Athanasou & Perera, 2019). O modelo de tomada de decisão é descrito por Harren (1979), como um processo psicológico, sendo que os tomadores de decisão devem começar por organizar a informação necessária, passando para a análise das várias alternativas e culminando com o compromisso de uma ação. De acordo com Ciuhureanu (2018), o processo de tomada de decisão tende a ser constituído pelas seguintes cinco etapas: (1) previsão; (2) coordenação; (3) organização; (4) controlo; (5) apreciação do desempenho. A previsão (1) constitui o momento em que a maior quantidade de informação é recolhida, na qual os custos são relacionados com o volume de negócios e a margem de lucro esperada. Nesta fase, a gestão da estratégia é suportada de forma imperativa pela estandardização e orçamentação. Na etapa da coordenação (2) verifica-se uma comunicação entre o departamento técnico, a contabilidade e a gestão. A etapa da organização (3) caracteriza-se pela formulação da informação que a gestão requer para utilizar os ativos fixos e os recursos humanos de forma eficiente. No controlo (4), os gestores têm a possibilidade de acompanhar desvios em relação à estimativa inicial, avaliar os resultados obtidos e corrigir defeitos. A avaliação do desempenho (5) conclui o processo incorporando os dados transmitidos pela contabilidade.

Este processo da tomada de decisão envolve um risco associado ao conceito de custo de oportunidade, dado que o indivíduo escolhe uma das alternativas e abdica das restantes, podendo estar a perder algo como resultado dessa decisão (Shahsavarani & Abadi, 2015). Por isso, os indivíduos devem estar devidamente informados para tomar decisões sustentadas. Quanto maior a quantidade de dados que os indivíduos tenham à disposição, nomeadamente em tempo real, maior a possibilidade de a melhor decisão ser tomada, devendo esta informação assumir um caráter quer quantitativo quer qualitativo (Smith, 2020). Neste âmbito, um estudo desenvolvido pela EY (2017) permitiu apurar

que 68% dos investidores recorrem a informações financeiras e não financeiras para as tomadas de decisão de investimentos.

No entanto, nem toda a informação necessária à tomada de decisão é facilmente acessível ou oportunamente divulgada pelas empresas, especialmente no que respeita à INF. Assim sendo, dependendo da situação, o processo de tomada de decisão pode assumir contornos variados (Gati & Levin, 2014). Nomeadamente, tanto a quantidade, a complexidade e a exatidão da informação como a complexidade de obtenção da mesma têm influência no processo de tomada de decisão (Athanasou & Perera, 2019). Numa perspetiva individual, também a cultura, as crenças, os valores, a personalidade, os conhecimentos e a perceção dos tomadores de decisão afetam a tomada de decisão (Ratcliff *et al.*, 2009; Delazer *et al.*, 2011).

Segundo Shahsavarani e Abadi (2015), os fatores influenciadores do processo de tomada de decisão podem ser distribuídos pelas seguintes categorias: (1) racionais; (2) psicológicos; (3) social; e (4) culturais. Os fatores racionais (1) são quantitativos e incluem aspetos tais como preços, tempo ou previsões. Fatores qualitativos tendem a ser ignorados em contrapartida destes. Nos fatores psicológicos (2) está refletida a participação humana no processo de tomada de decisão através de fatores como a personalidade, capacidades, experiências, perceções e valores do indivíduo. Os fatores sociais (3) abrangem a harmonia entre as várias partes envolvidas, especialmente aquelas que podem influenciar a decisão. Ao ter esta matéria em consideração, o consenso pode ser atingido com maior facilidade. Os fatores culturais (4) referem-se às várias camadas da envolvente da empresa, ou seja, as culturas da região, do país e do universo, bem como a cultura do tomador de decisão. Os valores e tendências aceites na organização contribuem para a tomada de decisão como resultado destas culturas.

De forma a reduzir a incerteza da tomada de decisão, tem vindo a aumentar o uso de técnicas mais recentes, que consistem em equações matemáticas, programas informáticos, equipamentos e teorias variadas (Shahsavarani & Abadi, 2015). O uso de ferramentas de análise de dados é descrito por Ghasemaghaei *et al.* (2018) como útil para a melhoria do processo de tomada de decisão.

O STD está relacionado com a capacidade de os tomadores de decisões das empresas ultrapassarem os problemas que enfrentem (Powell, 1987; White *et al.*, 2015).

Um sistema de controlo interno de qualidade e informação útil promovem o STD (Phornlaphatrachakorn, 2019). Para tal, os sistemas de informação contabilística assumem-se como uma ferramenta essencial, por um lado, para garantir que a informação tem qualidade e, por outro lado, apoia o processo de tomada de decisão (Patel, 2015).

As empresas utilizam metodologias e ferramentas para atingir eficaz e eficientemente os objetivos estratégicos, sendo que o processo de tomada de decisão pode aproveitar estes sistemas para maximizar o seu sucesso, fomentando assim o desempenho empresarial (Soudani, 2012).

O capítulo que se segue retrata a componente não financeira do referido desempenho empresarial.

2.5 Desempenho Não Financeiro

Para que as organizações consigam maximizar o seu desempenho, devem enfrentar estrategicamente os novos desafios resultantes do ambiente competitivo onde se enquadram (Pinto *et al.*, 2020). A aprovação do plano estratégico da empresa, bem como a monitorização e a revisão das políticas corporativas, é da responsabilidade do conselho de administração, com o objetivo de atingir os desempenhos empresarial e financeiro desejados (Chobpichien & Haron, 2008; Hassan *et al.*, 2020).

O conceito de desempenho empresarial é multidimensional e dificilmente quantificável por envolver indicadores com uma complexidade superior aos indicadores financeiros, sendo que todas as partes interessadas lhe atribuem importância (Prieto & Revilla, 2006). Contudo, os vários *stakeholders* pretendem não só analisar o desempenho das empresas como também a forma como os objetivos foram alcançados (Smith, 2020). Uma medição de desempenho mais abrangente requer a utilização de indicadores quer financeiros quer não financeiros (Dossi & Patelli, 2010).

Por um lado, o desempenho financeiro está relacionado com a distribuição dos gastos e rendimentos das empresas (Edwards & Pinkerton, 2020). Ainda, o desempenho financeiro indicia se uma empresa alcançou os seus objetivos financeiros de forma eficaz e eficientemente (Omondi-Ochieng, 2019; Karamoy & Tulung, 2020). Dito isto, os

indicadores do desempenho financeiro são insuficientes quando se avalia o desempenho de uma empresa por não aferirem o desempenho dos negócios ou a estratégia empresarial e, ainda, por não garantirem realismo a longo prazo (Zigan & Zeglat, 2010).

Os indicadores de DNF são distribuídos por Chow e Van der Stede (2006) entre: (1) medidas operacionais internas; (2) medidas orientadas para os trabalhadores; (3) medidas orientadas para os clientes. Mais tarde, Maduekwe e Kamala (2016) quantificam o DNF através de: média de horas de formação dos trabalhadores, taxa de absentismo dos trabalhadores, satisfação dos trabalhadores, aumento da quota de mercado e taxa de devolução dos produtos. Efetivamente, o DNF aumenta quando a empresa providencia formação aos seus trabalhadores, que, por sua vez, adquirem, projetam, gerem e partilham as aprendizagens com a organização, fomentando uma cultura do conhecimento dentro da mesma (Abubakar *et al.*, 2019). Lexutt (2020) acrescenta que o relacionamento com o cliente e a qualidade dos serviços não financeiros também se constituem indicadores de DNF. Pham (2022) considera que o DNF deve ser avaliado com base nos resultados das seguintes três dimensões: produtos e clientes; trabalhadores e processos da empresa.

Deste modo, o DNF completa a análise do desempenho empresarial ao espelhar o impacto de colaboradores eficazes, melhoria da qualidade de bens e serviços, rotatividade e satisfação dos funcionários, assim como da satisfação dos seus clientes (Sanjaya, 2020). Neste sentido, em adição ao desempenho financeiro, as empresas vão estando mais preocupadas com a transparência da informação e com o desempenho social e ambiental, o qual se enquadra no conceito de DNF (Bennett *et al.*, 2017).

Conclui-se assim a análise da literatura existente sobre as temáticas relevantes para esta investigação. A revisão da literatura permitiu identificar as lacunas existentes e definir os objetivos desta investigação, o modelo conceptual e as hipóteses de investigação, os quais são apresentados no próximo capítulo.

CAPÍTULO III – OBJETIVOS, MODELO CONCEPTUAL E HIPÓTESES DE INVESTIGAÇÃO

3.1 Objetivos de investigação

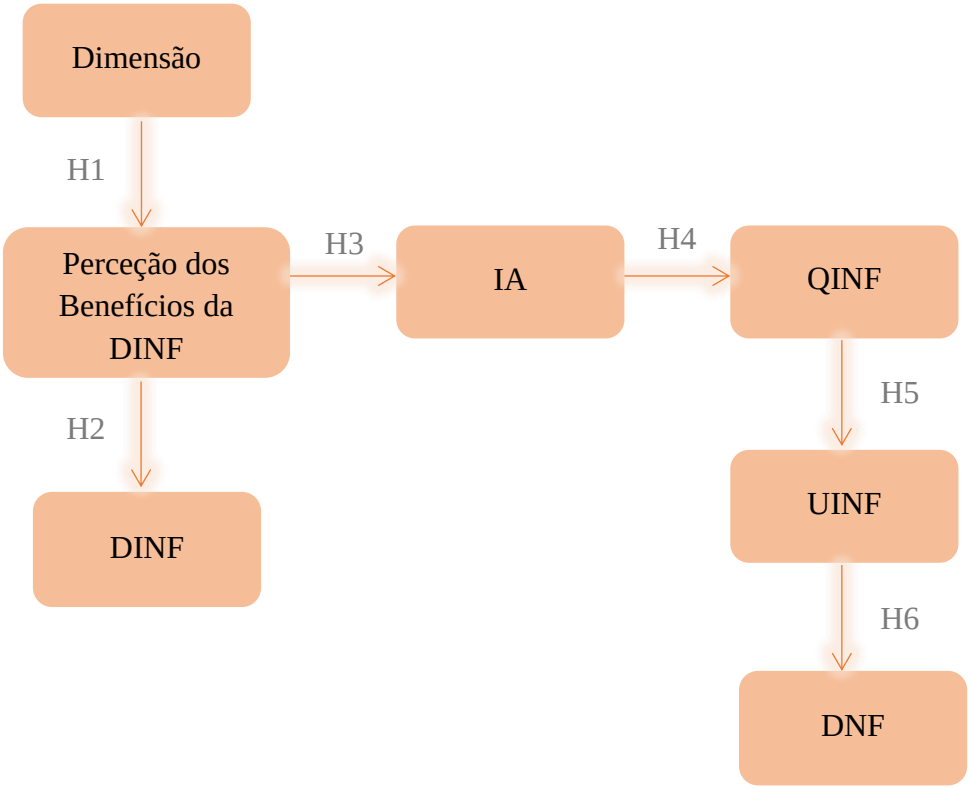
A presente investigação pretende analisar os determinantes da DINF e da QINF, assim como os seus impactos no sucesso empresarial, na perspetiva dos vários agentes de informação contabilística. Especificamente, este estudo pretende avaliar se:

1. As empresas de maior Dimensão têm uma maior Perceção dos Benefícios da DINF;
2. As empresas com melhor Perceção dos Benefícios da DINF são as que mais divulgam INF;
3. As empresas com melhor Perceção dos Benefícios da DINF atribuem maior IA à INF;
4. As empresas que atribuem maior IA à INF são as que têm maior QINF;
5. A QINF contribui positivamente para o UINF na tomada de decisão;
6. A UINF contribui positivamente para a DNF.

3.2 Modelo conceptual e hipóteses de investigação

De forma a cumprir com os objetivos específicos acima mencionados, propõe-se a avaliação do seguinte modelo conceptual, onde as diversas relações entre as variáveis em estudo, estão traduzidas em seis hipóteses de investigação. A Figura 3 apresenta o modelo conceptual com as relações (hipóteses) entre as variáveis em estudo.

Figura 3 - Modelo Conceptual



Legenda: DINF - Divulgação de Informação Não Financeira; DNF - Desempenho Não Financeiro; IA – Importância da Auditoria; QINF - Qualidade de Informação Não Financeira; UINF – Utilidade da Informação Não Financeira

Fonte - Elaboração própria

Thorne *et al.* (2014), ao analisar 221 empresas canadenses, concluíram que as empresas que emitem relatórios de INF são as de maiores dimensões, pois são as que têm mais recursos, maior impacto económico, social e ambiental e mais visibilidade política e no mercado e estão sujeitas a um maior escrutínio por parte dos *stakeholders* (Monteiro, 2022; Monteiro *et al.*, 2022; Watts & Zimmerman, 1986). Neste contexto, formula-se a primeira hipótese de investigação:

***H1**: Há uma associação positiva entre a Dimensão das empresas e a Perceção dos Benefícios resultantes da DINF.*

As exigências e necessidades advindas das partes interessadas, bem como a obrigatoriedade presente nos normativos regulamentares originaram um aumento da DINF por parte das empresas (Bennett *et al.*, 2017). Não obstante, alguns estudos

mostram que, com o passar dos tempos, os motivos para o relato deste tipo de informação prendem-se também com uma panóplia de benefícios percebidos pelas mesmas como, por exemplo, fortalecer e/ou intensificar a reputação corporativa (Adams, 2002; Idowu & Papasolomou, 2007), apresentar uma imagem socialmente responsável perante os *stakeholders* (O'Donovan, 2002), alcançar vantagens competitivas (Nikolaeva & Bicho, 2011) e obter maior retenção de *stakeholders*, como clientes, fornecedores e investidores de capital (Idowu & Papasolomou, 2007), entre outros. Face ao exposto, espera-se que a DINF esteja associada à Perceção de Benefícios advindos dessa divulgação. Desta forma, neste estudo é definida a segunda hipótese de investigação:

> ***H2:*** *Há uma associação positiva entre a Perceção dos Benefícios resultantes da DINF e o DINF.*

Segundo Cuadrado-Bellesteroset *et al.* (2017, p. 14) "*a garantia da sustentabilidade é uma ferramenta valiosa para melhorar a precisão e credibilidade das informações de sustentabilidade, aumentando assim a capacidade dos analistas de prever fluxos de caixa futuros*". Neste seguimento, a literatura evidencia a importância de uma auditoria, por uma entidade externa e independente, como meio de atingir credibilidade, qualidade e transparência da INF divulgada pelas empresas (Cho *et al*., 2014; Cohen & Simnett, 2015; De Beelde & Tuybens, 2015; Junior *et al*., 2014; Simnett & Nugent 2007; Simnett *et al.*, 2009).

A garantia, advinda da emissão de opinião por parte do auditor, demonstra o comprometimento das empresas perante as partes interessadas em fornecer informação fiável que lhes permita, de forma segura, tomar decisões favoráveis às empresas declarantes. Haji (2015) e Nestra e Gurvitsh (2018) referem que o investimento na verificação de informação não financeira pode contribuir significativamente para a construção de vantagem competitiva. Por sua vez, Quick e Inwinkl (2020), no seu estudo, verificaram que as instituições bancárias são mais propensas a aprovação de créditos ou a recomendação de compra de ações aos seus clientes quando a informação foi objeto de auditoria. Outros autores constataram a existência de benefícios ao nível de acesso a financiamento (Cheng *et al.*, 2014), de redução de custos de capital próprio (Dhaliwal *et al.*, 2011) e dos custos de empréstimos bancários (Goss & Roberts, 2011), entre muitos

outros. A literatura defende que da DINF advêm benefícios se esta for auditada. Por isso espera-se que quem percebe os Benefícios que advêm da DINF atribui maior importância à auditoria dessa informação. Nesse contexto, neste estudo é formulada a terceira hipótese de investigação deste estudo:

H3: *Há uma associação positiva entre a Perceção dos Benefícios da DINF e a IA à INF.*

Como referido anteriormente, as empresas, devido à falta de confiança das partes interessadas na informação por estas divulgada, recorreram a entidades externas independentes com o intuito de assegurar a fiabilidade do conteúdo presente nos seus relatórios. Corroborando o supramencionado, Gomes *et al.* (2015) e Nestra e Gurvitsh (2018) defendem que o desenvolvimento de procedimentos de auditoria garante para além de uma maior DINF, maior qualidade e credibilidade da mesma, agrega valor à imagem da empresa e ainda transmite uma mensagem clara de responsabilidade às partes interessadas. Face ao exposto, neste estudo é formulada a quarta hipótese de investigação:

H4: *Há uma associação positiva entre a IA à INF e a QINF.*

Vários autores verificam que a qualidade do relato financeiro determina a utilidade da informação financeira (Monteiro *et al*., 2021). A informação contabilística é útil quando ajuda a tomar as melhores decisões (Frendy & Semba, 2017)

Contudo, na literatura tem sido cada vez mais evidenciado que o relato financeiro não tem a utilidade necessária que os *stakeholders* exigem, estando as suas limitações relacionadas com o tratamento de recursos da entidade que não são passíveis de ser apresentados na forma monetária (Boyko & Derum, 2016). De acordo com estes autores, a DINF apresenta-se como um suplemento no âmbito da partilha de informação das empresas aos respetivos utilizadores.

A UINF deriva desta complementaridade o que, por sua vez, proporciona o sucesso da tomada de decisão a nível interno, por parte dos gestores e administradores, bem como a nível externo, ou seja, pelas restantes partes interessadas, as quais exige informações,

de cariz financeiro e não financeiro, credíveis e fiáveis (Cohen & Simnett, 2015), de modo a permitir, de forma clara, a análise da empresa no seu todo e, consequentemente, originar uma avaliação eficiente do valor real da mesma (Gal & Akisik, 2020). Neste estudo, espera-se que a UINF seja uma variável dependente da QINF, tal como se verifica para a informação financeira (Monteiro *et al*., 2021). Neste sentido, formula-se a quinta e penúltima hipótese de investigação:

H5*: Há uma associação positiva entre a QINF e a UINF.*

Nos últimos anos, o aumento continuo da consciencialização das empresas para a responsabilidade social e ambiental (Harding, 1998) tem suscitado a importância da INF (Ahmad & Zabri, 2016). Constata-se, assim, uma mudança de paradigma no que respeita aos procedimentos tradicionais de contabilidade, sendo os indicadores não financeiros vistos, cada vez mais, como uma ferramenta valiosa no que visa ao processo de tomada de decisão (Orens & Lybaert, 2010).

Além disso, o complemento de informação financeira com INF vem contribuir para uma melhor evolução das empresas considerando fatores externos e internos, o que, por sua vez, levam a decisões mais acertadas (Laskin, 2016). De acordo com um estudo elaborado por EY e *Boston College Center for Corporate Citizenship* (2013), a UINF pode contribuir para: uma melhoria da reputação; um aumento da lealdade dos colaboradores; uma redução da imprecisão da informação relativa ao DNF da empresa; um aprimoramento da visão ou estratégia empresarial; um aumento da lealdade do consumidor; uma redução de desperdício; uma melhoria do relacionamento com entidades reguladoras; uma monitorização e melhoria da gestão de risco a longo prazo; uma redução de custos; uma aumento da rentabilidade a longo prazo e uma melhoria do acesso a capital. Diante do exposto, espera-se que a INF quando utilizada determine o sucesso empresarial, nomeadamente refletido no DNF. Por isso, neste estudo formulando-se assim a última hipótese de investigação:

H6*: Há uma associação positiva entre a UINF e o DNF.*

Na tabela abaixo encontra-se uma síntese das hipóteses de investigação formuladas nesta pesquisa e os estudos que contribuíram para a fundamentação das mesmas.

Tabela 9 - Síntese das hipóteses de investigação

Hipóteses	Relação	Autores
H1	Dimensão – Perceção dos Benefícios da DINF	Thorne *et al.* (2014); Watts e Zimmerman, (1986).
H2	Perceção dos Benefícios da DINF – DINF	Adams (2002); Bennett *et al.* (2017); Idowu e Papasolomou (2007); Nikolaeva e Bicho (2011); O'Donovan (2002).
H3	Perceção dos Benefícios da DINF – IA à INF	Cheng *et al.* (2014); Cho *et al.* (2014); Cohen e Simnett (2015); Cuadrado-Bellesteroset *et al.* (2017); De Beelde e Tuybens (2015); Dhaliwal *et al.* (2011); Goss e Roberts (2011); Haji (2015); Junior *et al.* (2014); Nestra e Gurvitsh (2018); Quick e Inwinkl (2020); Simnett e Nugent (2007); Simnette *et al.* (2009).
H4	IA à INF – QINF	Gomes *et al.* (2015); Nestra e Gurvits (2018).
H5	QINF – UINF	Monteiro *et al.* (2021); Gal e Akisik (2020); Semba (2017); Cohen e Simnett (2015); Boyko e Derum (2016).
H6	UINF – DNF	Ahmad e Zabri (2016); EY e Boston College Center for Corporate Citizenship (2013); Harding, (1998); Laskin (2016); Orens e Lybaert (2010).

Legenda: DINF - Divulgação de Informação Não Financeira; DNF - Desempenho Não Financeiro; IA – Importância da Auditoria; QINF - Qualidade de Informação Não Financeira; UINF – Utilidade da Informação Não Financeira

Fonte - Elaboração própria

Após a formulação dos objetivos, do modelo conceptual e das hipóteses de investigação, torna-se necessário descrever a metodologia de investigação adotada neste estudo, ou seja, apresentar o instrumento de medida, o inquérito por questionário, e a forma como foi operacionalizado. Tal será apresentado no capítulo que se segue.

4.1 Instrumentos de medida

A investigação segue a abordagem metodológica quantitativa com o objetivo de avaliar o modelo conceptual proposto. Este método, através do desenvolvimento e aplicação de um inquérito online, é considerado um instrumento de recolha de dados que apresenta diversas vantagens, como o facto de ser pouco dispendioso e de o inquirido ter maior liberdade de resposta e a garantia de confidencialidade (Gillham, 2000). Não obstante, o apresenta também desvantagens, desde o início ponderadas, como o facto de má interpretação das questões por parte dos inquiridos, bem como a possibilidade de ter baixa taxa de resposta.

O inquérito é dirigido aos contabilistas, auditores e gestores por serem as pessoas que preparam a INF, validam a mesma e a utilizam para tomarem as principais decisões da empresa. Assim, neste estudo, aplica-se um inquérito, por questionário, aos profissionais de gestão, auditoria e contabilidade, tendo o mesmo sido elaborado no *software Lime Survey*.

4.2 Pré-teste

Antes da aplicação do questionário, é importante a realização de um pré-teste a uma amostra reduzida da população em estudo, para assegurar a qualidade e clareza das questões nele apresentadas, antecipando se o mesmo poderá causar alguns inconvenientes nos inquiridos (Ikart, 2019). Assim, com este fim, um pré-teste ao inquérito foi realizado por um gestor, três auditores e dois contabilistas certificados. Estes respondem ao questionário com o intuito de dar um *feedback* não só sobre o conteúdo como também sobre a estrutura das perguntas. O resultado do pré-teste não originou nenhuma alteração relevante.

4.3 Estrutura do inquérito por questionário

A versão final do inquérito encontra-se estruturado em cinco partes e inclui 43 questões fechadas. A primeira e última parte, inclui questões que permitem caraterizar o respondente (Apêndice I) e a empresa (Apêndice II) na qual exerce funções. A segunda

parte engloba questões que visam avaliar as variáveis do modelo (a Dimensão das empresas, a Perceção dos Benefícios da DINF, o DINF, a IA à INF, a QINF, a UINF e o DNF) (Apêndice III). Estas variáveis foram avaliadas numa escala de *Likert* de 5 pontos.

A avaliação da variável Perceção dos Benefícios da DINF, foi realizada com base na escala de medida adaptada de Qian *et al.* (2020) e Thorne *et al.* (2014). A Tabela 10 apresenta os itens que permitiram avaliar o construto Perceção dos Benefícios da DINF.

Tabela 10 - Itens de avaliação da variável Perceção dos Benefícios da DINF

Código	Itens	Autores (ano)
	Indique o grau de concordância com os seguintes Benefícios percebidos do relato de Informação Não Financeira:	
B01	Reduz o custo de capital	Adaptado de Qian *et al.* (2020) e Thorne *et al.* (2014).
B02	Aumenta o preço das ações	Adaptado de Qian *et al.* (2020) e Thorne *et al.* (2014).
B03	Melhora o acesso ao capital	Adaptado de Qian *et al.* (2020) e Thorne *et al.* (2014).
B04	Melhora a transparência através do relato	Adaptado de Qian *et al.* (2020) e Thorne *et al.* (2014).
B05	Melhora a comunicação com as partes interessadas externas	Adaptado de Qian *et al.* (2020) e Thorne *et al.* (2014).
B06	Melhora as condições de trabalho, independentemente do cargo do funcionário	Adaptado de Qian *et al.* (2020) e Thorne *et al.* (2014).
B07	Melhora a perceção, a consciencialização e o desempenho ao nível da responsabilidade social (esforço voluntário da empresa na criação de várias medidas para ir ao encontro das expectativas das diferentes partes interessadas – *stakeholders*)	Adaptado de Qian *et al.* (2020) e Thorne *et al.* (2014).
B08	Aumenta as taxas de retenção dos funcionários	Adaptado de Qian *et al.* (2020) e Thorne *et al.* (2014).
B09	Aumenta as taxas de retenção dos *stakeholders* (Ex. clientes e investidores externos)	Adaptado de Qian *et al.* (2020) e Thorne *et al.* (2014).

Escala de *Likert* de 5 pontos que varia entre 1 – Discordo totalmente e 5 – Concordo totalmente

Fonte - Elaboração própria

Na avaliação do construto DINF, como se encontra na tabela abaixo, utilizou-se a escala de medida da DINF proposta por Rizk *et al.* (2008).

Tabela 11 - Itens de avaliação da variável DINF

Código	Itens	Autores (ano)
	Relativamente aos funcionários, indique o nível de divulgação dos seguintes indicadores no relatório da entidade:	
DINF1	Política geral	Rizk *et al.* (2008).
DINF2	Benefícios	Rizk *et al.* (2008).
DINF3	Remuneração e recompensas	Rizk *et al.* (2008).
DINF4	Formação e desenvolvimento	Rizk *et al.* (2008).
DINF5	Planeamento de carreira	Rizk *et al.* (2008).
DINF6	Absenteísmo e rotatividade	Rizk *et al.* (2008).
DINF7	Licenças	Rizk *et al.* (2008).
DINF8	Relacionamento com sindicatos	Rizk *et al.* (2008).
DINF9	Rescisão, demissão e despedimento	Rizk *et al.* (2008).
DINF10	Aconselhamento em matéria de reforma e cessação de funções	Rizk *et al.* (2008).
DINF11	Equidade no emprego e discriminação	Rizk *et al.* (2008).
DINF12	Mulheres na gestão e no Conselho de Administração	Rizk *et al.* (2008).
DINF13	Creche e alojamento familiar	Rizk *et al.* (2008).
DINF14	Comunicação com os funcionários	Rizk *et al.* (2008).
DINF15	Saúde e segurança no trabalho	Rizk *et al.* (2008).
DINF16	Empregados a tempo parcial, temporários ou a contrato	Rizk *et al.* (2008).
DINF17	Outras questões sobre empregados ou recursos humanos	Rizk *et al.* (2008).
	Relativamente aos clientes, indique o nível de divulgação dos seguintes indicadores no relatório da entidade:	
DINF18	Política geral do cliente	Rizk *et al.* (2008).
DINF19	Comunicação com o cliente	Rizk *et al.* (2008).
DINF20	Segurança do produto	Rizk *et al.* (2008).
DINF21	Reclamações do cliente	Rizk *et al.* (2008).
DINF22	Serviços especiais ao cliente	Rizk *et al.* (2008).
	Relativamente às partes interessadas, indique o nível de divulgação dos seguintes indicadores no relatório da entidade:	
DINF23	Saúde, segurança e proteção pública	Rizk *et al.* (2008).
DINF24	Relações com a comunidade	Rizk *et al.* (2008).
DINF25	Investimentos sociais e doações	Rizk *et al.* (2008).
DINF26	Missão, propósito ou códigos corporativos	Rizk *et al.* (2008).
DINF27	Envolvimento de políticas públicas	Rizk *et al.* (2008).
	Relativamente ao meio ambiente, indique o nível de divulgação dos seguintes indicadores no relatório da entidade:	
DINF28	Conservação de energia e materiais	Rizk *et al.* (2008).
DINF29	Avaliação ambiental de projetos de capital	Rizk *et al.* (2008).
DINF30	Auditoria Ambiental - ISO 14000	Rizk *et al.* (2008).
DINF31	Gestão de reciclagem e resíduos	Rizk *et al.* (2008).

Escala de 3 pontos que varia entre 1 – Não divulga e 3 – Divulga integralmente

Fonte - Elaboração própria

Dada o elevado número de itens da variável DINF, optou-se por criar um índice de divulgação, tendo-se para tal procedido ao cálculo da média de todos os indicadores que constituem a variável.

No que diz respeito à IA, a escala adotada para medir este construto foi a de Goicoechea *et al.* (2019).

Tabela 12 - Itens de avaliação da variável IA

Código	Itens	Autores (ano)
	Indique o grau de importância em auditar os seguintes elementos do Relatório:	
IA01	Conteúdo completo do relatório	Adaptado de Goicoechea *et al.* (2019)
IA02	Governança corporativa	Adaptado de Goicoechea *et al.* (2019)
IA03	Visão geral da organização e ambiente externo	Adaptado de Goicoechea *et al.* (2019)
IA04	Riscos e oportunidades	Adaptado de Goicoechea *et al.* (2019)
IA05	Estratégia e alocação de recursos	Adaptado de Goicoechea *et al.* (2019)
IA06	Desempenho Não Financeiro	Adaptado de Goicoechea *et al.* (2019)

Escala de *Likert* de 5 pontos que varia entre 1 – Nada importante e 5 – Extremamente importante

Fonte - Elaboração própria

A Tabela 13 apresenta os itens utilizados para avaliar a QINF, escala usada por Monteiro *et al.* (2021).

Tabela 13 – Itens de avaliação da variável QINF

Código	Itens	Autores (ano)
	Relativamente à Qualidade da Informação Não Financeira, indique o seu grau de concordância com as seguintes afirmações:	
QINF01	A precisão das Informações Não Financeiras auxilia na tomada de decisões	Monteiro *et al.* (2020)
QINF02	As Informações Não Financeiras incluem todas as informações necessárias para a tomada de decisões	Monteiro *et al.* (2020)
QINF03	A Informações Não Financeiras é cuidadosamente preparada para garantir a sua qualidade	Monteiro *et al.* (2020)
QINF04	A Informação Não Financeira é facilmente compreendida pelo seu utilizador	Monteiro *et al.* (2020)
QINF05	As Informações Não Financeiras incluem todas as informações necessárias para a tomada de decisões	Monteiro *et al.* (2020)
QINF06	As Informações Não Financeiras estão isentas de julgamentos de valor	Monteiro *et al.* (2020)

Escala de *Likert* de 5 pontos que varia entre 1 – Discordo totalmente e 5 – Concordo totalmente

Fonte - Elaboração própria

No que concerne aos itens que permitem medir a UINF, os mesmos foram obtidos/adaptados da escala usada no estudo de Monteiro *et al.* (2021).

Tabela 14 - Itens de avaliação da variável UINF

Código	Itens	Autores (ano)
	Indique o seu grau de concordância relativamente às seguintes afirmações:	
UINF01	O gestor da empresa dá a devida Utilidade à Informação Não Financeira	Adaptado de Monteiro *et al.* (2020)
UINF02	O gestor da empresa dá importância à Informação Não Financeira na tomada de decisão	Adaptado de Monteiro *et al.* (2020)
UINF03	A Informação Não Financeira é importante para todos os *stakeholders* (internos e externos)	Adaptado de Monteiro *et al.* (2020)

Escala de *Likert* de 5 pontos que varia entre 1 – Discordo totalmente e 5 – Concordo totalmente

Fonte - Elaboração própria

Por fim, o construto DNF é avaliado com recurso à escala adaptada de Adhariani e de Villiers (2019) (Tabela 15).

Tabela 15 - Itens de avaliação da variável DNF

Código	Itens	Autores (ano)
	Indique o grau de concordância com os seguintes Impactos percebidos da Divulgação de Informação Não Financeira:	
DNF01	Aumento da confiança dos investidores	Adaptado de Adhariani & de Villiers (2019)
DNF02	Aumento da competitividade de mercado	Adaptado de Adhariani & de Villiers (2019)
DNF03	Aumento da satisfação do cliente	Adaptado de Adhariani & de Villiers (2019)
DNF04	Melhoria do serviço prestado ao cliente	Adaptado de Adhariani & de Villiers (2019)
DNF05	Melhoria ao nível da gestão de reputação	Adaptado de Adhariani & de Villiers (2019)
DNF06	Melhoria ao nível operacional e de eficiência	Adaptado de Adhariani & de Villiers (2019)
DNF07	Melhoria das condições de trabalho independentemente do cargo do colaborador	Adaptado de Adhariani & de Villiers (2019)
DNF08	Melhoria ao nível da inovação de produtos/processos	Adaptado de Adhariani & de Villiers (2019)
DNF09	Aumento da retenção de funcionários	Adaptado de Adhariani & de Villiers (2019)
DNF10	Melhorias ao nível da relação com o pessoal	Adaptado de Adhariani & de Villiers (2019)
DNF11	Melhoria do desempenho no âmbito da responsabilidade social corporativa	Adaptado de Adhariani & de Villiers (2019)
DNF12	Aumento da fidelização dos clientes	Adaptado de Adhariani & de Villiers (2019)

Escala de *Likert* de 5 pontos que varia entre 1 – Discordo totalmente e 5 – Concordo totalmente

Fonte - Elaboração própria

4.4 Processos de recolha de dados

Este estudo visa avaliar a perceção dos agentes de informação contabilística que executam funções em empresas portuguesas com auditoria. O processo de recolha de dados começa por identificar na base de dados SABI os endereços das empresas com o objetivo de enviar aos destinatários deste estudo o *link* do inquérito. Além disso, aplicaram-se os filtros apresentados na Tabela 16. Assim foram selecionadas empresas portuguesas com auditoria e com mais de 50 empregados.

Tabela 16 - Filtros aplicados na base de dados SABI

Filtros	
(1) País/ Região	Portugal
(2) Estado (Portugal)	Ativa
(3) Forma jurídica	Associação, Cooperativa, Entidade estrangeira, Estabelecimento Individual de responsabilidade limitada, Fundo, Outras formas jurídicas, Sector empresarial local/regional/estado, Sociedade anónima, Sociedade em comandita, Sociedade em nome coletivo, Sociedade por quotas, Sociedade unipessoal por quotas
(4) Todas as empresas com endereço e-mail (Portugal)	Sim
(5) Último número de funcionários	Mínimo 50
(6) Empresas com auditoria	Sim

Fonte - Elaboração própria

Apesar do número elevado de empresas que foi gerado (7812), optou-se por enviar o inquérito a todas, devido à potencial dificuldade de obter resposta, não só devido ao facto do estudo ser aplicado a contabilistas, auditores e gestores, profissões que demonstram alguma indisponibilidade para responder ao inquérito, mas também pelo facto do nível do conhecimento de alguns profissionais, objeto de estudo, sobre o tema ser reduzido.

O inquérito foi então aplicado via online, tendo o mesmo sido enviado por *e-mail* (Apêndice IV) às 7.812 empresas geradas pela base de dados SABI. Ainda foram enviadas mensagens direcionadas via *LinkedIn*, bem como foi tornado publico o inquérito no site da Ordem dos Contabilistas Certificados e nas redes sociais (Contabilistas *by* ANACO, Todos contam com Paula Franco e Portal da Fiscalidade).

Devido ao número reduzido de respostas, procedeu-se ao reforço do pedido de respostas, tendo-se reenviado novamente o *e-mail* a todas as empresas, reforçando a ideia de que o mesmo teria de ser enviado internamente para os contabilistas, auditores e

gestores, e respondido pelos mesmos. Assim, no período compreendido de 29 de junho a 14 de setembro foram enviados, aproximadamente, 23.600 *e-mails*. Nesse período obtiveram-se 1.939 respostas das quais somente 311 eram observações completas. Contudo, foram eliminadas as observações dos inquiridos que indicaram que a empresa não divulgava INF. No total, foram eliminadas 188 observações. A amostra é então composta por 73 observações.

Dado o elevado número de empresas portuguesas, opta-se por uma amostra de conveniência e não uma amostra probabilística. Este procedimento é comum quando a população alvo é bastante numerosa (Monteiro *et al*., 2022; Cepêda & Monteiro, 2020; Montenegro & Rodrigues, 2020).

4.5 Procedimentos estatísticos na análise de dados

O processo da análise de dados é composto, numa primeira fase, pela análise preliminar dos dados, passando numa segunda fase para a avaliação do modelo de medida e terminando na avaliação do modelo estrutural.

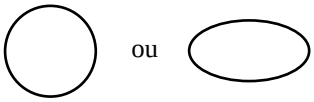
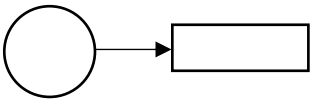
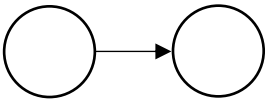
A análise preliminar dos dados efetua-se através dos dados gerados pelo *LimeSurvey*, exportados em formato Excel. Tais dados são codificados de modo a ser possível a sua importação para o *software* SPSS. Neste, procede-se ao tratamento dos dados em falta, à análise dos dados extremos (*outliers*), à análise da tendência central e da normalidade e, por fim, à análise da dimensão da amostra.

Terminada a fase preliminar, segue-se a análise dos dados obtidos, caracterizados pela presença de múltiplas variáveis. A análise fatorial dos dados pode ser abordada de duas formas distintas: exploratória ou confirmatória (Fornell, 1985; Mueller & Hancock, 2001). A análise fatorial confirmatória abrange a conceptualização do modelo, a identificação das estimativas dos parâmetros, a avaliação do ajustamento e apresentação das possíveis modificações do modelo (Mueller & Hancock, 2001). Por outro lado, a análise fatorial exploratória procura desenvolver teorias e validar instrumentos de medida (Watkins, 2018).

O MEE é uma das principais técnicas associadas à análise de dados multivariados, sendo que os seus parâmetros podem ser estimados utilizando métodos *covariance-based* ou *varianced-based*. A primeira abordagem está enquadrada na análise confirmatória, sendo que a Máxima Verossimilhança ou os Quadrados Mínimos Generalizados são exemplos destes métodos. Este tipo de métodos não é recomendável quando (1) os dados não verificam uma distribuição normal, (2) o modelo tem muitos construtos ou variáveis, (3) existem variáveis formativas, (4) a amostra tem poucos dados ou (5) o suporte técnico é pouco explorado (MacKenzie *et al.*, 2011). Nessas situações, recomenda-se a segunda abordagem, onde se destaca o método dos Quadrados Mínimos Parciais (*Partial Least Squares* – PLS). O *SmartPLS* 4 é o *software* de análise estatística que permitiu aplicar o método PLS aos dados resultantes da análise preliminar.

O modelo de medida e o modelo estrutural assumem uma representação gráfica (*path models*) de acordo com os símbolos apresentados na Tabela 17, que devem ser respeitados para que a leitura do mesmo seja clara e percetível.

Tabela 17 - Símbolos Utilizados na Representação Gráfica do MEE

Símbolo	Significado
	Constructo ou variável latente
	Variável observada ou mensurada ou indicador
	Correlação entre a Variável latente e a variável observada VO (modelo de medida)
	Relação Causal – Coeficiente de Caminho entre as VL Independente → Dependente (modelo estrutural)

Fonte - Ringle et al. (2014)

A primeira fase da avaliação do MEE é, então, a avaliação do modelo de medida. Nesta, são avaliadas as seguintes variáveis: (1) *Average Variance Extracted* (AVE); (2) consistência interna; (3) Fiabilidade Compósita (*composite reliability* - FC); (4) validade discriminante (*discriminant validity*). A AVE consiste na fração dos dados que é

explicada por cada um dos respetivos constructos ou variável latente. Esta variável é avaliada através do critério de *Fornell-Larcker*, que determina que os valores das AVE devem ser superiores a 0,50 (AVE > 0,50) (Fornell & Larcker, 1981). A consistência interna refere-se à fiabilidade do modelo, a qual pode ser avaliada com base nos valores de alfa de *Cronbach* ou da FC, ambas permitem avaliar a fiabilidade do modelo. Para o PLS, é mais adequado recorrer à FC pois esta ordena as variáveis quanto à sua fiabilidade, enquanto o alfa de *Cronbach* depende mais do número de variáveis de cada construto (Ringle *et al.*, 2014). De acordo com Hair, Jr. *et al.* (2017), devem ser verificados valores entre 0,70 e 0,90 na FC. Relativamente à validade discriminante, indica o grau de independência entre os constructos. A validade discriminante avalia-se através dos valores das cargas cruzadas (*cross loading*), que devem registar cargas fatoriais superiores nos próprios constructos do que nos restantes (Chin, 1998).

A segunda fase da análise do MEE corresponde à avaliação do modelo estrutural. Este procedimento permite testar a significância estatística das diversas relações estabelecidas no modelo com recursos ao método PLS. O PLS executa o *bootstrapping*, que é um método não paramétrico de reamostragem, sendo criadas subamostras dos dados originais de forma a avaliar a significância (*p-value*) do modelo (Hair, Jr. *et al.*, 2017). Valores até 0,05 são considerados largamente aceitáveis, sendo que valores até 0,08 também são aceitáveis (Dash & Paul, 2021). Os *Standardized Root Mean Squared Residuals* (SRMR) podem estar compreendidos entre 0 e 1, sendo que quando mais perto de zero for o valor, mais bem ajustado está o modelo. No que se refere à análise da colinearidade, que tem como objetivo examinar cada construto preditivo separadamente para cada parte do modelo estrutural, utiliza-se o Fator de Inflação de Variância (VIF) que, segundo Hair, Jr. *et al.* (2017) deverá apresentar valores abaixo de 5,0. Caso haja indicação de colinearidade no modelo, é necessário considerar a possibilidade de eliminar o construto, juntá-lo com outro ou até mesmo criar um construto de ordem superior. Para além disso, são avaliados vários coeficientes de ajustamento do modelo. O coeficiente de determinação (R^2) avalia a fração das variáveis endógenas explicadas pelo modelo estrutural, sendo que valores de 2%, 13% e 26% representam, respetivamente, efeitos pequenos, médios e grandes (Cohen, 2013). São avaliados ainda os valores da validade preditiva (Q^2 – Indicador de *Stone-Geisser*) e o tamanho do efeito (f^2 – Indicador de *Cohen*). O primeiro avalia o quanto o modelo se aproxima daquilo que era esperado (qualidade da previsão do modelo ou precisão do modelo ajustado), devendo ser obtidos

valores superiores a zero (Hair, Jr. *et al.*, 2017). O segundo é obtido pela inclusão e exclusão (um a um) dos constructos do modelo, avaliando a utilidade de cada um para o ajuste do modelo. Valores de 0,02, 0,15 e 0,35 são, respetivamente, considerados pequenos, médios e grandes (Hair, Jr. *et al.*, 2017).

O MEE requer que se faça inúmeros testes para determinar a adequação do ajustamento dos modelos de medida e estrutural, nomeadamente medidas absolutas, incrementais e parcimoniosas (Rohani *et al.*, 2009). Neste contexto, a Tabela 18 inclui as principais medidas de ajustamento do modelo pelas diferentes categorias, bem como os valores de referência que serão usados no conteúdo deste trabalho.

Tabela 18 - Medidas de Ajustamento do MEE e Valores de Referência

Medida	Propósito	Valor de Referência	Autores
Avaliação do Modelo de Medida			
AVE	Validades convergentes	AVE > 0,50	Henseler *et al.* (2009)
Cargas Cruzadas	Validade discriminante	Valores nas cargas maiores nas variáveis latentes originais do que em outras	Chin (1998)
Critério de Fornell-Larcker	Comparação das raízes quadradas dos valores das AVE de cada Constructo com as Correlações de *Pearson* entre os Constructos (ou variáveis latentes	As raízes quadradas das AVE devem ser maiores que as relações dos constructos	Fornell-Larcker (1981)
FC	Fiabilidade do Modelo	FC > 0,70	Hair *et al.* (2017)
Avaliação do Modelo Estrutural			
VIF	Avaliação da existência de níveis significativos de colinearidade	VIF < 5.0 (caso contrário, há problemas de multicolinearidade)	Hair *et al.* (2017)
SRMR	Avaliação da Discrepância entre o Modelo Teórico e Observado	< 0,05 → bom ajustamento 0,05 – 0,08 → ajustamento razoável 0,08 – 0,09 → ajustamento aceitável	Hair *et al.* (2017)
Avaliação dos coeficientes de Determinação de Pearson (R^2)	Avaliação da porção da variância das variáveis endógenas, que é explicada pelo modelo estrutural.	R^2 = 2% → efeito pequeno R^2 = 13% → efeito médio R^2 = 26% → efeito grande	Cohen (1988)
Tamanho do efeito (f^2) ou indicador de Cohen	Avaliação da "Utilidade" de cada constructo para o ajuste do modelo	f^2 = 0,02 → pequeno f^2 = 0,15 → médio f^2 = 0,35 → grande	Hair *et al.* (2017)
p-value		*p-value* ≤0,05	Hair *et al.* (2017)
Teste de t de *Student*	Avaliação das significâncias das correlações e regressões	t ≥ 1,96	Hair *et al.* (2017)

Fonte - Adaptado de Ringle et al. (2014)

Findo a apresentação das metodologias de investigação segue-se a análise dos dados recolhidos e posterior discussão dos resultados obtidos. Assim, no próximo capítulo, serão apresentadas as etapas que integram a análise dos dados consistem (1) na análise preliminar dos dados, seguida da caracterização da amostra, (2) na avaliação do modelo de medida e (3) na avaliação do modelo estrutural. Por último, será efetuada a discussão dos resultados.

5.1 Análise preliminar dos dados

Obtidos os dados da amostra, o primeiro passo foi o tratamento da informação de forma a permitir que os dados pudessem ser sujeitos às análises dos modelos de medida e estrutural. Para isso, foram analisados (1) os dados em falta, (2) a tendência central e da normalidade, (3) os valores extremos e (4) a dimensão da amostra. Este processo de tratamento dos dados obtidos permitirá colocar os dados prontos para a análise de dados, nomeadamente a análise descritiva dos dados e dos modelos de medida e estrutural. A análise preliminar dos dados foi realizada no *software* estatístico SPSS.

5.1.1 Dados em falta

Considera-se que existem dados em falta quando o inquirido não responde a todas as perguntas ou itens do questionário (Grung & Manne, 1998; Hair, Jr. *et al*., 2017). Apesar de ser um problema comum das bases de dados (Salgado *et al.*, 2016), têm surgido técnicas melhoradas que solucionam o tratamento de dados em falta (Howell, 2019). Enquanto técnica de análise estatística utilizada nesta investigação, o MEE exige que não existam dados em falta. Neste sentido, de acordo com o sugerido por Hair, Jr. *et al.* (2017), foi retirada da amostra 1 observação com dados em falta superiores a 30%. Para as restantes observações com dados em falta, foi aplicado o método *series mean*, que se trata da substituição dos dados em falta pelo valor médio verificado em cada variável afetada, tal como recomendam Hair, Jr. *et al.* (2017) e Howell (2019). Depois desta seleção inicial, a amostra ficou composta por 291 observações.

5.1.2 Análise da tendência central e da normalidade

A análise da tendência central e da normalidade foi efetuada com recurso aos testes de ajustamento à distribuição normal Kolmogorov-Smirnov e Shapiro-Wilk, recomendados por Hanusz & Tarasińska (2015), cujos resultados demonstram que os dados não se encontram dentro dos parâmetros de normalidade (pois, $p<0.05$) (Apêndice V). Ainda, de acordo com Marôco (2010), a violação extrema da normalidade (assimetria>2-3 e curtose>7-10) pode tornar questionável a qualidade dos índices de

ajustamento e das estimativas dos parâmetros. Esta situação não se verificou nesta investigação (Apêndice VI)

5.1.3 Valores extremos

Outra técnica utilizada no tratamento dos dados obtidos foi a deteção de valores que não sejam conformes com a maioria das observações, ou seja, *outliers* (Templ *et al.*, 2020). Para identificar a existência de *outliers*, foi efetuada uma análise *boxplot*, no *software* SPSS, a qual que permitiu apurar a inexistência de qualquer situação deste cariz.

5.1.4 Dimensão da amostra

De acordo com Hair, Jr. *et al.* (2017), a utilização ótima do método de máxima verosimilhança pressupõe que a amostra tenha entre 100 a 150 observações. Este método fica demasiado sensível caso a amostra seja demasiado grande (400 a 500 observações), uma vez que as medidas de ajustamento passam a indicar um ajustamento pobre. É sugerido que a amostra contenha entre 100 e 200 observações para que este método seja viável, podendo ser superior caso (1) o modelo seja complexo, (2) os dados não apresentem uma distribuição normal e (3) a técnica de estimação do modelo seja outra.

No caso desta investigação, da amostra de 291 observações obtida após o tratamento dos dados em falta, foram removidas adicionalmente as 30 observações nas quais o respondente não se identificou como gestor, contabilista ou auditor (por não se enquadrarem na análise pretendida). Da amostra restante de 261 observações, foram removidas todas aquelas nas quais a empresa inquirida não divulga INF (188 observações). A amostra final estabelece-se assim nas 73 observações. Apesar deste valor ser inferior ao recomendado para a aplicação do método de máxima verosimilhança, importa assinalar que, em Portugal, o número de empresas que divulgam INF é reduzido, pelo que a amostra é significativa dentro do universo em que se insere.

Para além disso, a maioria das variáveis recorreram à escala de 5 pontos de *Likert*. Neste sentido, de acordo com Hancock e Mueller (2001), caso existam pelo menos cinco categorias ordenadas (como é o caso deste estudo), o método da máxima verosimilhança pode ser aplicado visto que não serão verificados níveis elevados de desvio nos índices

de ajustamentos e nas estimativas e erros-padrão dos parâmetros. Assim sendo, considerando-se a amostra suficientemente robusta e tendo sido utilizada a escala de 5 pontos de *Likert* ao longo do inquérito, foi aplicada esta técnica de estimação para calcular a estimativa dos parâmetros e para avaliar os modelos de medida e estrutural apresentados de seguida (Marôco, 2010; Pilati & Laros, 2007).

Desta forma, e devido à dimensão da amostra (73 observações) não foi possível a utilização do *software* AMOS pois, segundo Ong e Puteh (2017), esta ferramenta requer um tamanho de amostra de mais de 200 observação. Assim, recorreu-se à ferramenta estatística *SmartPLS* 4 que, de acordo com os mesmos autores, requer um tamanho de amostra pequeno, compreendido entre 30 a 100 observações (Ong & Puteh, 2017). Apesar das vantagens e desvantagens inerentes aos dois *softwares*, comparativamente com o AMOS, o *SmartPLS* é considerado pelos autores uma ferramenta de mais fácil utilização e mais atrativo.

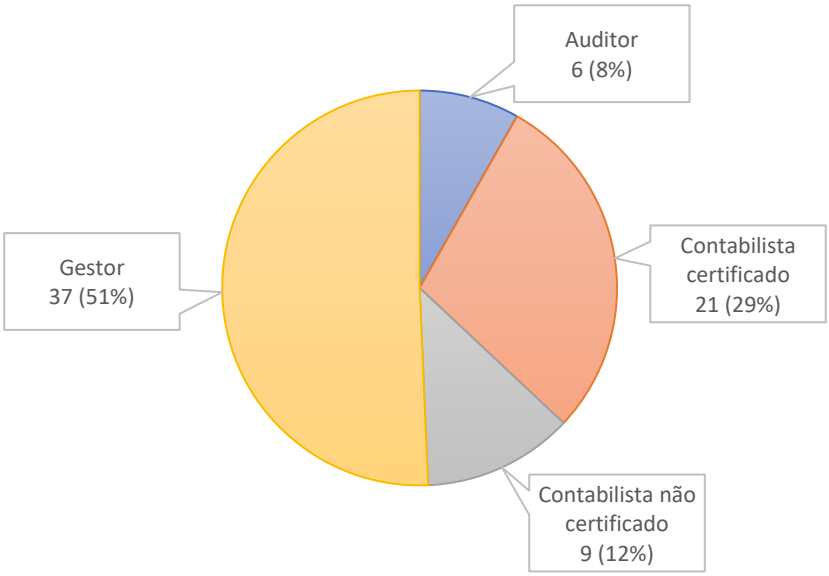
5.1.5 Caraterização da amostra

Após o tratamento dos dados extraídos do SPSS, e estando a amostra pronta para análise, apresenta-se, neste ponto, o perfil dos respondentes, das empresas onde desenvolvem funções ou da empresa escolhida (no caso de exercer funções em mais de que uma empresa).

5.1.5.1 Caraterização dos respondentes

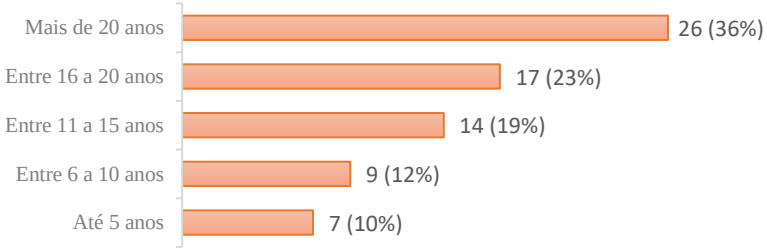
Dos 73 respondentes, constata-se que, relativamente à situação profissional, 37 (51%) são gestores, 21 (29%) são contabilistas certificados, 9 (12%) são contabilistas não certificados e 6 (8%) são auditores (Gráfico 1).

Gráficos 1 - Cargo profissional do inquirido

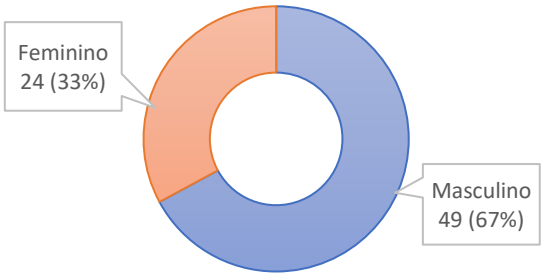


Quanto à experiência profissional (Gráfico 2), a maioria dos inquiridos (59%) tem mais de 16 anos de experiência, são do género masculino (67%) (Gráfico 3) e têm idades compreendidas entre 36 e 55 anos (63%) (Gráfico 4).

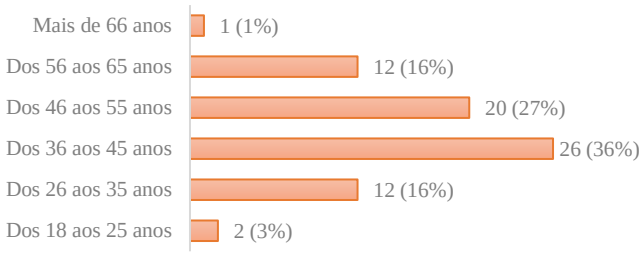
Gráficos 2 - Experiência profissional



Gráficos 3 - Género dos inquiridos

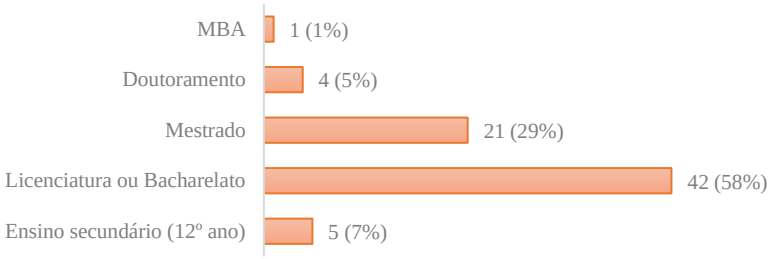


Gráficos 4 - Idade dos inquiridos

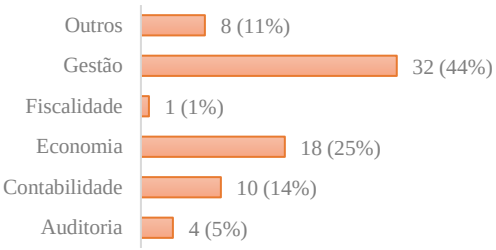


No que respeita à sua formação académica e à área de formação, a maioria possui pelo menos a licenciatura/bacharelato (58%) (Gráfico 5). No que respeita à formação, 32 (44%) dos respondentes são formados em gestão, 18 (25%) em economia e 10 (14%) em contabilidade (Gráfico 6). Dos 8 (11%) respondentes que selecionaram a opção outros, constata-se que a área de formação mais mencionada foi engenharia (4 ou 50%), seguida de finanças (2 ou 25%) e direito e sociologia (1 ou 13%, cada) (Gráfico 7).

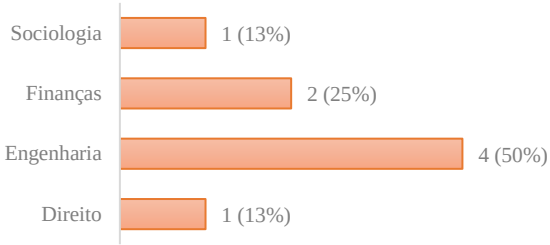
Gráficos 5 - Formação académica



Gráficos 6 - Área de formação profissional



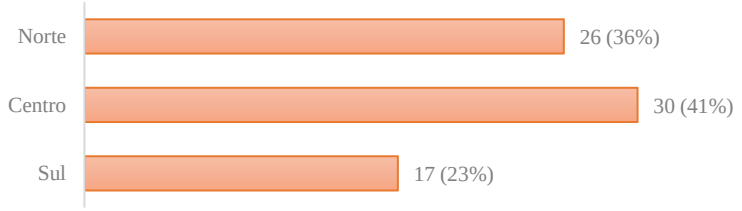
Gráficos 7 - Outras áreas de formação profissional



5.1.5.2 Caraterização das empresas

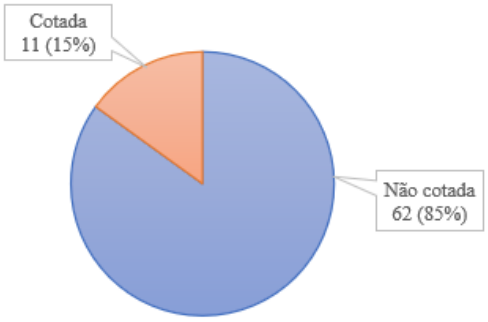
Relativamente à caraterização da empresa, onde o inquirido exerce funções, a maioria das empresas estão sediadas no Centro (30 ou 41%) e no Norte (26 ou 36%) do país (Gráfico 8).

Gráficos 8 - Organização territorial

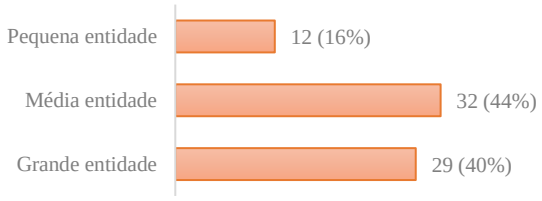


A maioria das empresas não é cotada em bolsa (85%) (Gráfico 9), são de média e grande dimensão (84%) (Gráfico 10) e têm entre 100 e 500 trabalhadores (36%) (Gráfico 11).

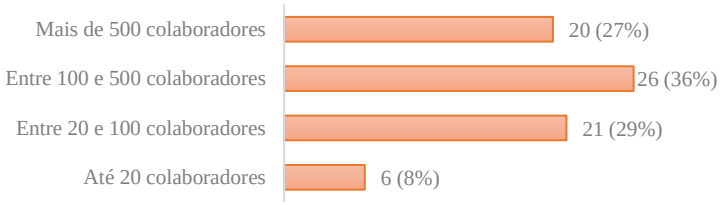
Gráficos 9 - Tipologia das empresas



Gráficos 10 – Dimensão



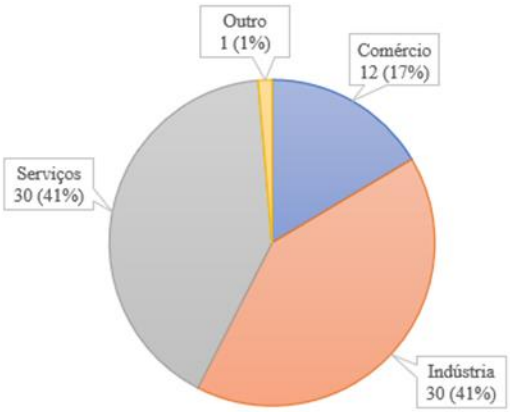
Gráficos 11 - Número de colaboradores



No que toca ao setor de atividade da empresa constata-se que 30 (41%) são prestadoras de serviços, 30 (41%) são indústrias, 12 (17%) pertencem ao ramo do

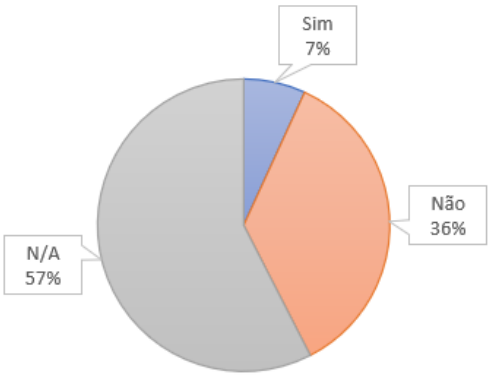
comércio e ainda faz parte desta amostra uma empresa ligada a uma Instituições Particulares de Solidariedade Social (Gráfico 12).

Gráficos 12 – Setor de atividade

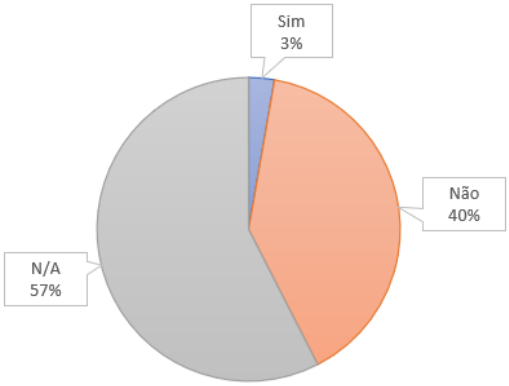


Dos 30 respondentes que trabalham em empresas industriais constata-se que apenas 5 são consideradas ambientalmente críticas (Gráfico 13) e 2 socialmente críticas (Gráfico 14).

Gráficos 13 - Indústrias consideradas ambientalmente críticas

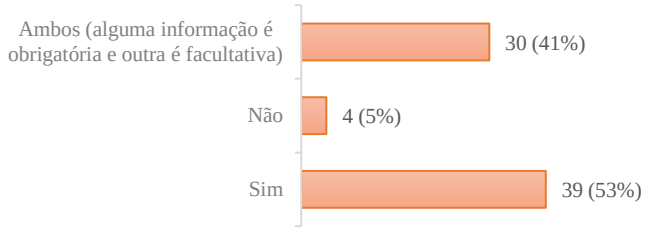


Gráficos 14 - Indústrias consideradas socialmente críticas

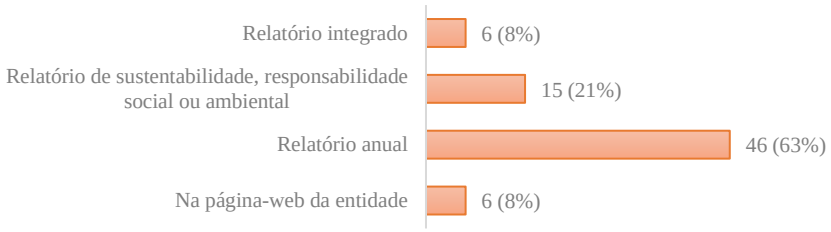


Por fim, quanto à DINF, observa-se que 39 das 73 empresas da amostra relatam esta temática a título voluntário (Gráfico 15) e comunicam essa informação principalmente nos relatórios de gestão (47%), seguido de relatório de sustentabilidade, responsabilidade social ou ambiental (21%) e relatórios anuais (16%). Neste inquérito verifica-se que o relatório integrado (8%) é uma ferramenta de divulgação pouco adotada pelas empresas, bem como a divulgação através da página-web da empresa (8%) (Gráfico 16).

Gráficos 15 - INF divulgada a título voluntário



Gráficos 16 - Meios de comunicação de INF



Após a descrição do inquirido e das empresas da amostra, procede-se à análise do modelo concetual proposto, a qual envolve a avaliação do modelo de medida e do modelo estrutural.

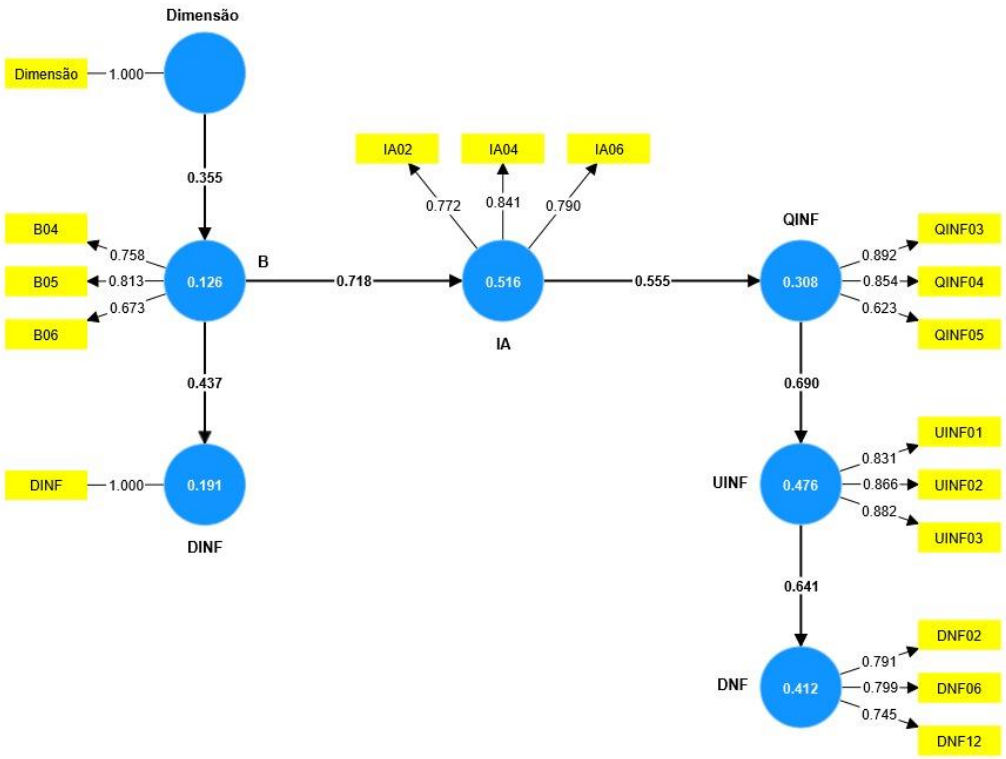
5.2 Avaliação do modelo de medida

No modelo de medida inicial, numa primeira abordagem, procede-se à observação da carga fatorial (correlação) dos indicadores. Recomenda-se a exclusão dos itens que não tenham uma carga fatorial superior a 0.70 (Hair, Jr. *et al.*, 2017). Onze desses indicadores apresentam carga fatorial baixa: B01 (0.615), B02 (0.262), B03(0.481), B07 (0.697), B08 (0.689), QINF2 (0.504), QINF5 (0.608), QINF6 (0.414), DNF7 (0.454),

DNF9 (0.547) e o DNF10 (0.669). Antes da exclusão dos mesmos, como recomendado por Hair *et al*. (2017), foram analisados os efeitos da exclusão de cada item sobre a fiabilidade e validade do modelo. Verificou-se que os indicadores ligados às dimensões B e QINF encontravam-se a afetar a validade convergente (B=0.456 e QINF=0.458) apresentando valores de AVE<0.50. Desta forma, procedeu-se à eliminação dos indicadores B01 (0.615), B02 (0.262), B03 (0.481), B07 (0.697), B08 (0.689), QINF2 (0.504), QINF6 (0.414). Ao executar novamente o programa a dimensão QINF ainda apresentava um AVE=0.457. Embora a exclusão dos indicadores com carga fatorial baixa seja recomendada para ajustes do modelo, após uma análise cuidadosa, verificou-se que a exclusão do item com carga mais baixa (QINF05=0.539) iria piorar o AVE da dimensão, tendo sido necessário eliminar o QINF01 (0.693) de modo à validade convergente da dimensão já não ser afetada (AVE=0.635). Assim, o modelo passou a apresentar uma avaliação da variância média extraída superior a 0.50 em todos os indicadores. Ainda a respeito da carga fatorial forma excluídos os indicadores, acima mencionados, referentes à dimensão DNF.

Contudo, foram ainda analisadas as correlações entre os restantes indicadores, de modo a aumentar as correlações entre os construtos. Num estudo por tentativas verificou-se a necessidade ainda de eliminar os itens B09, IA01, IA03, IA05, DNF1, DNF03, DNF04, DNF05, DNF08 e DNF011. Depois de todos excluídos, o algoritmo *SmartPLS* 4 foi executado novamente, resultando no modelo abaixo apresentado:

Figura 4 - Modelo de Medida Ajustado



Legenda: DINF - Divulgação de Informação Não Financeira; DNF - Desempenho Não Financeiro; IA – Importância da Auditoria; B – Perceção dos Benefícios da DINF; QINF - Qualidade de Informação Não Financeira; UINF – Utilidade da Informação Não Financeira

Fonte - Software SmartPLS 4

Como se verifica, na Figura 4, foram mantidos no modelo dois indicadores com carga fatorial inferior a 0.7, são eles: B06 (0.673) e QINF05 (0.622). A exclusão destes indicadores afetava a validade discriminante do modelo.

No que diz respeito à consistência interna do modelo serão analisados o coeficiente rho_a, a FC e a AVE de cada construto, como se encontra apresentado na Tabela 19.

Tabela 19 - Análise do Modelo de Medida Ajustado

Construto	Item	Carga fatorial	rho_a >0.70	FC >0.70	AVE >0.50
B	B04 B05 B06	0.758 0.813 0.673	0.799	0.793	0.563
IA	IA02 IA04 IA06	0.772 0.841 0.790	0.845	0.844	0.643
QINF	QINF03 QINF04 QINF05	0.892 0.855 0.622	0.860	0.838	0.638
UINF	UINF01 UINF02 UINF03	0.819 0.860 0.899	0.896	0.895	0.740
DNF	DNF02 DNF06 DNF12	0.767 0.774 0.723	0.823	0.822	0.606

Legenda: DINF - Divulgação de Informação Não Financeira; DNF - Desempenho Não Financeiro; IA – Importância da Auditoria; B – Perceção dos Benefícios da DINF; QINF - Qualidade de Informação Não Financeira; UINF – Utilidade da Informação Não Financeira

Fonte - Software SmartPLS 4

A consistência interna do modelo foi verificada através do coeficiente rho_a (0.799 a 0.896) e da FC (0.793 e 0.895) sendo que estes dois indicadores apresentam valores superiores a 0.70, e ainda pela variância média extraída (0.563 a 0.740) verificando-se valores acima de 0.50.

Para finalizar a avaliação do modelo de medida, é necessário ainda analisar a validade discriminante, pelo critério de *Fornell-Larcker*, que compara as correlações entre os construtos com a raiz quadrada da AVE de cada construto, procedendo-se à comparação das correlações entre os construtos com a raiz quadrada da AVE de cada construto, de modo a percecionar se as variáveis latentes são independentes umas das outras (Hair, Jr. *et al.*, 2017) e pelas cargas cruzadas.

Quanto ao critério de *Fornell-Larcker*, como se observa na Tabela 20, os valores destacados são maiores tanto em coluna como em linha relativamente aos outros, com

exceção da variável Perceção dos Benefícios da DINF (B). Como a diferença é reduzida, considerando-se aceitável, não se procedeu a mais nenhum ajuste no modelo.

Tabela 20 - Validade discriminante - Resultado do critério de Fornell-Larcker

	B	**DNF**	**Dimensão**	**IA**	**IDNF**	**QINF**	**UINF**
B	0.750						
DNF	0.777	0.779					
Dimensão	0.355	0.066	1000				
IA	0.718	0.558	0.139	0.802			
IDNF	0.437	0.373	0.050	0.434	1000		
QINF	0.566	0.691	0.042	0.555	0.440	0.799	
UINF	0.673	0.641	0.034	0.725	0.494	0.690	0.860

Legenda: DNF - Desempenho Não Financeiro; IA – Importância da Auditoria; IDINF - Divulgação de Informação Não Financeira; B – Perceção dos Benefícios da DINF; QINF - Qualidade de Informação Não Financeira; UINF – Utilidade da Informação Não Financeira

Fonte - Software SmartPLS 4

Pelas cargas cruzadas, de acordo com o critério de Chin (1998), as cargas fatoriais dos indicadores têm de ser mais altas nos seus construtos do que nos outros para que haja validade discriminante. A Tabela 21 comprova isso mesmo, as cargas fatoriais dos indicadores são mais altas nos seus construtos.

Tabela 21 - Validade discriminante - Verificação da existência de cargas cruzadas

	B	DNF	Dimensão	IA	DINF	QINF	UINF
B04	0.758	0.590	0.277	0.568	0.292	0.474	0.536
B05	0.813	0.573	0.283	0.596	0.343	0.427	0.544
B06	0.673	0.593	0.236	0.441	0.355	0.370	0.429
DNF02	0.618	0.791	0.093	0.500	0.283	0.567	0.508
DNF06	0.545	0.799	0.036	0.352	0.242	0.590	0.512
DNF12	0.656	0.745	0.024	0.455	0.352	0.451	0.478
Dimensão	0.355	0.066	1.000	0.139	0.050	0.042	0.034
IA02	0.556	0.418	0.159	0.772	0.324	0.427	0.587
IA04	0.630	0.498	0.086	0.841	0.342	0.436	0.610
IA06	0.539	0.424	0.094	0.790	0.378	0.473	0.545
DINF	0.437	0.373	0.050	0.434	1.000	0.440	0.494
QINF03	0.541	0.584	0.068	0.487	0.408	0.892	0.621
QINF04	0.483	0.521	0.052	0.478	0.346	0.854	0.586
QINF05	0.303	0.572	-0.037	0.351	0.294	0.623	0.425
UINF01	0.528	0.484	0.018	0.573	0.492	0.617	0.831
UINF02	0.562	0.541	0.086	0.629	0.458	0.611	0.866
UINF03	0.645	0.627	-0.015	0.665	0.330	0.554	0.881

Legenda: DINF - Divulgação de Informação Não Financeira; DNF - Desempenho Não Financeiro; IA – Importância da Auditoria; B – Perceção dos Benefícios da DINF; QINF - Qualidade de Informação Não Financeira; UINF – Utilidade da Informação Não Financeira

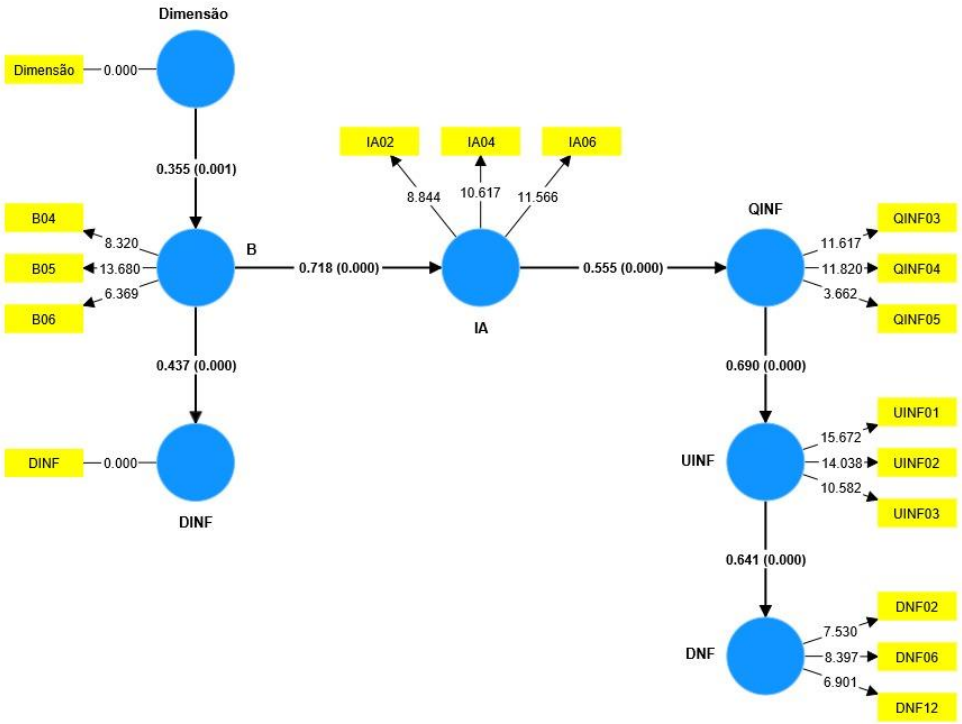
Fonte - Software SmartPLS 4

5.3 Avaliação do modelo estrutural

Concluída a avaliação do modelo de medida, apresentando níveis satisfatórios, o próximo passo é testar e analisar as hipóteses de investigação formuladas neste estudo. Para isso procedeu-se à execução do *bootstrapping*. Esta fase envolve examinar as capacidades preditivas do modelo e as relações entre as variáveis latentes.

Para avaliar o modelo estrutural, apresentado na Figura 5, foram seguidas as etapas sugeridas por Hair *et al.* (2017), as quais consistem em analisar os índices de ajustamento (SRMR), realizar os testes de colinearidade do modelo, e na análise das hipóteses serão analisados o nível do valor de R^2, relevância preditiva (Q^2) e o tamanho do efeito f^2.

Figura 5 - Modelo Estrutural



Legenda: DINF - Divulgação de Informação Não Financeira; DNF - Desempenho Não Financeiro; IA – Importância da Auditoria; B – Perceção dos Benefícios da DINF; QINF - Qualidade de Informação Não Financeira; UINF – Utilidade da Informação Não Financeira

Fonte - Software SmartPLS 4

Segundo a análise dos índices de ajustamento é possível concluir que o modelo apresenta um ajustamento razoável (SRMR=0.052 ou seja >0.05 e <0.08) e todas as outras medidas de ajustamento revelam um *fit* adequado (Hair *et al.*, 2017).

A segunda etapa consiste em analisar a colinearidade do modelo que é feita por meio dos valores da VIF. De acordo com Hair *et al.* (2017), as variáveis latentes têm de apresentar valores menores a 5.0. Como consta na Tabela 22, tal verifica-se, significando que os respondentes entenderam os construtos como fenómenos diferentes entre si.

Tabela 22 - Resultado da Avaliação de colinearidade

	VIF
B04_1	2.642
B05_1	2.761
B06_1	1.267
DNF02_1	2.067
DNF06_1	1.798
DNF12_1	1.761
Dimensão	1.000
IA02_1	1.898
IA04_1	2.859
IA06_1	2.055
INDIF_1	1.000
QINF03_1	3.042
QINF04_1	2.793
QINF05_1	1.443
UINF01_1	4.663
UINF02_1	4.223
UINF03_1	1.986

Fonte - Software SmartPLS 4

5.3.1 Análise das hipóteses suportadas no modelo

Os dados das hipóteses suportadas pelo modelo estão apresentados na tabela abaixo.

Tabela 23 - Resultado do Modelo Estrutural

H	Hipótese	t-value	p-value	Decisão	R^2	f^2
H1	Dimensão da empresa ⇨ Perceção dos Benefícios da DINF	3.386	0.001	Suportada	0.126	0.144
H2	Perceção dos Benefícios DINF ⇨ DINF	4.071	0.000	Suportada	0.191	0.237
H3	Perceção dos Benefícios DINF ⇨ IA	7.988	0.000	Suportada	0.516	0.165
H4	IA ⇨ QINF	4.393	0.000	Suportada	0.308	0.444
H5	QINF ⇨ UINF	6.673	0.000	Suportada	0.476	0.908
H6	UINF ⇨ DNF	6.091	0.000	Suportada	0.412	0.699

Legenda: DINF - Divulgação de Informação Não Financeira; DNF - Desempenho Não Financeiro; IA – Importância da Auditoria; QINF - Qualidade de Informação Não Financeira; UINF – Utilidade da Informação Não Financeira

Fonte - Software SmartPLS 4

Os resultados indicam que o construto Dimensão explica 12,60% (R^2=0.126) da variância do construto Perceção dos Benefícios da DINF. O tamanho do efeito f^2 da variância explicada por R^2 (f^2=0.144) mostra que a hipótese H1 apresenta um efeito médio para o ajuste do modelo. Constata-se ainda que a hipótese H1 apresenta um nível forte de significância estatística (*t-value*=3.386) e que a variável Dimensão tem um efeito positivo na Perceção dos Benefícios da DINF (*p-value*=0.001), o que permite constatar que as empresas de maior dimensão têm efetivamente uma maior Perceção dos Benefícios resultantes da DINF. Assim, suporta-se a H1, estando em concordância com o estudo de Thorne *et al.* (2014), o qual foi aplicado a uma amostra de 221 empresas canadenses.

No que respeita à relação entre a Perceção dos Benefícios da DINF e o DINF, o primeiro construto, conjuntamente com a Dimensão, conseguem explicar 19.10% do segundo. O tamanho do efeito f^2 da variância explicada por R^2 (f^2=0.237) mostra que a hipótese H2 apresenta um efeito médio para o ajuste do modelo. Por sua vez, a hipótese H2 tem um forte nível de significância estatística (*t-value*=4.071) e ainda um *p-value*=0.000, o que suporta estatisticamente a H2. Adams (2002), Idowu e Papasolomou (2007), O'Donovan (2002) e Nikolaeva e Bicho (2011) também indicam existir uma relação positiva entre ambas as variáveis.

A variável Perceção dos Benefícios da DINF, juntamente com a Dimensão da empresa, explicam 51.60% da variância do construto IA. O tamanho do efeito f^2 da variância explicada (R^2) (f^2 = 0.165) mostrou que a hipótese H3 teve um efeito direto médio. A significância estatística obtida, com *t-value*=7.988, é alta e ainda se verifica que o construto Perceção dos Benefícios da DINF tem um efeito positivo no construto IA (*p-value*=0.000). Assim, a hipótese H3 também é aceite neste estudo e vem confirmar os estudos apresentados por Cheng *et al.* (2014), Dhaliwal *et al.* (2011), Goss e Roberts (2011) e Quick e Inwinkl (2020), os quais mostram que a INF auditada proporciona uma taxa maior de aprovação de créditos por parte de instituições bancárias, redução de custos de capital próprio e dos custos de empréstimos bancários, entre outros benefícios.

O construto IA apresenta uma relação positiva e significativa com a QINF (*p-value*=0.000), o que leva a suportar a H4. O primeiro construto, conjuntamente com a Dimensão das empresas, a Perceção dos Benefícios da DINF e com o DINF conseguem explicar a variância da QINF em 30.80% (R^2=0.308). De acordo com o valor de f^2 constata-se que a hipótese H4 apresenta um efeito direto forte (f^2=0.444) e, com um *t-*

value=4.393, verifica-se que a significância estatística é alta. Os resultados estão em sintonia com os fundamentos apresentados por Gomes *et al*. (2015) e Nestra e Gurvitsh (2018), visto que os mesmos defendem que a auditoria externa para além de impulsionar a DINF, garantem que a mesma é efetuada com qualidade e fiabilidade.

Neste estudo verifica-se que a QINF apresenta um efeito positivo e significativo na UINF (*p-value*=0.000), sendo que a QINF, conjuntamente com as variáveis Dimensão das empresas, Perceção dos Benefícios da DINF, DINF e IA, explicam em 47,60% a variância da UINF. O tamanho do efeito f^2 da variância explicada por R^2 mostra que a hipótese H5 (f^2=0.908) apresenta um efeito alto para o ajuste do modelo. Perante um *t-value*=6.673, verifica-se que a significância estatística da hipótese é alta. Logo, a H5 é suportada e vai ao encontro dos fundamentos apresentados por Cohen e Simnett (2015), que defendem que o relato de informação financeira e não financeira complementam-se e proporcionam um papel importante ao nível da tomada de decisões internas como externas à empresa. De acordo com Mbabazi *et al*. (2015) esta informação desempenha um papel importante na tomada de decisão de empresas privadas: 92% das empresas classificam o papel de INF na análise das tendências de participação de mercado; 57% indicam que são importantes na gestão do ambiente; 42% no desenvolvimento de novos produtos; 75% na gestão dos funcionários; 83% na gestão de clientes e 83% no cumprimento das políticas do governo.

Por fim, verifica-se uma relação positiva entre UINF e o DNF (*p-value*=0.000), sendo que a UINF, em conjunto com a Dimensão das empresas, a Perceção dos Benefícios da DINF, a IA e a QINF, explicam 41,20% (R^2=0.412) da variância do DNF. Constata-se que a utilidade de informação proporcionada pelas empresas origina um melhor DNF. Assim, a última hipótese H6 encontra-se suportada. Ainda, através dos dados analisados, verifica-se um forte efeito direto (f^2=0.699) da utilidade dos construtos para o ajuste do modelo e ainda que a hipótese apresenta um forte nível de significância estatístico (*t-value*=6.091). A mesma conclusão é também verificada no estudo elaborado por EY e *Boston College Center for Corporate Citizenship* (2013) em que a UINF evidencia-se através de diversos fatores, entre os quais destacam-se, por estarem diretamente relacionados com os indicadores da variável no modelo, a melhoria da reputação, o aumento da lealdade do consumidor, aprimoramento da visão e estratégia empresaria.

Finalizado este capítulo importa, por último, apresentar as conclusões, limitações e contributos deste estudo, assim como, possíveis linhas de investigação futura.

6.1 Principais conclusões

Em 2015, juntamente com os restantes países-membros da ONU, Portugal adotou o compromisso de cumprir com os 17 ODS definidos pela Agenda 2030. A monitorização desse compromisso tem sido comunicada pelo Instituto Nacional de Estatística na publicação "Objetivos de Desenvolvimento Sustentável: Indicadores para Portugal Agenda 2030" (INE, 2022). Com base na publicação mais recente, é possível constatar que o desempenho português no caminho do desenvolvimento sustentável tem sido positivo. Nomeadamente, registou-se um crescimento de 11 indicadores com informação entre 2020 e 2021, sendo atualmente verificados 163 indicadores dos 248 determinados pela ONU para monitorização dos ODS (INE, 2022).

A informação sobre sustentabilidade é também importante para os *stakeholders* das empresas. Aliás, a DINF é cada vez mais requisitada pelos investidores e outros *stakeholders* das empresas (PwC, 2018), considerada um complemento à informação financeira correntemente divulgada (de Cambourg *et al*., 2019). Esta crescente procura por INF tem sido repercutida numa redefinição das normas, regulamentos e legislações relacionadas com a INF. Perante esta dinamização global no sentido de contribuir para a DINF, pretendeu-se analisar de que forma uma DINF com qualidade pode ser benéfica para as empresas, nomeadamente, se essa prática pode conduzir a um aumento do seu DNF. Ainda, pretende-se identificar os fatores que contribuem para a DINF e para a QDINF,

A técnica do MEE permitiu avaliar o modelo conceptual proposto, o qual traduz seis objetivos específicos, correspondentes a seis hipóteses de investigação.

Relativamente ao primeiro objetivo deste estudo, que consiste em analisar a relação entre Dimensão das empresas e a Perceção dos Benefícios da DINF, os resultados comprovam a existência de uma relação positiva entre ambas variáveis, sendo que a primeira explica 12.60% da variância da segunda variável. Os resultados suportam a primeira hipótese de investigação (H1) e vão ao encontro do resultado obtido no estudo por Thorne *et al*. (2014).

Quanto ao segundo objetivo de pesquisa, que visa analisar se as empresas com melhor Perceção dos Benefícios da DINF são as que mais divulgam INF, os resultados

mostram que a primeira variável, juntamente com a Dimensão das empresas explicam a variância da variável DINF em 19.10% e que existe uma relação significativa e positiva entre os construtos, aceitando-se, assim, a segunda hipótese (H2). Adams (2002), Idowu e Papasolomou (2007), O'Donovan (2002) e Nikolaeva e Bicho (2011) também verificam uma relação positiva e significativa entre estas duas variáveis.

Em relação ao terceiro objetivo, que pretende analisar se as empresas com melhor Perceção dos Benefícios da DINF atribuem maior IA à INF, os resultados apontam que o construto Perceção dos Benefícios da DINF tem um impacto positivo e uma relação significativa no construto IA à INF como é evidenciado nos estudos de Cheng *et al.* (2014), Dhaliwal *et al.* (2011), Goss e Roberts (2011) e Quick e Inwinkl (2020). As variáveis, Dimensão das empresas e Perceção dos Benefícios da DINF determinam 51.60% da variância da variável IA à INF.

No que respeita ao quarto objetivo, o construto IA à INF apresenta uma relação positiva e significativa com a QINF, sendo esta explicada em 30.80% pelas variáveis explicativas (Dimensão da empresa, Perceção dos Benefícios da DINF e IA à INF). Assim, a hipótese H4 é suportada neste estudo, estando em sintonia com os fundamentos apresentados por Gomes *et al.* (2015) e Nestra e Gurvitsh (2018).

O penúltimo objetivo deste estudo consiste em verificar se a QINF contribui positivamente para a UINF na tomada de decisão. Os resultados mostram evidencias de que a QINF tem um efeito positivo e significativo na UINF, sendo que a QINF, juntamente com a Dimensão das empresas, a Perceção dos Benefícios da DINF, a IA à INF e a QINF, explica em 47,60% a variância da UINF. Assim, os resultados estão de acordo com Cohen e Simnett (2015) e Mbabazi *et al.* (2015).

Relativamente ao último objetivo de investigação, que visa averiguar se a UINF contribui positivamente para o DNF das empresas portuguesas, os resultados mostram uma relação positiva da UINF com o DNF, sendo que a UINF explica, conjuntamente com a Dimensão das empresas, a Perceção dos Benefícios da DINF, a IA à INF, a QINF e a UINF, 41.20% da variância do DNF. Desta forma, a última hipótese formulada neste estudo (H6) é suportada, estando de acordo com as evidências do estudo elaborado por EY e *Boston College Center for Corporate Citizenship* (2013).

6.2 Contributos do estudo

Os resultados deste estudo são relevantes para a literatura na medida que foi desenvolvido um modelo original que analisa a Perceção dos Benefícios da DINF e o seu impacto na DINF, bem como na qualidade e utilidade da divulgação e, consequentemente, no DNF. Em termos práticos, esta investigação revela-se importante: para os gestores, pois salienta a importância de os mesmos perceberem os Benefícios inerentes da DINF, pois pode ser determinante para uma maior qualidade e utilidade da INF e, consequentemente, para um melhor desempenho; para os contabilistas, dado que os pode os sensibilizar para a importância da DINF; e para os auditores, uma vez que são os profissionais que no futuro, devido à nova proposta da diretiva, terão de auditar este tipo de informação.

6.3 Limitações do estudo

Este estudo, como todos, apresenta algumas limitações. Uma das limitações prende-se com a utilização de uma amostra por conveniência e não probabilística, suprimindo a generalização dos resultados (Etikan *et al.*, 2016).

Relativamente ao questionário, o qual foi direcionado a contabilistas, auditores e gestores, funções de alcance limitado, verificou-se uma baixa taxa de respostas apesar da quantidade de *e-mails* enviados. Devido ao formato utilizado para o envio do *link* do questionário, tal pode ter sido um motivo para a reduzida amostra conseguida visto que pode ter facilitado a capacidade de a pesquisa ter passado despercebida ou até mesmo a possibilidade do *e-mail* ter sido direcionado para a caixa de spam ou lixo eletrónico. As pesquisas que utilizam este método, por vezes, são menos bem-sucedidas quando comparadas com estudos que, para além do envio via *e-mail*, se disponibilizam a efetuar o questionário de forma presencial ou mesmo por telemóvel ou outro método à distância. De ressaltar ainda que o tema sobre DINF ainda é embrionário e são poucas as empresas portuguesas que relatam e têm conhecimento sobre esse tipo de informação.

Outra limitação verificada neste estudo deve-se ao facto de não existir garantias que tenham sido mesmo os contabilistas, auditores e gestores a preencher o questionário, apesar de ter sido indicado no *e-mail* os destinatários do estudo e de se ter colocado uma questão no questionário sobre a função do inquirido na empresa. A última limitação está

relacionada com o facto de o questionário ter sido elaborado em português, o que poderá ter limitado a resposta de quem não tem domínio do idioma.

6.4 Recomendações para trabalhos futuros

Em termos de investigação futura sugere-se (1) que seja adicionada ao modelo a variável sucesso da tomada de decisão, uma vez que a INF, quando utilizada, leva a decisões mais acertadas o que origina o sucesso empresarial, refletindo-se, diretamente, no DNF; (2) o desenvolvimento de um estudo que utilize uma metodologia qualitativa de modo a explorar e explicar, de forma mais detalhada, os objetivos propostos e discutidos neste trabalho; (3) a análise das diferentes perceções dos três grupos de inquiridos sobre o tema; e (4) aplicar este estudo a outros países ou continentes, no sentido de ser possível a comparação dos resultados, servindo de ajuda para os preparadores e utilizadores deste tipo de informação, numa ótica de ampliar e partilhar conhecimentos, com o objetivo máximo de aprimorar, crescer e mesmo desenvolver novos métodos para atingir a tão desejada vantagem no mercado.

Abeysekera, I. (2013). A template for integrated reporting. *Journal of Intellectual Capital*, *14*(2), 227-245. https://doi.org/10.1108/14691931311323869

Abubakar, A. M., Elrehail, H., Alatailat, M. A., & Elçi, A. (2019). Knowledge management, decision-making style and organizational performance. *Journal of Innovation & Knowledge*, *4*(2), 104-114. https://doi.org/10.1016/j.jik.2017.07.003

Adamczyk, J. (2019). The quality of non-financial information in the perspective of data disclosure. *Prace Naukowe Uniwersytetu Ekonomicznego We Wrocławiu*, *63*(10), 147-160. https://bibliotekanauki.pl/articles/582179

Adams, C. A. (2002). Internal organisational factors influencing corporate social and ethical reporting: Beyond current theorising. *Accounting, Auditing & Accountability Journal*, 15(2), 223-250. https://doi.org/10.1108/09513570210418905

Adams, C.A. & Abhayawansa, S. (2022). Connecting the COVID-19 pandemic, environmental, social and governance (ESG) investing and calls for 'harmonisation' of sustainability reporting. *Critical Perspectives on Accounting*, *82*, 102309. https://doi.org/10.1016/j.cpa.2021.102309

Adhariani, D., & de Villiers, C. (2019). Integrated reporting: Perspectives of corporate report preparers and other stakeholders. *Sustainability Accounting, Management and Policy Journal*, *10*, 126-156. https://doi.org/10.1108/SAMPJ-02-2018-0043

Admiraal, M., Nivra, R., & Turksema, R. (2009). Reporting on nonfinancial information. *International Journal of Government Auditing*, *36*(3), 15.

Ahmad, K., & Zabri, S. M. (2016). The application of non-financial performance measurement in Malaysian manufacturing firms. *Procedia Economics and Finance*, *35*, 476-484. https://doi.org/10.1016/S2212-5671(16)00059-9

Albuquerque, A. R., Filho, Sousa, A. L. C., Lopes, H. S., Guimarães, D. B., & Ponte, V. M. R. (2019). Influência da internacionalização e da governança corporativa na responsabilidade social corporativa. *Revista Ibero-Americana de Estratégia*, *18*(3), 397-419. https://doi.org/10.5585/ijsm.v18i3.2767

Ali, W., Frynas, J. G., & Mahmood, Z. (2017). Determinants of corporate social responsibility (CSR) disclosure in developed and developing countries: A literature review. *Corporate Social Responsibility and Environmental Management*, *24*(4), 273-294. https://doi.org/10.1002/csr.1410

Ali, W., Wilson, J., & Husnain, M. (2022). Determinants/motivations of corporate social responsibility disclosure in developing economies: A survey of the extant literature. *Sustainability*, *14*(6), 3474. https://doi.org/10.3390/su14063474

Allen, C., Metternicht, G., & Wiedmann, T. (2018). Initial progress in implementing the Sustainable Development Goals (SDGs): A review of evidence from countries. *Sustainability Science*, *13*, 1453-1467. https://doi.org/10.1007/s11625-018-0572-3

Alves, E. A. (2003). Dimensões da responsabilidade social da empresa: Uma abordagem desenvolvida a partir da visão de Bowen. *Revista de Administração da Universidade de São Paulo*, *38*, 37-45.

Amin-Chaudhry, A. (2016). Corporate social responsibility: From a mere concept to an expected business practice. *Social Responsibility Journal*, *12*, 190-207. https://doi.org/10.1108/SRJ-02-2015-0033

Aras, G., & Crowther, D. (2008). Governance and sustainability: An investigation into the relationship between corporate governance and corporate sustainability. *Management Decision*, *46*(3), 433-448. https://doi.org/10.1108/00251740810863870

Atan, R., Alam, M. M., Said, J., & Zamri, M. (2018). The impacts of environmental, social, and governance factors on firm performance: Panel study of Malaysian companies. *Management of Environmental Quality*, *29*(2), 182-194. https://doi.org/10.1108/MEQ-03-2017-0033

Athanasou, J. A., & Perera, H. N. (2019). *International handbook of career guidance*. Springer, Cham. https://doi.org/10.1007/978-3-030-25153-6

Augusto, B. R. (2021). *Próximos passos no reporting de sustentabilidade na UE*. SAPO. https://eco.sapo.pt/2021/05/24/proximos-passos-no-reporting-de-sustentabilidade-na-ue/

Barbosa, F., Monteiro, A. P., Pereira, C. (2021). Determinants of environmental responsibility disclosure on mandatory and voluntary reporting of portuguese listed firms. *Journal of Environmental Accounting and Management*, *9*(3), 221-235. https://doi.org/10.5890/JEAM.2021.09.003

Barker, R., & Eccles, R., (2018). Should FASB and IASB be responsible for setting standards for nonfinancial information?. https://dx.doi.org/10.2139/ssrn.3272250

Barrena-Martínez, J., López-Fernández, M., & Romero-Fernández, P. M. (2019). Towards a configuration of socially responsible human resource management policies and practices: Findings from an academic consensus. *The International Journal of Human Resource Management*, *30*(17), 2544-2580. https://doi.org/10.1080/09585192.2017.1332669

Bebbington, J. (2001). Sustainable development: A review of the international development, business and accounting literature. *Accounting Forum*, *25*(2), 128-157. https://doi.org/10.1111/1467-6303.00059

Bebbington, J., & Unerman, J. (2018). Achieving the United Nations Sustainable Development Goals: An enabling role for accounting research. *Accounting, Auditing & Accountability Journal*, *31*, 2-24. https://doi.org/10.1108/AAAJ-05-2017-2929

Bennett, M., James, P., & Klinkers, L. (Eds.). (2017). *Sustainable measures: Evaluation and reporting of environmental and social performance*. Routledge.

Bergmann, A., & Posch, P. (2018). Mandatory sustainability reporting in Germany: Does size matter?. *Sustainability*, *10*(11), 3904. https://doi.org/10.3390/su10113904

Bernardi, E., Carlucci, S., Cornaro, C., & Bohne, R. A. (2017). An analysis of the most adopted rating systems for assessing the environmental impact of buildings. *Sustainability*, *9*(7), 1226. https://doi.org/10.3390/su9071226

Boiral, O., Heras-Saizarbitoria, I., & Brotherton, M.-C. (2019). Assessing and improving the quality of sustainability reports: The auditors' perspective. *Journal of Business Ethics*, *155*(3), 703-721. https://doi.org/10.1007/s10551-017-3516-4

Boyko, K., & Derun, I. (2016). Disclosure of non-financial information in corporate social reporting as a strategy for improving management effectiveness. *Journal of International Studies*, 9(3), 159-177. https://doi.org/10.14254/2071-8330.2016/9-3/13

Brennan, N. M., & Solomon, J. (2008). Corporate governance, accountability and mechanisms of accountability: An overview. *Accounting, Auditing & Accountability Journal*, *21*(7), 885-906. https://doi.org/10.1108/09513570810907401

Brooks, C., & Oikonomou, I. (2018). The effects of environmental, social and governance disclosures and performance on firm value: A review of the literature in accounting and finance. *The British Accounting Review*, *50*, 1-15. https://doi.org/10.1016/j.bar.2017.11.005

Brown, H. S., Jong, M., & Lessidrenska, T. (2009). The rise of the global reporting initiative: A case of institutional entrepreneurship. *Environmental Politics*, *18*(2), 182-200. https://doi.org/10.1080/09644010802682551

Buchholz, H., Eberle, T., Klevesath, M., Jürgens, A., Beal, D., Baic, A., & Radeke, J. (2020). Forward thinking for sustainable business value: A new method for impact valuation. *Sustainability*, *12*(20), 8420. https://doi.org/10.3390/su12208420

Caputo, F., Leopizzi, R., Pizzi, S., & Milone, V. (2019). The non-financial reporting harmonization in Europe: Evolutionary pathways related to the transposition of the Directive 95/2014/EU within the italian context. *Sustainability*, *12*, 92. https://doi.org/10.3390/su12010092

Carroll, A. B. (1991). The pyramid of corporate social responsibility: Toward the moral management of organizational stakeholders. *Business Horizons*, *34*(4), 39-48. https://doi.org/10.1016/0007-6813(91)90005-G

Carroll, A. B. (1999). Corporate social responsibility: Evolution of a definitional construct. *Business & Society*, *38*(3), 268-295. https://doi.org/10.1177/000765039903800303

Carroll, A. B., & Shabana, K. M. (2010). The business case for corporate social responsibility: A review of concepts, research and practice. *International Journal of Management Reviews*, *12*, 85-105. https://doi.org/10.1111/j.1468-2370.2009.00275.x

Carungu, J., Di Pietra, R., & Molinari, M. (2021). Mandatory vs voluntary exercise on non-financial reporting: Does a normative/coercive isomorphism facilitate an increase in quality?. *Meditari Accountancy Research*, *29*(3), 449-476. https://doi.org/10.1108/MEDAR-08-2019-0540

CDE. (1971). *Social responsibilities of business corporations*. https://www.ced.org/pdf/Social_Responsibilities_of_Business_Corporations.pdf

CE. (2001). *Livro verde: Promover um quadro europeu para a responsabilidade social das empresas* (COM(2001) 366 final). https://www.europarl.europa.eu/meetdocs/committees/empl/20020416/doc05a_pt.pdf

CE. (2002). *Comunicação da comissão relativa à responsabilidade social das empresas: Um contributo das empresas para o desenvolvimento sustentável* (COM(2002) 347 final). https://op.europa.eu/pt/publication-detail/-/publication/6e2c6d26-d1f6-48a3-9a78-f0ff2dc21aad

CE. (2006). *Implementação da parceria para o crescimento e o emprego: tornar a europa um pólo de excelência em termos de responsabilidade social das empresas* (COM(2006) 136 final). https://www.europarl.europa.eu/meetdocs/2004_2009/documents/com/com_com(2006)0136_/com_com(2006)0136_pt.pdf

CE. (2011). *Responsabilidade social das empresas: Uma nova estratégia da UE para o período de 2011-2014* (COM(2011) 681 final). https://www.europarl.europa.eu/meetdocs/2009_2014/documents/com/com_com(2011)0681_/com_com(2011)0681_pt.pdf

CE. (2021). *Proposta de diretiva do parlamento europeu e do conselho que altera a Diretiva 2013/34/UE, a Diretiva 2004/109/CE, a Diretiva 2006/43/CE e o Regulamento (UE) nº 537/2014, no que respeita à comunicação de informações sobre a sustentabilidade das empresas* (2021/0104). https://eur-lex.europa.eu/legal-content/PT/TXT/PDF/?uri=CELEX:52021PC0189&from=EN

CE. (2022). *Corporate sustainability reporting*. https://finance.ec.europa.eu/capital-markets-union-and-financial-markets/company-reporting-and-auditing/company-reporting/corporate-sustainability-reporting_en

Cepêda, C. L. M., & Monteiro, A. P. (2020). A percepção dos contabilistas sobre a utilidade da informação financeira na tomada de decisão: Um estudo em Portugal. *Revista Brasileira de Gestão de Negócios*, *22*, 363-380. https://doi.org/10.7819/rbgn.v22i2.4050

Chen, C., & Vanclay, F. (2021). Transnational universities, host communities and local residents: Social impacts, university social responsibility and campus sustainability. *International Journal of Sustainability in Higher Education*, *22*(8), 88-107. https://doi.org/10.1108/IJSHE-10-2020-0397

Cheng, B., Ioannou, I., & Serafeim, G. (2014). Corporate social responsibility and access to finance. *Strategic Management Journal*, *35*, 1-23. https://doi.org/10.1002/smj.2131

Chin, W. W. (1998). The partial least squares approach to structural equation modeling. *Modern Methods for Business Research*, *295*(2), 295-336.

Cho, C. H., Michelon, G., Patten, D. M., & Roberts, R. W. (2014). CSR report assurance in the USA: An empirical investigation of determinants and effects. *Sustainability Accounting, Management and Policy Journal*, *5*(2), 130-148. https://doi.org/10.1108/SAMPJ-01-2014-0003

Chobpichien, J., & Haron, H. (2008). Corporate governance, executive directors and level of voluntary disclosure: The case of public listed companies in Thailand. *Malaysian Management Journal*, *12*, 17-68. http://e-journal.uum.edu.my/index.php/mmj/article/view/8952

Chong, L.-L., Ong, H.-B., & Tan, S.-H. (2018). Corporate risk-taking and performance in Malaysia: The effect of board composition, political connections and sustainability practices. *Corporate Governance*, *18*(4), 635–654. https://doi.org/10.1108/CG-05-2017-0095

Chow, C. W., & Van der Stede, W. A. (2006). The use and usefulness of nonfinancial performance measures. Management Accounting Quarterly, 7(3), 1-8. http://eprints.lse.ac.uk/id/eprint/15255

Christofi, A., Christofi, P., & Sisaye, S. (2012). Corporate sustainability: Historical development and reporting practices. *Management Research Review*, *35*(2), 157-172. https://doi.org/10.1108/01409171211195170

Ciuhureanu, A. (2018). Management accounting: Managerial obligation or need. *Land Forces Academy Review*, *4*(92), 282-287. https://sciendo.com/abstract/journals/raft/23/4/article-p282.xml

Clark, C. E. (2000). Differences between public relations and corporate social responsibility: An analysis. *Public Relations Review*, *26*(3), 363-380. https://doi.org/10.1016/S0363-8111(00)00053-9

CNC. (2018a). *Norma Contabilística e de Relato Financeiro: Matérias Ambientais* (NCRF 26). http://www.cnc.min-financas.pt/_siteantigo/SNC_projecto/NCRF_26_materias_ambientais.pdf

CNC. (2018b). *Norma Contabilística e de Relato Financeiro: Benefícios dos Empregados* (NCRF 28). http://www.cnc.min-financas.pt/_siteantigo/SNC_projecto/NCRF_28_beneficios_empregados.pdf

Cohen, J. (2013). *Statistical power analysis for the behavioral sciences*. Routledge.

Cohen, J. R., & Simnett, R. (2015). CSR and assurance services: A research agenda. *Auditing: A Journal of Practice & Theory*, *34*, 59-74. https://doi.org/10.2308/ajpt-50876

Costa, C. B. (2010). *Auditoria Financeira: Teoria & Prática* (9ª ed.). Rei dos Livros. ISBN 978-989-8305-11-4.

Cuadrado-Ballesteros, B., Martínez-Ferrero, J., & García-Sánchez, I. M. (2017). Mitigating information asymmetry through sustainability assurance: The role of accountants and levels of assurance. *International Business Review*, *26*(6), 1141-1156. https://doi.org/10.1016/j.ibusrev.2017.04.009

Dahlsrud, A. (2008). How corporate social responsibility is defined: An analysis of 37 definitions. *Corporate Social Responsibility and Environmental Management*, *15*, 1-13. https://doi.org/10.1002/csr.132

Dash, G., & Paul, J. (2021). CB-SEM vs PLS-SEM methods for research in social sciences and technology forecasting. *Technological Forecasting and Social Change*, *173*, 121092. https://doi.org/10.1016/j.techfore.2021.121092

De Beelde, I., & Tuybens, S. (2015). Enhancing the credibility of reporting on corporate social responsibility in Europe. *Business Strategy and the Environment*, *24*(3), 190-216. https://doi.org/10.1002/bse.1814

de Cambourg, P., Gardes, C., & Viard, V. (2019). *Ensuring the relevance and reliability of non-financial corporate information: An ambition and a competitive advantage for a sustainable Europe*. https://www.anc.gouv.fr/files/live/sites/anc/files/contributed/ANC/4_Qui_sommes_nous/Communique_de_presse/Report-de-Cambourg_extra-financial-informations_May2019_EN.pdf

de Villiers, C., & van Staden, C. J. (2006). Can less environmental disclosure have a legitimising effect? Evidence from Africa. *Accounting, Organizations and Society*, *31*(8), 763-781. https://doi.org/10.1016/j.aos.2006.03.001

Decreto-Lei nº 89/2017 do Ministério das Finanças. (2017). Diário da Républica n.º 145, Série I de 2017-07-28. https://dre.pt/dre/detalhe/decreto-lei/89-2017-107773645

Deegan, C. (2002). Introduction: The legitimising effect of social and environmental disclosures–a theoretical foundation. *Accounting, Auditing & Accountability Journal*, *15*(3), 282-311. https://doi.org/10.1108/09513570210435852

Deegan, C., Cooper, B. J., & Shelly, M. (2006). An investigation of TBL report assurance statements: UK and European evidence. *Managerial Auditing Journal*, *21*(4), 329-371. https://doi.org/10.1108/02686900610661388

Delazer, M., Zamarian, L., Bonatti, E., Walser, N., Kuchukhidze, G., Bodner, T., Benke, T., Koppelstaetter, F., & Trinka, E. (2011). Decision making under ambiguity in temporal lobe epilepsy: Does the location of the underlying structural abnormality matter? *Epilepsy and Behavior*, *20*, 34–37. https://doi.org/10.1016/j.yebeh.2010.11.006

Dhaliwal, D. S., Li, O. Z., Tsang, A., & Yang, Y. G. (2011). Voluntary nonfinancial disclosure and the cost of equity capital: The initiation of corporate social responsibility reporting. The Accounting Review, 86, 59-100. https://doi.org/10.2308/accr.00000005

Diaz-Carrion, R., López-Fernández, M., & Romero-Fernandez, P. M. (2018). Developing a sustainable HRM system from a contextual perspective. *Corporate Social Responsibility and Environmental Management*, *25*(6), 1143-1153. https://doi.org/10.1002/csr.1528

Diouf, D., & Boiral, O. (2017). The quality of sustainability reports and impression management: A stakeholder perspective. *Accounting, Auditing & Accountability Journal*, *30*(3), 643-667. https://doi.org/10.1108/AAAJ-04-2015-2044

DJSI, & SAM. (2012), *The Dow Jones sustainability world index guide*. https://www.resolve.ngo/docs/djsi-world-guidebook_tcm1071-337244.pdf

Doni, F., Bianchi Martini, S., Corvino, A. & Mazzoni, M. (2020). Voluntary versus mandatory non-financial disclosure: EU Directive 95/2014 and sustainability reporting practices based on empirical evidence from Italy. *Meditari Accountancy Research*, *28*(5), 781-802. https://doi.org/10.1108/MEDAR-12-2018-0423

Dossi, A., & Patelli, L. (2010). You learn from what you measure: Financial and non-financial performance measures in multinational companies. *Long Range Planning*, *43*(4), 498-526. https://doi.org/10.1016/j.lrp.2010.01.002

Drucker, P. F. (1984). Converting social problems into business opportunities: The new meaning of corporate social responsibility. *California Management Review*, *26*(2), 53-63.

Dumitru, M., Dyduch, J., Guşe, R. G., & Krasodomska, J. (2017). Corporate reporting practices in Poland and Romania: An ex-ante study to the new non-financial reporting european directive. *Accounting in Europe*, *14*(3), 279-304. https://doi.org/10.1080/17449480.2017.1378427

Dutta, P. (2019). Determinants of voluntary sustainability assurance: The importance of corporate environmental performance. *Social Responsibility Journal*, *16*(8), 1403-1414. https://doi.org/10.1108/SRJ-06-2019-0213

Edwards, D. N., & Pinkerton, E. (2020). Priced out of ownership: Quota leasing impacts on the financial performance of owner-operators. *Marine Policy*, *111*, 1-10. https://doi.org/10.1016/j.marpol.2019.103718

Epstein, E. M. (1987). The corporate social policy process: Beyond business ethics, corporate social responsibility, and corporate social responsiveness. *California Management Review*, *29*(3), 99-114. https://doi.org/10.2307/41165254

Erkens, M., Paugam, L. & Stolowy, H. (2015). Non-financial information: State of the art and research perspectives based on a bibliometric study. *Comptabilité – Contrôle – Audit*, *21*(3), 15-92. https://doi.org/10.3917/cca.213.0015

Esch, M., Schnellbächer, B., & Wald, A. (2019). Does integrated reporting information influence internal decision making? An experimental study of investment behavior. *Business Strategy and the Environment*, *28*(4), 599-610. https://doi.org/10.1002/bse.2267

Etikan, I., Musa, S. A., & Alkassim, R. S. (2016). Comparison of convenience sampling and purposive sampling. *American Journal of Theoretical and Applied Statistics*, *5*, 1–4. https://doi.org/10.11648/j.ajtas.20160501.11

Eugénio, T., & Gomes, S. (2013). Verificação aos relatórios de sustentabilidade: Um desafio para os revisores oficiais de contas. *Revisores e Auditores*, *61*, 36-44. https://docplayer.com.br/2632499-Verificacao-aos-relatorios-de-sustentabilidade.html

EY. (2017). *Is Your Non-Financial Performance Revealing the True Value of Your Business to Investors?*. https://assets.ey.com/content/dam/ey-sites/ey-com/en_gl/topics/purpose/purpose-pdfs/ey-nonfinancial-performance-may-influence-investors.pdf

EY, & Boston College Center for Corporate Citizenship. (2013). *Value of sustainability reporting*. https://docplayer.net/14851816-Value-of-sustainability-reporting-a-study-by-ernst-young-llp-and-the-boston-college-center-for-corporate-citizenship.html

Ferreira, A. (2017). A evolução do relato financeiro e a crescente importância da divulgação. *Revista Contabilista*, *206*, 28-50. https://pt.calameo.com/read/0003249818400b5d97833

Fiksel, J., Low, J., & Thomas, J. (2004). Linking sustainability to shareholder value. *Environmental Management*, *71*(4), 19-25.

Florin, D., Florina, P. A., & Brad, L. (2013). Briefing in history of audit and financial reporting. *Ovidius University Annals, Series Economic Sciences*, *13*, 1204-1209.

Fombrun, C. J., Gardberg, N. A., & Barnett, M. L. (2000). Opportunity platforms and safety nets: Corporate citizenship and reputational risk. *Business and Society Review*, *105*, 85-106. https://papers.ssrn.com/sol3/papers.cfm?abstract_id=1088404

Fornell, C. (1985). *A second Generation of Multivariate Analysis: Classification of Methods and Implications for Marketing Research* (414ª série). https://deepblue.lib.umich.edu/bitstream/handle/2027.42/35621/b1408124.0001.001.pdf?sequence=2

Fornell, C., & Larcker, D. F. (1981). Evaluating structural equation models with unobservable variables and measurement error. *Journal of Marketing Research*, *18*, 39-50. https://doi.org/10.1177%2F002224378101800104

Frendy, Semba, H. D. (2017). Does recycling improve information usefulness of income? The case of Japan. *Asian Review of Accounting*, *25*(3), 376-403. https://doi.org/10.1108/ARA-11-2015-0111

Friedman, M. (2007). The social responsibility of business is to increase its profits. In W. C. Zimmerli, M. Holzinger, & K. Richter (Eds.), *Corporate Ethics and Corporate Governance* (pp. 173-178). Springer. https://doi.org/10.1007/978-3-540-70818-6_14

Gal, G., & Akisik, O. (2020). The impact of internal control, external assurance, and integrated reports on market value. *Corporate Social Responsibility and Environmental Management*, *27*(3), 1227-1240. https://doi.org/10.1002/csr.1878

Gao, F., Dong, Y., Ni, C., & Fu, R. (2016). Determinants and economic consequences of non-financial disclosure quality. *European Accounting Review*, *25*(2), 287-317. https://doi.org/10.1080/09638180.2015.1013049

Gao, S. S., & Zhang, J. J. (2006). Stakeholder engagement, social auditing and corporate sustainability. *Business Process Management Journal*, *12*(6), 722-740. https://doi.org/10.1108/14637150610710891

Gao, S., Mokhtarian, P. L., & Johnston, R. A. (2008). Nonnormality of data in structural equation models. *Journal of the Transportation Research Board*, *2082*, 116-124. https://doi.org/10.3141/2082-14

García-Sánchez, I. M., Aibar-Guzmán, C., Núñez-Torrado, M., & Aibar-Guzmán, B. (2022). Are institutional investors "in love" with the sustainable development goals? Understanding the idyll in the case of governments and pension funds. *Sustainable Development*, *30*(5), 1099-1116. https://doi.org/10.1002/sd.2305

Gati, I., & Levin, N. (2014). Counseling for career decision-making difficulties: Measures and methods. *Career Development Quarterly*, *62*(2), 98–113. https://doi.org/10.1002/j.2161-0045.2014.00073.x

Ghasemaghaei, M., Ebrahimi, S., & Hassanein, K. (2018). Data analytics competency for improving firm decision making performance. *Journal of Strategic Information Systems*, *27*, 101-113. https://doi.org/10.1016/j.jsis.2017.10.001

Gillham, B. (2000). *Case study research methods*. Continuum.

Gimenez, C., Sierra, V., & Rodon, J. (2012). Sustainable operations: Their impact on the triple bottom line. *International Journal of Production Economics*, *140*, 149-159. https://doi.org/10.1016/j.ijpe.2012.01.035

Goicoechea, E., Gómez-Bezares, F., & Ugarte, J. (2019). Integrated reporting assurance: Perceptions of auditors and users in Spain. *Sustainability*, *11*(3), 713. https://doi.org/10.3390/su11030713

Gomes, S. F., Eugénio, T. C. P., & Branco, M. C. (2015). Sustainability reporting and assurance in Portugal. *Corporate Governance*, *15*(3), 281-292. https://doi.org/10.1108/CG-07-2013-0097

Goss, A., & Roberts, G. S. (2011). The impact of corporate social responsibility on the cost of bank loans. *Journal of Banking & Finance*, *35*(7), 1794-1810. https://doi.org/10.1016/j.jbankfin.2010.12.002

GRI, UNGC, & WBCSD. (2015). *SDG Compass – The guide for business action on the SDGs*. https://sdgcompass.org/wp-content/uploads/2015/12/019104_SDG_Compass_Guide_2015.pdf

GRI. (2022a). Mission & History. https://www.globalreporting.org/about-gri/mission-history/

GRI. (2022b). Consolidated Set of the GRI Standards. GRI Standards. https://www.globalreporting.org/how-to-use-the-gri-standards/gri-standards-english-language/

Grung, B. and Manne, R. (1998) Missing values in principal component analysis. *Chemometrics and Intelligent Laboratory System*, *42*, 125-139. https://doi.org/10.1016/S0169-7439(98)00031-8

Gürtürk, A., & Hahn, R. (2016). An empirical assessment of assurance statements in sustainability reports: Smoke screens or enlightening information?. *Journal of Cleaner Production*, *136*, 30-41. https://doi.org/10.1016/j.jclepro.2015.09.089

Habaragoda, B. S. (2018). Corporate social responsibility (CSR) and firm performance: Impact of internal and external CSR on financial performance. *International Journal of Information, Business and Management*, *10*(3), 156-169.

Hahn, R., & Kühnen, M. (2013). Determinants of sustainability reporting: A review of results, trends, theory, and opportunities in an expanding field of research. *Journal of Cleaner Production*, *59*, 5-21. https://doi.org/10.1016/j.jclepro.2013.07.005

Hair, Jr, J. F., Hult, G. T. M., Ringle, C. M., & Sarstedt, M. (2017). *A Primer on partial least squares structural equation modeling (PLS-SEM)* (2ª ed.). Sage Publications Inc., Thousand Oaks, CA.

Haji, A. A. (2015). The role of audit committee attributes in intellectual capital disclosures: Evidence from Malaysia. *Managerial Auditing Journal*, *30*(8/9), 756-784. https://doi.org/10.1108/MAJ-07-2015-1221

Haji, A. A., & Anifowose, M. (2016). Audit committee and integrated reporting practice: Does internal assurance matter?. *Managerial Auditing Journal*, *31*(8/9), 915-948. https://doi.org/10.1108/MAJ-12-2015-1293

Hancock, G. R., & Mueller, R. O. (2001). Rethinking Construct Reliability within Latent Variable Systems. In R. Cudeck, S. du Toit, & D. Sjöblom (Eds.), *Structural Equation Modeling: Present und Future: A Festschrift in Honor of Karl Joreskog* (pp. 195-216). Lincolnwood, IL: Scientific Software International.

Hanusz, Z., & Tarasińska, J. (2015). Normalization of the Kolmogorov–Smirnov and Shapiro–Wilk tests of normality. *Biometrical Letters*, *52*(2), 85-93. https://sciendo.com/downloadpdf/journals/bile/52/2/article-p85.pdf

Harding, R. (Ed.). (1998) *Environmental decision making: The roles of scientists, engineers and the public*. Federation Press.

Harren, V. A. (1979). A model of career decision making for college students. *Journal of Vocational Behavior*, *14*(2), 119-133. https://doi.org/10.1016/0001-8791(79)90065-4

Hassan, L. S., Saleh, N. M., & Ibrahim, I. (2020). Board diversity, company's financial performance and corporate social responsibility information disclosure in Malaysia. *International Business Education Journal*, *13*, 23-49. http://ojs.upsi.edu.my/index.php/IBEJ/article/view/3153

Henseler, J., Ringle, C.M. and Sinkovics, R.R. (2009), The use of partial least squares path modeling in international marketing. In R. R. Sinkovics, & P. N. Ghauri (Eds.), *New Challenges to International Marketing* (Vol. 20, pp. 277-319). Emerald Group Publishing Limited, Bingley. https://doi.org/10.1108/S1474-7979(2009)0000020014

Howell, D. C. (2020). Missing values: How to treat them appropriately. In M. Shoja, A. Arynchyna, M. Loukas, A. V. D'Antoni, S. M. Buerger, M. Karl, & R. S. Tubbs (Eds.), *A guide to the scientific career: Virtues, communication, research and academic writing* (pp. 639-647). John Wiley & Sons, Inc.

Idowu, S. O., & Papasolomou, I. (2007). Are the corporate social responsibility matters based on good intentions or false pretences? An empirical study of the motivations behind the issuing of CSR reports by UK companies. Corporate Governance, *7*(2), 136-147. https://doi.org/10.1108/14720700710739787

IIRC. (2011). *Towards integrated reporting: Communicating value in the 21st century*. Integrated Reporting. https://integratedreporting.org/wp-content/uploads/2011/09/IR-Discussion-Paper-2011_spreads.pdf

IIRC. (2021). *International <IR> framework*. Integrated Reporting. https://www.integratedreporting.org/wp-content/uploads/2021/01/InternationalIntegratedReportingFramework.pdf

Ikart, E. M. (2019). Survey questionnaire survey pretesting method: An evaluation of survey questionnaire via expert reviews technique. *Asian Journal of Social Science Studies*, *4*(2), 1. https://doi.org/10.20849/ajsss.v4i2.565

INE. (2022). Indicadores dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) em Portugal. https://www.ine.pt/ngt_server/attachfileu.jsp?look_parentBoui=563409359&att_display=n&att_download=y

INTOSAI. (1999). *Guidelines for Internal Control Standards for the Public Sector*. https://www.issai.org/wp-content/uploads/2019/08/intosai_gov_9100_e.pdf

Ionașcu, E., Mironiuc, M., Anghel, I., & Huian, M. C. (2020). The involvement of real estate companies in sustainable development: An analysis from the SDGs reporting perspective. *Sustainability*, *12*(3), 798. https://doi.org/10.3390/su12030798

IAASB. (2013). *Assurance Engagements Other than Audits or Reviews of Historical Financial Information* (ISAE 3000). IASSB. https://www.ifac.org/system/files/publications/files/ISAE%203000%20Revised%20-%20for%20IAASB.pdf

ISO. (2010). *Guidance on social responsibility* (ISO 26000:2010) (1a ed). https://documentation.lastradainternational.org/lsidocs/3078-ISO%2026000_2010.pdf

Izzo, M. F., Strologo, A. Dello, & Granà, F. (2020). Learning from the best: New challenges and trends in IR reporters' disclosure and the role of SDGs. *Sustainability*, *12*(14), 5545. https://doi.org/10.3390/su12145545

Jones, T. M. (1980). Corporate social responsibility revisited, redefined. *California Management Review*, *22*(3), 59-67. https://doi.org/10.2307/41164877

Jubb, D., Ritos, K., Eliwa, Y., & Ryan, C. (2018). Auditing for social aspects. In A. Paterson, A. Yonekura, W. Jackson, & D. Jubb, *Contemporary issues in social accounting*. Goodfellow Publishers.

Junior, R. M., Best, P. J., & Cotter, J. (2014). Sustainability reporting and assurance: A historical analysis on a world-wide phenomenon. *Journal of Business Ethics*, *120*, 1-11. https://doi.org/10.1007/s10551-013-1637-y

Kapur, R. (2020). *Corporate social responsibility*. European Multiple MOOC Aggregator. https://platform.europeanmoocs.eu/users/1000025840/Kapur-R.-Corporate-Social-Responsibility.pdf

Karamoy, H., & Tulung, J. E. (2020). The effect of financial performance and corporate governance to stock price in non-bank financial industry. *Corporate Ownership and Control*, *17*(2), 97-103. https://doi.org/10.22495/cocv17i2art9

Kumar, N. C. A., Smith, C., Badis, L., Wang, N., Ambrosy, P., & Tavares, R. (2016). ESG factors and risk-adjusted performance: A new quantitative model. *Journal of Sustainable Finance & Investment*, 6(4), 292-300. http://dx.doi.org/10.1080/20430795.2016.1234909

Kuzey, C., & Uyar, A. (2017). Determinants of sustainability reporting and its impact on firm value: Evidence from the emerging market of Turkey. Journal of Cleaner Production, 143, 27-39. https://doi.org/10.1016/j.jclepro.2016.12.153

Laskin, A. V. (2016). Nonfinancial information in investor communications. *International Journal of Business Communication*, *53*(4), 375-397. https://doi.org/10.1177%2F2329488414525458

Latapí Agudelo, M. A., Jóhannsdóttir, L., & Davídsdóttir, B. (2019). A literature review of the history and evolution of corporate social responsibility. *International Journal of Corporate Social Responsibility*, *4*, 1-23. https://doi.org/10.1186/s40991-018-0039-y

Lee, M.-D. P. (2008). A review of the theories of corporate social responsibility: Its evolutionary path and the road ahead. *International Journal of Management Reviews*, *10*, 53-73. https://doi.org/10.1111/j.1468-2370.2007.00226.x

Leopizzi, R., Iazzi, A., Venturelli, A., & Principale, S. (2020). Nonfinancial risk disclosure: The "state of the art" of italian companies. *Corporate Social Responsibility and Environmental Management*, 27, 358-368. https://doi.org/10.1002/csr.1810

Lepore, L., Pisano, L., & D' Amore, G. & DiGuida, C. (2019). The moderating role of ownership structure on the relation between board independence and voluntary financial disclosure: An analysis of italian listed company. *Journal of Modern Accounting and Auditing*, *15*(7), 323-342. https://doi.org/10.17265/1548-6583/2019.07.001

Lexutt, E. (2020). Different roads to servitization success: A configurational analysis of financial and non-financial service performance. *Industrial Marketing Management*, *84*, 105 - 125. https://doi.org/10.1016/j.indmarman.2019.06.004

Liu, Y., Wang, Y., Shi, N., Han, X., & Lu, A. (2017). Current situation of international organization for standardization/technical committee 249 international standards of traditional Chinese medicine. *Chinese Journal of Integrative Medicine*, *23*(5), 376–380. https://doi.org/10.1007/s11655-015-2439-0

Lozano, R., Suzuki, M., Carpenter, A., & Tyunina, O. (2017). An analysis of the contribution of Japanese business terms to corporate sustainability: Learnings from the "looking-glass" of the East. *Sustainability*, *9*(2), 188. https://doi.org/10.3390/su9020188

MacKenzie, S. B., Podsakoff, P. M., & Podsakoff, N. P. (2011). Construct measurement and validation procedures in MIS and behavioral research: Integrating new and existing techniques. *MIS Quarterly*, *35*(2), 293-334. https://doi.org/10.2307/23044045

Madsen, P. M., & Rodgers, Z. J. (2015). Looking good by doing good: The antecedents and consequences of stakeholder attention to corporate disaster relief. *Strategic Management Journal*, *36*(5), 776-794. https://doi.org/10.1002/smj.2246

Maduekwe, C. C., & Kamala, P. (2016). Performance measurement by small and medium enterprises in Cape Metropolis, South Africa. *Problems and Perspectives in Management*, *14*(2), 46-55. https://doi.org/10.21511/ppm.14(2).2016.05

Manes-Rossi, F., Tiron-Tudor, A., Nicolò, G., & Zanellato, G. (2018). Ensuring more sustainable reporting in europe using non-financial disclosure: De facto and de jure evidence. *Sustainability*, *10*(4). https://doi.org/10.3390/su10041162

Manetti, G., & Becatti, L. (2009). Assurance services for sustainability reports: Standards and empirical evidence. *Journal of Business Ethics*, *87*, 289–298. https://doi.org/10.1007/s10551-008-9809-x

Maon, F., Lindgreen, A., & Swaen, V. (2009). Designing and implementing corporate social responsibility: An integrative framework grounded in theory and practice. Journal of Business Ethics, 87, 71-89. https://doi.org/10.1007/s10551-008-9804-2

Marimon, F., Alonso-Almeida, M. D. M., del Pilar Rodríguez, M., & Alejandro, K. A. C. (2012). The worldwide diffusion of the global reporting initiative: What is the point?. *Journal of Cleaner Production*, *33*, 132-144. https://doi.org/10.1016/j.jclepro.2012.04.017

Marôco, J. (2010). *Análise de equações estruturais: Fundamentos teóricos, software & aplicações*. ReportNumber, Lda.

Martínez-Ferrero, J., Prado-Lorenzo, J. M., & Fernández-Fernández, J. M. (2013). Responsabilidad social corporativa vs. responsabilidad contable. *Revista de Contabilidad – Spanish Accounting Review*, *16*, 32-45. https://doi.org/10.1016/S1138-4891(13)70004-9

Martins, I., & Morais G. (2013). *Auditoria Interna: Função e Processo* (4ª ed.). Áreas Editora.

Mbabazi, M., Twesige, D., Mazimpaka, C., & Jaya, S. (2015). Reporting of non-financial information and its impact on the decisions taken in private institutions in 88 Rwanda: Case study northern province. *International Journal of Small Business and Entrepreneurship Research*, *2*(3), 57–71. https://www.eajournals.org/wp-content/uploads/Reporting-Of-Non-Financial-Information-and-Its-Impact-On-The-Decisions-Taken-In-Private-Institutions-In-Rwanda-Case-Study-Norhern-Province.pdf

McWilliams, A., Siegel, D. S., & Wright, P. M. (2006). Corporate social responsibility: International perspectives. *Available at SSRN 900834*. https://papers.ssrn.com/sol3/papers.cfm?abstract_id=900834

Michelon, G., Pilonato, S., & Ricceri, F. (2015). CSR reporting practices and the quality of disclosure: An empirical analysis. *Critical Perspectives on Accounting*, *33*, 59-78. https://doi.org/10.1016/j.cpa.2014.10.003

Mion, G., & Loza Adaui, C. R. (2019). Mandatory nonfinancial disclosure and its consequences on the sustainability reporting quality of Italian and German companies. *Sustainability*, *11*(17), 4612. https://doi.org/10.3390/su11174612

Monteiro, A. P. (2022). Social accounting: Analysis of the disclosure on labor practices and human rights and its determinants [Tese de doutoramento, Universidade de Santiago de Compostela]. Minerva Repositorio Institucional da USC. https://dialnet.unirioja.es/servlet/dctes?codigo=307954

Monteiro, A. P., Vale, J., Leite, E., Lis, M., & Kurowska-Pysz, J. (2022). The impact of information systems and non-financial information on company success. *International Journal of Accounting Information Systems*, *45*, 100557. https://doi.org/10.1016/j.accinf.2022.100557

Monteiro, A. P., Vale, J., Silva, A., & Pereira, C. (2021). Impact of the internal control and accounting systems on the financial information usefulness: The role of the financial information quality. *Academy of Strategic Management Journal*, *20*(3), 1-13. https://doi.org/10.1016/j.accinf.2022.100557

Montenegro, T. M., & Rodrigues, L. L. (2020). Determinants of the attitudes of Portuguese accounting students and professionals towards earnings management. *Journal of Academic Ethics*, *18*(3), 301-332. https://doi.org/10.1007/s10805-020-09376-z

Moratis, L. (2015). The credibility of corporate CSR claims: A taxonomy based on ISO 26000 and a research agenda. *Total Quality Management & Business Excellence*, *28*(1-2), 147-158. https://doi.org/10.1080/14783363.2015.1050179

Morioka, S. N., Bolis, I., Evans, S., & Carvalho, M. M. (2017). Transforming sustainability challenges into competitive advantage: Multiple case studies kaleidoscope converging into sustainable business models. *Journal of Cleaner Production*, *167*, 723-738. https://doi.org/10.1016/j.jclepro.2017.08.118

Moura-Leite, R. C., & Padgett, R. C. (2011). Historical background of corporate social responsibility. *Social Responsibility Journal*, *7*(4), 528-539. https://doi.org/10.1108/17471111111117511

Mueller, R. O., & Hancock, G. R. (2001). Factor Analysis and Latent Structure, Confirmatory. In N. J. Smelser & P. B. Baltes (Eds.), *International Encyclopedia of Social and Behavioral Sciences* (p. 5239-5244). Oxford, England: Pergamon. https://doi.org/10.1016/B0-08-043076-7/00426-5

Muserra, A. L., Papa, M., & Grimaldi, F. (2020). Sustainable development and the european union policy on non-financial information: An Italian empirical analysis. *Corporate Social Responsibility and Environmental Management*, 27, 22-31. https://doi.org/10.1002/csr.1770

Nestra, C., & Gurvitsh, N. (2018). Main Motivators of Social Audit: Case of Estonia. *European Integration Studies*, *12*, 139-147. https://doi.org/10.5755/j01.eis.0.12.20849

Nikolaeva, R., & Bicho, M. (2011). The role of institutional and reputational factors in the voluntary adoption of corporate social responsibility reporting standards. *Journal of the Academy of Marketing Science*, *39*, 136-157. https://doi.org/10.1007/s11747-010-0214-5

O'Donovan, G. (2002). Environmental disclosures in the annual report: Extending the applicability and predictive power of legitimacy theory. *Accounting, Auditing & Accountability Journal*, *15*(3), 344-371. https://doi.org/10.1108/09513570210435870

Öberseder, M., Schlegelmilch, B. B., & Murphy, P. E. (2013). CSR practices and consumer perceptions. *Journal of Business Research*, *66*(10), 1839-1851. https://doi.org/10.1016/j.jbusres.2013.02.005

Okoye, A. (2009). Theorising corporate social responsibility as an essentially contested concept: Is a definition necessary?. *Journal of Business Ethics*, *89*(4), 613-627. https://doi.org/10.1007/s10551-008-0021-9

Omondi-Ochieng, P. (2019). Financial performance trends of United States Hockey Inc: A resource-dependency approach. *Journal of Economics, Finance and Administrative Science*, *24*(48), 327-344. https://doi.org/10.1108/JEFAS-02-2018-0022

Ong, M. H. A., & Puteh, F. (2017). Quantitative data analysis: Choosing between SPSS, PLS, and AMOS in social science research. *International Interdisciplinary Journal of Scientific Research*, *3*, 14-25.

ONU. (2012). The corporate responsability to respect human rights: An interpretive guide. https://www.ohchr.org/sites/default/files/Documents/Issues/Business/RtRInterpretativeGuide.pdf

ONU. (2015). *Transforming our world: The 2030 agenda for sustainable development* (A/RES/70/1). https://www.un.org/en/development/desa/population/migration/generalassembly/docs/globalcompact/A_RES_70_1_E.pdf

Orens, R., & Lybaert, N. (2010). Determinants of sell-side financial analysts' use of non-financial information. *Accounting and Business Research*, *40*, 39-53. https://doi.org/10.1080/00014788.2010.9663383

Ortiz-Martínez, E., Marín-Hernández, S., & Sánchez-Aznar, L. A. (2020). Integrated reporting according to IIRC from 2011 to 2015. *Revista de Administração de Empresas*, *60*(3), 222-234. https://doi.org/10.1590/S0034-759020200305

Owolabi, S. A., & Olagunju, A. O. (2020). Historical evolution of audit theory and practice. *International Journal of Management Excellence*, *16*, 2252-2259.

Palihawadana, D., Oghazi, P., & Liu, Y. (2016). Effects of ethical ideologies and perceptions of CSR on consumer behavior. *Journal of Business Research*, *69*(11), 4964-4969. https://doi.org/10.1016/j.jbusres.2016.04.060

Patel, S. B. P. (2015). Effects of accounting information system on organizational profitability. *International Journal of Research and Analytical Reviews*, *2*, 72-76. http://ijrar.com/upload_issue/ijrar_issue_148.pdf

Pham, T. M. D. (2020). On the relationship between total quality management practices and firm performance in Vietnam: The mediating role of non-financial performance. *Management Science Letters*, *10*(8), 1743-1754. https://doi.org/10.5267/j.msl.2020.1.005

Phornlaphatrachakorn, K. (2019). Internal control quality, accounting information usefulness, regulation compliance, and decision- making success: Evidence from canned and processed foods businesses in Thailand. *International Journal of Business*, *24*(2), 198-215. https://www.craig.csufresno.edu/ijb/Volumes/Volume%2024/V24N2-5.pdf

Pilati, R., & Laros, J. A. (2007). Modelos de equações estruturais em psicologia: conceitos e aplicações. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, *23*, 205-216. https://doi.org/10.1590/S0102-37722007000200011

Pinto, S. H. B., Tonini, A. C., Yoo, N. S. L., & Katayose, E. M. (2020). Gestão estratégica através do balanced scorecard (BSC): Implantação em empresas brasileiras. *Brazilian Journals of Business*, *2*, 564-580. https://www.brazilianjournals.com/ojs/index.php/BJB/article/view/7786

Pistoni, A., Songini, L., & Bavagnoli, F. (2018). Integrated reporting quality: An empirical analysis. *Corporate Social Responsibility and Environmental Management*, *25*(4), 489-507. https://doi.org/10.1002/csr.1474

Posadas, S. C., & Tarquinio, L. (2021). Assessing the effects of Directive 2014/95/EU on nonfinancial information reporting: Evidence from italian and spanish listed companies. *Administrative Sciences*, 11(3), 89. https://doi.org/10.3390/admsci11030089

Powell, V. (1987). *Improving public enterprise performance: Concepts and techniques* (Vol. 22). International Labour Organization.

Prieto, I. M., & Revilla, E. (2006). Assessing the impact of learning capability on business performance: Empirical evidence from Spain. *Management Learning*, *37*(4), 499-522. https://doi.org/10.1177/1350507606070222

PwC. (2018). *Os desafios das empresas portuguesas na priorização dos ODS e no relato não-financeiro 2017: Estará a sua empresa preparada?*. PwC. https://www.pwc.pt/pt/sustentabilidade/ods/pwc-report-ods.pdf

Qian, W., Tilt, C., Dissanayake, D., & Kuruppu, S. (2020). Motivations and impacts of sustainability reporting in the Indo-Pacific region: Normative and instrumental stakeholder approaches. *Business Strategy and the Environment*, *29*(8), 3370-3384. https://doi.org/10.1002/bse.2577

Qiu, Y., Shaukat, A., & Tharyan, R. (2016). Environmental and social disclosures: Link with corporate financial performance. *The British Accounting Review*, *48*, 102-116. https://doi.org/10.1016/j.bar.2014.10.007

Quick, R., & Inwinkl, P. (2020). Assurance on CSR reports: Impact on the credibility perceptions of non-financial information by bank directors. *Meditari Accountancy Research*, *28*(5), 833-862. https://doi.org/10.1108/MEDAR-10-2019-0597

Ratcliff, R., Philiastides, M. G., & Sajda, P. (2009). Quality of evidence for perceptual decision making is indexed by trial-to-trial variability of the EEG. *Proceedings of the National Academy of Sciences of the United States of America*, *106*(16), 539-6544. https://doi.org/10.1073/pnas.0812589106

Raucci, D., & Tarquinio, L. (2020). Sustainability performance indicators and non-financial information reporting. Evidence from the italian case. *Administrative Sciences*, *10*(1), 1-17. https://doi.org/10.3390/admsci10010013

Rego, A., Cunha, M. P., Costa, N. G., Gonçalves, H., & Cabral-Cardoso, C. (2007). *Gestão ética e socialmente responsável* (2ª ed.). RH Editora.

Rezaee, Z., & Tuo, L. (2017). Voluntary disclosure of non-financial information and its association with sustainability performance. *Advances in Accounting*, *39*, 47-59. https://doi.org/10.1016/j.adiac.2017.08.001

Ribeiro, D. I. N. (2019). A relevância da informação não financeira: Estudo de caso Brisa. [Dissertação de mestrado, Escola Superior de Ciências Empresariais do Instituto Politécnico de Setúbal]. Repositório Comum. http://hdl.handle.net/10400.26/30375

Richard, G., & Odendaal, E. (2020). Credibility-enhancing mechanisms, other than external assurance, in integrated reporting. *Journal of Management and Governance*, *25*, 61-93. https://doi.org/10.1007/s10997-020-09509-x

Ringle, C. M., Silva, D. D., & Bido, D. (2014). Structural equation modeling with the SmartPLS. *Brazilian Journal Of Marketing*, *13*(2), 56-73. https://doi.org/10.5585/remark.v13i2.2717

Rizk, R., Dixon, R., & Woodhead, A. (2008). Corporate social and environmental reporting: A survey of disclosure practices in Egypt. *Social Responsibility Journal*, *4*(3), 306-323. https://doi.org/10.1108/17471110810892839

Rohani, J. M., Yusof, S. M., & Mohamad, I. (2009). The relationship between statistical process control critical success factors and performance: A structural equation modeling approach. In 2009 IEEE International Conference on Industrial Engineering and Engineering Management (pp. 1352-1356). https://doi.org/10.1109/IEEM.2009.5373033

Romão, A. L., Cabrita, I., Castro, A. S., & Ferreira, A. P. (2018, Setembro, 20-21). *A divulgação de informação não financeira nas empresas portuguesas*. XVIII Encontro Internacional AECA, Lisboa, Portugal. https://aeca.es/wp-content/uploads/2014/05/162h.pdf

Salgado, C. M., Azevedo, C., Proença, H., Vieira, S. M. (2016). Missing data. *Secondary Analysis of Electronic Health Records* (pp. 143-162). Springer, Cham. https://doi.org/10.1007/978-3-319-43742-2_13

Sanjaya, V. F. (2020). The mediating role of company non-financial performance and religiosity as a moderating variable between learning orientation and company financial performance. *Jurnal Manajemen Bisnis Islam*, *1*, 31-46. https://doi.org/10.24042/revenue.v1i01.5682

Santos, M., Santos, A., Pereira, E., & Silva, J. (2006). *Responsabilidade social nas PME: Casos em Portugal*. RH Editora.

Sarkar, S., & Searcy, C. (2016). Zeitgeist or chameleon? A quantitative analysis of CSR definitions. *Journal of Cleaner Production*, *135*, 1423-1435. https://doi.org/10.1016/j.jclepro.2016.06.157

SASB. (2017). *SASB conceptual framework*. http://www.sasb.org/wp-content/uploads/2019/05/SASB-Conceptual-Framework.pdf?source=post_page

Scheyvens, R., Banks, G., & Hughes, E. (2016). The private sector and the SDGs: The need to move beyond 'business as usual'. *Sustainable Development*, *24*(6), 371-382. https://doi.org/10.1002/sd.1623

Schramade, W. (2016). Integrating ESG into valuation models and investment decisions: The value-driver adjustment approach. *Journal of Sustainable Finance & Investment*, *6*(2), 95 - 111. https://doi.org/10.1080/20430795.2016.1176425

Schröder, P. (2022). Mandatory non-financial reporting in the banking industry: Assessing reporting quality and determinants. *Cogent Business & Management*, *9*. https://doi.org/10.1080/23311975.2022.2073628

Sellami, Y. M., Hlima, N. D. B., & Jarboui, A. (2019). An empirical investigation of determinants of sustainability report assurance in France. *Journal of Financial Reporting and Accounting*, *17*(2), 320-342. https://doi.org/10.1108/JFRA-02-2018-0019

Shahsavarani, A. M., & Abadi, E. A. M. (2015). The bases, principles, and methods of decision-making: A review of literature. *International Journal of Medical Reviews*, *2*, 214-225.

Sherwood, M. W., & Pollard, J. L. (2018). The risk-adjusted return potential of integrating ESG strategies into emerging market equities. *Journal of Sustainable Finance & Investment*, *8*, 26-44. https://doi.org/10.1080/20430795.2017.1331118

Siano, A., Vollero, A., Conte, F., & Amabile, S. (2017). "More than words": Expanding the taxonomy of greenwashing after the Volkswagen scandal. *Journal of Business Research*, *71*, 27-37. https://doi.org/10.1016/j.jbusres.2016.11.002

Sierra-Garcia, L., Garcia-Benau, M. A., & Bollas-Araya, H. M. (2018). Empirical analysis of non-financial reporting by Spanish companies. *Administrative Sciences*, *8*(3), 29. https://doi.org/10.3390/admsci8030029

Simnett, R., & Nugent, M. (2007). Developing an assurance standard for carbon emissions disclosures. *Australian Accounting Review*, *17*(42), 37-47. https://doi.org/10.1111/j.1835-2561.2007.tb00441.x

Simnett, R., Vanstraelen, A., & Chua, W. F. (2009). Assurance on sustainability reports: An international comparison. *The Accounting Review*, *84*(3), 937-967. https://doi.org/10.2308/accr.2009.84.3.937

Smith, S. S. (2020). *Blockchain, artificial intelligence and financial services: Implications and applications for finance and accounting professionals*. Springer Nature. https://doi.org/10.1007/978-3-030-29761-9

Sobrosa Neto, R. C., Lima, C. R. M., Bazil, D. G., Veras, M. O., & Guerra, J. B. S. O. A. (2020). Sustainable development and corporate financial performance: A study based on the Brazilian corporate sustainability index (ISE). *Sustainable Development*, *28*(4), 960-977. https://doi.org/10.1002/sd.2049

Soudani, S. N. (2012). The usefulness of an accounting information system for effective organizational performance. *International Journal of Economics and Finance*, *4*(5), 136-145. https://doi.org/10.5539/ijef.v4n5p136

Stamp, E., & Moonitz, M. (1979). *International auditing standards*. Prentice Hall.

Stolowy, H., & Paugam, L. (2018). The expansion of non-financial reporting: an exploratory study. *Accounting and Business Research*, *48*(5), 525-548. https://doi.org/10.1080/00014788.2018.1470141

Stubbs, W., & Higgins, C. (2014). Integrated reporting and internal mechanisms of change. *Accounting, Auditing & Accountability Journal*, 27(7), 1068-1089. https://doi.org/10.1108/AAAJ-03-2013-1279

Teck-Heang, L., & Ali, A. M. (2008). The evolution of auditing: An analysis of the historical development. *Journal of Modern Accounting and Auditing*, *4*(12), 1-8.

Teixeira, A., Ferreira, M. R., Correia, A., & Lima, V. (2018). Students' perceptions of corporate social responsibility: Evidences from a Portuguese higher education institution. *International Review on Public and Nonprofit Marketing*, *15*(2), 235-252. https://doi.org/10.1007/s12208-018-0199-1

Teixeira, M. D. F. (2006). O contributo da auditoria interna para uma gestão eficaz. [Dissertação de mestrado, Universidade Aberta]. Repositório Aberto. http://hdl.handle.net/10400.2/581

Templ, M., Gussenbauer, J., & Filzmoser, P. (2020). Evaluation of robust outlier detection methods for zero-inflated complex data. *Journal of Applied Statistics*, *47*(7), 1144-1167. https://doi.org/10.1080/02664763.2019.1671961

Thorne, L., Mahoney, L. S., & Manetti, G. (2014). Motivations for issuing standalone CSR reports: A survey of canadian firms. *Accounting, Auditing & Accountability Journal*, *27*(4), 686-714. https://doi.org/10.1108/AAAJ-07-2013-1393

Topple, C., Donovan, J. D., Masli, E. K., & Borgert, T. (2017). Corporate sustainability assessments: MNE engagement with sustainable development and the SDGs. *Transnational Corporations*, *24*(3), 61-71.

Tribunal de Contas (1999). *Manual de Auditoria e de Procedimentos* (Vol. 1). https://www.tcontas.pt/pt-pt/NormasOrientacoes/ManuaisTC/Documents/Manual_vol1.pdf

Tschopp, D., & Nastanski, M. (2014). The harmonization and convergence of corporate social responsibility reporting standards. *Journal of Business Ethics*, *125*, 147- 62. https://doi.org/10.1007/s10551-013-1906-9

UE. (2014). *Diretiva 2014/95/UE do Parlamento Europeu e do Conselho de 22 de outubro de 2014 que altera a Diretiva 2013/34/UE no que se refere à divulgação de informações não financeiras e de informações sobre a diversidade por parte de certas grandes empresas e grupos*. Jornal Oficial da União Europeia. https://eur-lex.europa.eu/legal-content/PT/TXT/PDF/?uri=CELEX:32014L0095&from=PT

UNGC, & Accenture Strategy. (2019). *The decade to deliver: A call to business action*. UNGC & Accenture. https://d306pr3pise04h.cloudfront.net/docs/publications%2F2019-UNGC-Accenture-CEO-Study.pdf

UNGC. (2012, Junho, 15-18). *Innovation and Collaboration for the Future We Want*. Rio+20 Corporate Sustainability Forum, Rio de Janeiro, Brasil. https://d306pr3pise04h.cloudfront.net/docs/news_events%2F2012_CSF%2FRio_CSF_Overview_Outcomes_redirect.pdf

UNGC. (2021). *UN Global Compact Strategy: 2021–2023*. https://www.unglobalcompact.org/library/5869

UNRIC. (2018). *Guia sobre desenvolvimento sustentável: 17 objetivos para transformar o nosso mundo*. UNRIC. https://unric.org/pt/wp-content/uploads/sites/9/2019/01/SDG_brochure_PT-web.pdf

Upton, Jr., W. S. (2001). *Business and financial reporting, challenges from the new economy*. Financial Accounting Standards Board. http://mail.cs.trinity.edu/rjensen/Calgary/CD/fasb/uptonApril01.pdf

van Marrewijk, M. (2003). Concepts and definitions of CSR and corporate sustainability: Between agency and communion. *Journal of Business Ethics*, *44*, 95-105. https://doi.org/10.1023/A:1023331212247

Varadarajan, P. R., & Menon, A. (1988). Cause-related marketing: A coalignment of marketing strategy and corporate philanthropy. *Journal of Marketing*, *52*(3), 58-74. https://doi.org/10.1177/002224298805200306

Velte, P. (2020). Determinants and consequences of corporate social responsibility assurance: A systematic review of archival research. *Society and Business Review*, *16*, 1-25. https://doi.org/10.1108/SBR-05-2020-0077

Venturelli, A., Caputo, F., Leopizzi, R., & Pizzi, S. (2019). The state of art of corporate social disclosure before the introduction of non-financial reporting directive: A cross country analysis. *Social Responsibility Jornal*, *15*(4), 409-423. https://doi.org/10.1108/SRJ-12-2017-0275

Vukić, N. M., Vuković, R., & Calace, D. (2018). Non-financial reporting as a new trend in sustainability accounting. *Journal of Accounting and Management*, *7*(2), 13-26. https://hrcak.srce.hr/file/287147

Waddock, S., & White, A. (2007). On Ceres, the GRI and Corporation 20/20. *The Journal of Corporate Citizenship*, *26*, 38–42. http://www.jstor.org/stable/jcorpciti.26.38

Watkins, M. W. (2018). Exploratory factor analysis: A guide to best practice. *Journal of Black Psychology*, *44*(3), 219-246. https://doi.org/10.1177/0095798418771807

Watts, R. L., & Zimmerman, J. L. (1986). Positive accounting theory. Prentice-Hall.

White, L. C., Pothos, E. M., & Busemeyer, J. R. (2015). Insights from quantum cognitive models for organizational decision making. *Journal of Applied Research in Memory and Cognition*, *4*(3), 229–238. https://doi.org/10.1016/j.jarmac.2014.11.002

Zigan, K., & Zeglat, D. (2010). Intangible resources in performance measurement systems of the hotel industry. *Facilities*, *28*(13/14), 597–610. https://doi.org/10.1108/02632771011083667

Apêndice I – Questões referentes à caraterização do respondente

*Indique a profissão que desempenha atualmente:

Escolha uma das seguintes respostas

- ○ Contabilista certificado
- ○ Contabilista não certificado
- ○ Revisor Oficial de Contas
- ○ Gestor
- ○ Administrador
- ○ Outro: _____

*Indique a experiência profissional no seguimento da questão acima:

Escolha uma das seguintes respostas

- ○ Até 5 anos
- ○ Entre 6 a 10 anos
- ○ Entre 11 a 15 anos
- ○ Entre 16 a 20 anos
- ○ Mais de 20 anos

*Género:

Selecione todas as que se apliquem

- ☐ Feminino
- ☐ Masculino
- ☐ Outro
- ☐ Outro: _____

*Idade:

_____

*Habilitações literárias:

Escolha uma das seguintes respostas

- ○ 1º ciclo (4ºano)
- ○ 2º ciclo (6º ano)
- ○ 3º ciclo (9º ano)
- ○ Ensino secundário (12º ano)
- ○ Licenciatura ou Barcharelato
- ○ Mestrado
- ○ Doutoramento
- ○ MBA
- ○ Outro: _____

*Área de formação académica:

Escolha uma das seguintes respostas

- ○ Contabilidade
- ○ Fiscalidade
- ○ Economia
- ○ Gestão
- ○ Auditoria
- ○ Outro: _____

Apêndice II – Questões referentes à caraterização da empresa

*Trabalha (ou já trabalhou) numa entidade que divulga (ou já divulgou) Informação Não Financeira:

Selecione todas as que se apliquem

- [ ] Sim
- [ ] Não

*Onde se situa a entidade:

Escolha uma das seguintes respostas

- ( ) Norte
- ( ) Centro
- ( ) Sul
- ( ) Região Autónoma da Madeira
- ( ) Região Autónoma dos Açores

*A entidade é:

Escolha uma das seguintes respostas

- ( ) Cotada
- ( ) Não cotada

*Dimensão da entidade:

Escolha uma das seguintes respostas

- ( ) Microentidade
- ( ) Pequena entidade
- ( ) Média entidade
- ( ) Grande entidade
- ( ) Entidade do setor não lucrativo

*Setor em que a entidade se insere:

Escolha uma das seguintes respostas

- ( ) Indústria
- ( ) Serviços
- ( ) Comércio
- ( ) Outro: [ ]

*A entidade pertence a uma indústria considerada ambientalmente critica (Ex. energia, pasta de papel e petróleo/gás)?

Selecione todas as que se apliquem

- [ ] Sim
- [ ] Não

*A entidade pertence a uma indústria considerada socialmente critica (Ex. com problemas associados com os direiros dos empregados e humanos)?

Selecione todas as que se apliquem

- [ ] Sim
- [ ] Não

*Indique o número de colaboradores da entidade:

Escolha uma das seguintes respostas

- ( ) Até 20 colaboradores
- ( ) Entre 20 e 100 colaboradores
- ( ) Entre 100 e 500 colaboradores
- ( ) Mais de 500 colaboradores

*A empresa divulga Informação Não Financeira utilizando como meios de comunicação:

Escolha uma das seguintes respostas

- ( ) Relatório de gestão
- ( ) Relatório anual
- ( ) Relatório de sustentabilidade, responsabilidade social ou ambiental
- ( ) Relatório integrado
- ( ) LinkedIn
- ( ) Na página-web da entidade
- ( ) Outro: _____

*A Informação Não Financeira é divulgada a título voluntário:

Selecione todas as que se apliquem

- [ ] Sim
- [ ] Não
- [ ] Ambos (alguma informação é obrigatória e outra é facultativa)

Apêndice III – Questões referentes às variáveis do modelo

*Indique o grau de concordância com os seguintes Benefícios percebidos do relato de Informação Não Financeira:

	Discordo totalmente	Concordo pouco	Concordo	Concordo muito	Concordo totalmente	Não sei/Não se aplica
Reduz o custo de capital	○	○	○	○	○	○
Aumenta o preço das ações	○	○	○	○	○	○
Melhora o acesso ao capital	○	○	○	○	○	○
Melhora a transparência através do relato	○	○	○	○	○	○
Melhora a comunicação com as partes interessadas externas	○	○	○	○	○	○
Melhora as condições de trabalho, independentemente do cargo do funcionário	○	○	○	○	○	○
Melhora a perceção, a consciencialização e o desempenho ao nível da responsabilidade social (esforço voluntário da empresa na criação de várias medidas para ir ao encontro das expectativas das diferentes partes interessadas – stakeholders)	○	○	○	○	○	○
Aumenta as taxas de retenção dos funcionários	○	○	○	○	○	○
Aumenta as taxas de retenção dos stakeholders (Ex. clientes e investidores externos)	○	○	○	○	○	○

*Relativamente aos funcionários, indique o nível de divulgação dos seguintes indicadores no relatório da entidade:

	Não divulga	Divulga parcialmente	Divulga integralmente	Não sei/Não se aplica
Política geral	○	○	○	○
Benefícios	○	○	○	○
Remuneração e recompensas	○	○	○	○
Formação e desenvolvimento	○	○	○	○
Planeamento de carreira	○	○	○	○
Absenteísmo e rotatividade	○	○	○	○
Licenças	○	○	○	○
Relacionamento com sindicatos	○	○	○	○
Rescisão, demissão e despedimento	○	○	○	○
Aconselhamento em matéria de reforma e cessação de funções	○	○	○	○
Equidade no emprego e discriminação	○	○	○	○
Mulheres na gestão e no Conselho de Administração	○	○	○	○
Creche e alojamento familiar	○	○	○	○
Comunicação com os funcionários	○	○	○	○
Saúde e segurança no trabalho	○	○	○	○
Empregados a tempo parcial, temporários ou a contrato	○	○	○	○
Outras questões sobre empregados ou recursos humanos	○	○	○	○

*Relativamente aos clientes, indique o nível de divulgação dos seguintes indicadores no relatório da entidade:

	Não divulga	Divulga parcialmente	Divulga integralmente	Não sei/Não se aplica
Política geral do cliente	○	○	○	○
Comunicação com o cliente	○	○	○	○
Segurança do produto	○	○	○	○
Reclamações do cliente	○	○	○	○
Serviços especiais ao cliente	○	○	○	○

*Relativamente às partes interessadas, indique o nível de divulgação dos seguintes indicadores no relatório da entidade:

	Não divulga	Divulga parcialmente	Divulga integralmente	Não sei/Não se aplica
Saúde, segurança e proteção pública	○	○	○	○
Relações com a comunidade	○	○	○	○
Investimentos sociais e doações	○	○	○	○
Missão, propósito ou códigos corporativos	○	○	○	○
Envolvimento de políticas públicas	○	○	○	○

*Relativamente ao meio ambiente, indique o nível de divulgação dos seguintes indicadores no relatório da entidade:

	Não divulga	Divulga parcialmente	Divulga integralmente	Não sei/Não se aplica
Conservação de energia e materiais	○	○	○	○
Avaliação ambiental de projetos de capital	○	○	○	○
Auditoria Ambiental - ISO 14000	○	○	○	○
Gestão de reciclagem e resíduos	○	○	○	○

*Indique o grau de importância em auditar os seguintes elementos do Relatório:

	Nada importante	Pouco importante	Importante	Muito importante	Extremamente importante	Não sei/Não se aplica
Conteúdo completo do relatório	○	○	○	○	○	○
Governança corporativa	○	○	○	○	○	○
Visão geral da organização e ambiente externo	○	○	○	○	○	○
Riscos e oportunidades	○	○	○	○	○	○
Estratégia e alocação de recursos	○	○	○	○	○	○
Desempenho não financeiro	○	○	○	○	○	○

*Relativamente à Qualidade da Informação Não Financeira, indique o seu grau de concordância com as seguintes afirmações

	Discordo totalmente	Concordo pouco	Concordo	Concordo muito	Concordo totalmente	Não sei/Não se aplica
A precisão das Informações Não Financeiras auxilia na tomada de decisões	○	○	○	○	○	○
As Informações Não Financeiras incluem todas as informações necessárias para a tomada de decisões	○	○	○	○	○	○
A Informações Não Financeiras é cuidadosamente preparada para garantir a sua qualidade	○	○	○	○	○	○
A Informação Não Financeira é facilmente compreendida pelo seu utilizador	○	○	○	○	○	○
As Informações Não Financeiras incluem todas as informações necessárias para a tomada de decisões	○	○	○	○	○	○
As Informações Não Financeiras estão isentas de julgamentos de valor	○	○	○	○	○	○

*Indique o seu grau de concordância relativamente às seguintes afirmações:

	Discordo total-mente	Concordo pou-co	Concordo	Concordo mui-to	Concordo total-mente	Não sei/Não se aplica
O gestor da empresa dá a devida utilidade à Informação Não Financeira	○	○	○	○	○	○
O gestor da empresa dá importância à Informação Não Financeira na tomada de decisão	○	○	○	○	○	○
A Informação Não Financeira é importante para todos os stakeholders (internos e externos)	○	○	○	○	○	○

*Indique o grau de concordância com os seguintes Impactos percebidos da divulgação de Informação Não Financeira:

	Discordo total-mente	Concordo pou-co	Concordo	Concordo mui-to	Concordo total-mente	Não sei/Não se aplica
Aumento da confiança dos investidores	○	○	○	○	○	○
Aumento da competitividade de mercado	○	○	○	○	○	○
Aumento da satisfação do cliente	○	○	○	○	○	○
Melhoria do serviço prestado ao cliente	○	○	○	○	○	○
Melhoria ao nível da gestão de reputação	○	○	○	○	○	○
Melhoria ao nível operacional e de eficiência	○	○	○	○	○	○
Melhoria das condições de trabalho independente-mente do cargo do colaborador	○	○	○	○	○	○
Melhoria ao nível da inovação de produtos/processos	○	○	○	○	○	○
Aumento da retenção de funcionários	○	○	○	○	○	○
Melhorias ao nível da relação com o pessoal	○	○	○	○	○	○
Melhoria do desempenho no âmbito da responsabili-dade social corporativa	○	○	○	○	○	○
Aumento da fidelização dos clientes	○	○	○	○	○	○

Apêndice IV – *E-mail* enviado às empresas

Exmo.(a) Sr.(a) Dr.(a)

O meu nome é Bárbara dos Anjos e sou aluna do 2º ano do Mestrado de Contabilidade e Finanças do ISCAP.
Neste momento encontro-me a realizar a minha dissertação que visa analisar os fatores que influenciam a qualidade da Informação não financeira e o sucesso empresarial.

Tendo presente que o seu tempo é muito precioso, mas que a sua opinião é acima de tudo valiosa, venho pedir, por favor, que despenda entre 10 a 15 minutos, para responder a este questionário.
Pedia também, se não for incomodo, que partilhe este e-mail com o departamento de contabilidade, auditoria e gestão (interno e/ou externo). Ficaria eternamente grata!

Saliento que o questionário é anónimo e confidencial, no qual em nenhum momento será perguntado o nome ou a entidade em que desempenha funções.

Para me ajudar a terminar com sucesso o mestrado, aceda ao seguinte link.

https://online.iscap.ipp.pt/iscapsurvey/index.php/449396?lang=pt

Agradeço imenso a sua colaboração!

Cumprimentos,
Bárbara dos Anjos

Para alguma dúvida disponha:
Número: 913156867
E-mail: 2200140@iscap.ipp.pt

Apêndice V – Testes à normalidade dos dados

	Kolmogorov-Smirnov			Shapiro-Wilk		
	Estatística	**gl**	**Sig.**	**Estatística**	**gl**	**Sig.**
B01	,235	73	,000	,900	73	,000
B02	,226	73	,000	,881	73	,000
B03	,295	73	,000	,841	73	,000
B04	,275	73	,000	,848	73	,000
B05	,250	73	,000	,868	73	,000
B06	,216	73	,000	,908	73	,000
B07	,284	73	,000	,839	73	,000
B08	,267	73	,000	,881	73	,000
B09	,239	73	,000	,883	73	,000
DNF01	,274	73	,000	,827	73	,000
DNF02	,209	73	,000	,903	73	,000
DNF03	,289	73	,000	,852	73	,000
DNF04	,214	73	,000	,900	73	,000
DNF05	,215	73	,000	,852	73	,000
DNF06	,249	73	,000	,874	73	,000
DNF07	,214	73	,000	,905	73	,000
DNF08	,241	73	,000	,888	73	,000
DNF09	,222	73	,000	,893	73	,000
DNF10	,274	73	,000	,871	73	,000
DNF11	,205	73	,000	,880	73	,000
DNF12	,249	73	,000	,874	73	,000
QINF01	,258	73	,000	,875	73	,000
QINF02	,191	73	,000	,901	73	,000
QINF03	,295	73	,000	,844	73	,000
QINF04	,282	73	,000	,863	73	,000
QINF05	,191	73	,000	,903	73	,000
QINF06	,208	73	,000	,884	73	,000
IA01	,314	73	,000	,813	73	,000
IA02	,288	73	,000	,850	73	,000
IA03	,303	73	,000	,838	73	,000
IA04	,289	73	,000	,838	73	,000
IA05	,318	73	,000	,804	73	,000
IA06	,274	73	,000	,851	73	,000
RA01	,357	73	,000	,635	73	,000
UINF01	,239	73	,000	,892	73	,000
UINF02	,238	73	,000	,890	73	,000
UINF03	,314	73	,000	,830	73	,000

DINF	,088	73	,200*	,963	73	,031

Apêndice VI – Análise descritiva

	Mínimo	Máximo	Média	Assimetria		Curtose	
				Estatística	Desvio Padrão	Estatística	Desvio Padrão
B01	1	5	2,7097	,305	,281	,712	,555
B02	1	4	2,5625	-,382	,281	,934	,555
B03	1	5	2,8852	-,399	,281	,876	,555
B04	1	5	3,5775	,121	,281	-,164	,555
B05	1	5	3,6000	,026	,281	-,289	,555
B06	1	5	3,1912	-,026	,281	-,024	,555
B07	1	5	3,5714	,183	,281	-,247	,555
B08	1	5	3,0000	,373	,281	,053	,555
B09	1	5	3,2537	,140	,281	,341	,555
DNF01	1	5	3,5522	,235	,281	,503	,555
DNF02	1	5	3,3188	,131	,281	-,342	,555
DNF03	1	5	3,4085	,226	,281	,290	,555
DNF04	1	5	3,4085	-,127	,281	-,063	,555
DNF05	1	5	3,7746	-,225	,281	,151	,555
DNF06	2	5	3,3662	,297	,281	-,526	,555
DNF07	1	5	3,1972	-,037	,281	-,082	,555
DNF08	1	5	3,3714	,084	,281	,050	,555
DNF09	1	5	3,0986	,305	,281	-,431	,555
DNF10	1	5	3,2113	,272	,281	,104	,555
DNF11	1	5	3,6667	-,204	,281	,185	,555
DNF12	2	5	3,4000	,313	,281	-,531	,555
QINF01	1	5	3,5068	,035	,281	-,251	,555
QINF02	1	5	2,5972	,458	,281	-,381	,555
QINF03	2	5	3,3611	,472	,281	-,592	,555
QINF04	1	5	3,1667	,471	,281	-,133	,555
QINF05	1	5	2,6667	,395	,281	-,302	,555
QINF06	1	5	2,6389	,579	,281	-,025	,555
IA01	2	5	3,5556	,529	,281	-,587	,555
IA02	2	5	3,4225	,435	,281	-,475	,555
IA03	1	5	3,4444	,249	,281	,225	,555
IA04	2	5	3,5833	,368	,281	-,705	,555
IA05	2	5	3,5972	,496	,281	-,848	,555
IA06	1	5	3,5556	,089	,281	,026	,555
RA01	0	1	0,5342	-,140	,281	-2,037	,555
UINF01	1	5	3,3571	,166	,281	-,264	,555
UINF02	1	5	3,3714	,189	,281	-,484	,555
UINF03	1	5	3,4583	,318	,281	-,405	,555

DINF	1	0,63	0,2472	-,347	,281	-,754	,555